

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA

MARIA CAROLINA DO AMARAL COUTO

**EMPODERAMENTO FEMININO E POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA
CONDICIONAL DE RENDA: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

UBERLÂNDIA

2020

MARIA CAROLINA DO AMARAL COUTO

**EMPODERAMENTO FEMININO E POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA
CONDICIONAL DE RENDA: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Economia, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico – Economia Aplicada

Orientador: Prof. Dr. Carlos César Santejo Saiani

UBERLÂNDIA

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C871 Couto, Maria Carolina do Amaral, 1994-
2020 Empoderamento feminino e políticas de transferência
condicional de renda [recurso eletrônico] : uma avaliação do
Programa Bolsa Família / Maria Carolina do Amaral Couto. - 2020.

Orientador: Carlos César Santejo Saiani.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Economia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.57>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Economia. I. Saiani, Carlos César Santejo, 1981-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Economia.
III. Título.

CDU: 330

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppte.ufu.br - ppte@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Economia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, Nº 277, PPGE				
Data:	17 de fevereiro de 2020	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00
Matrícula do Discente:	11812EC0009				
Nome do Discente:	Maria Carolina do Amaral Couto				
Título do Trabalho:	Empoderamento Feminino e Políticas de Transferência Condicional de Renda: uma Avaliação do Programa Bolsa Família				
Área de concentração:	Desenvolvimento Econômico				
Linha de pesquisa:	Economia Aplicada				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Efeitos da descentralização, privatização e regras fiscais nos municípios brasileiros				

Reuniu-se na sala 1J141, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia, assim composta: Professores Doutores: Ana Paula Macedo de Avellar - UFU; Mônica Yukie Kuwahara - UFABC; Carlos César Santejo Saiani - UFU orientador da candidata. Ressalta-se que a professora Mônica Yukie Kuwahara participou da defesa por meio de webconferência desde a cidade de São Paulo (SP) e os demais membros da banca e a aluna participaram in loco.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Carlos César Santejo Saiani, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Cesar Santejo Saiani, Professor(a) do Magistério Superior**, em 17/02/2020, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Macedo de Avellar, Professor(a) do Magistério Superior**, em 17/02/2020, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Yukie Kuwahara, Usuário Externo**, em 17/02/2020, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1848516** e o código CRC **898E2F8A**.

À minha eterna saudade, “vô” João. O senhor está presente em meus pensamentos em absolutamente tudo o que eu faço. Não seria diferente com essa dissertação.

AGRADECIMENTOS

É com grande orgulho que chego à fase final desta dissertação e, por mais que a jornada acadêmica seja um tanto solitária, tenho certeza que teria sido muito mais sem a ajuda, direta ou indireta, destas pessoas. Se tive condições físicas, mentais e financeiras de realizar este grande sonho, é graças a eles.

Aos meus pais, Marco Antônio e Silvana. Sem a dedicação incondicional ao longo de toda minha vida, cada um à sua maneira, tenho absoluta certeza de que não estaria aqui. Meus maiores exemplos de amor, honestidade e cuidado. Não existem palavras suficientes no mundo para agradecer tudo o que fizeram e fazem por mim. Agradeço, ainda, à minha irmã Ana Paula. É sempre chocante ter consciência de que aquela menininha pentelha, bagunceira e sapeca já se tornou uma mulher incrível e inspiradora. Obrigada por serem o alicerce de quem sou.

Aos membros da família Couto, que sequer posso nomear sob o risco de ser injusta e esquecer alguém. Obrigada por ser a família mais unida, carinhosa, presente e engraçada que eu já conheci (modéstia à parte). Apesar dos mais de 200km que nos separam, meu amor por vocês é incondicional.

Aos meus avós, Amaral, Maria e Lindaúra. É uma enorme honra ainda tê-los perto de mim e sou diariamente grata por essa bênção.

Ao meu grande companheiro de vida, Marcus. Obrigada por ser meu melhor amigo, apoiar minhas decisões, tolerar minhas constantes mudanças de humor e dividir sempre as cargas emocionais e práticas do cotidiano. O caminho do mestrado seria muito mais árduo sem a sua presença. Como sempre dizemos: isso é só o começo, a gente ainda vai ganhar o mundo!

À minha cachorrinha, Diana. Pode não parecer racional dedicar um trabalho acadêmico a um ser que sequer sabe da existência de tal homenagem (ou que nem sabe o que é uma homenagem), mas seria injusto deixá-la de fora. Diana foi uma das principais responsáveis por manter minha sanidade ao longo do desenvolvimento desta dissertação com suas lambidas, latidos e insistência para jogar a bolinha “só mais uma vez”.

Ao meu orientador, Carlos Saiani. Serei eternamente grata por ter topado o desafio de me orientar neste tema, que, de certa forma, foge à sua área de pesquisa. Esse trabalho com certeza mudou os rumos do que desejo para o futuro como pesquisadora. Obrigada pelos conselhos, ensinamentos, sugestões e paciência. Você é uma grande inspiração para mim.

Aos amigos de tantos anos, em especial: Ananda, Gabriel, Kamila, Nícolas, Sarah e Welber. Obrigada pelas risadas que tornam a vida mais leve, pelos conselhos (acadêmicos ou não) e pelo auxílio em momentos de necessidade.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia que exerceram papel fundamental em minha formação desde a graduação e, em especial, às professoras Ana Maria e Ana Paula, que fizeram parte da banca de qualificação e deram sugestões valiosas para o trabalho.

Enfim, agradeço à Fapemig pelo apoio financeiro fornecido para o desenvolvimento desta dissertação.

Assim é que muitos homens afirmam quase com boa-fé que as mulheres são iguais aos homens e nada têm a reivindicar, e, ao mesmo tempo, que as mulheres nunca poderão ser iguais aos homens e que suas reivindicações são vãs. É que é difícil para o homem medir a extrema importância de discriminações sociais que parecem insignificantes de fora e cujas repercussões morais e intelectuais são tão profundas na mulher que podem parecer ter suas raízes numa natureza original.

Simone de Beauvoir

RESUMO

Essa dissertação investigou se o Programa Bolsa Família (PBF) foi capaz de criar um ambiente de fortalecimento do empoderamento das beneficiárias a partir da construção e análise de dois índices sintéticos, sendo estes o índice econômico e doméstico (ED) e o índice de percepção quanto ao consenso em uma relação sexual (PCRS). Foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006. A relação entre empoderamento e o PBF é estabelecida na literatura principalmente devido a uma característica institucional do programa, que é o pagamento prioritário do benefício às mulheres do domicílio. Para a análise empírica, definiu-se, com base nos índices criados, níveis de empoderamento feminino (que partiam de um nível baixo até um nível muito alto) e *dummies* que identificavam possíveis mudanças de um nível a outro. Os resultados indicam que o Bolsa Família aumentou em aproximadamente 6 pontos percentuais a probabilidade da mulher aumentar do nível médio para o nível alto de empoderamento no índice ED. Tal resultado seria um indício, portanto, de efeitos não esperados e positivos do programa sobre a questão de gênero, mas este é concentrado em mulheres que já possuem certo nível de consciência e empoderamento e, a partir do recebimento do benefício do Bolsa Família, passam a ter maior probabilidade de expandir tal nível.

Palavras-Chave: Empoderamento Feminino. Programa Bolsa Família. *Propensity Score Matching*. Brasil.

ABSTRACT

This dissertation investigated whether the Bolsa Família Program (PBF) was able to create an environment for strengthening the empowerment of beneficiaries through the construction and analysis of two synthetic indices, which are the economic and domestic index (ED) and the perception regarding consensus in a sexual relationship index (PCRS). Data from the National Survey of Demography and Health of Children and Women (PNDS) 2006 were used. The relationship between empowerment and the PBF is established in the literature mainly due to an institutional characteristic of the program, which is the priority payment of the benefit to women in the household. For the empirical analysis, it was defined, based on the indexes created, levels of women empowerment (starting from a low level to a very high level) and dummies that identified possible changes from one level to another. The results indicate that Bolsa Família increased by approximately 6 percentage points the probability of women increasing from the medium level to the high level of empowerment in the ED index. Such a result would be an indication, therefore, of the unexpected and positive effects of the program on the gender issue, but it is concentrated on women who already have a certain level of awareness and empowerment and, after receiving the Bolsa Família benefit, become more likely to expand such level.

Keywords: Women Empowerment. Bolsa Família Program. Propensity Score Matching. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Apêndice

Figura A.1 - Funções de densidade antes e depois do pareamento 139

LISTA DE GRÁFICOS

Capítulo 3

Gráfico 3.1 - Quantidade de benefícios básicos, variáveis e para a superação da extrema pobreza, de janeiro de 2014 (jan/2014) a julho de 2019 (jul/2019)	67
Gráfico 3.2 - Evolução da quantidade de famílias beneficiárias e valor repassado do Programa Bolsa Família, de janeiro de 2014 (jan/2014) a julho de 2019 (jul/2019)	68

LISTA DE TABELAS

Capítulo 2

Tabela 2.1. - Resultados do Alfa de Cronbach, segundo os índices de empoderamento	53
Tabela 2.2 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as grandes regiões geográficas (2006)	54
Tabela 2.3 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as situações dos domicílios (2006).....	55
Tabela 2.4 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as faixas etárias das mulheres (2006).....	55
Tabela 2.5 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as faixas de anos de estudo das mulheres (2006).....	56
Tabela 2.6 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e a cor das mulheres (2006)	56
Tabela 2.7 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e o estado conjugal (2006)	57
Tabela 2.8 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e a existência de trabalho (2006)	57
Tabela 2.9 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as faixas de renda domiciliar mensal per capita (2006)	58
Tabela 2.10 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as religiões (2006)	59

Capítulo 4

Tabela 4.1 - Distribuição percentual das mulheres de acordo com os níveis de empoderamento e participação no Programa Bolsa Família	88
Tabela 4.2 - Índice ED – resultados das estimativas dos modelos A: efeitos marginais	94
Tabela 4.3 - Índice ED – resultados das estimativas dos modelos B: efeitos marginais.....	96
Tabela 4.4 - Índice ED – resultados das estimativas dos modelos C: efeitos marginais.....	97
Tabela 4.5 - Índice PCRS – resultados das estimativas dos modelos A: efeitos marginais ...	100
Tabela 4.6 - Índice PCRS – resultados das estimativas dos modelos B: efeitos marginais ...	101
Tabela 4.7 - Índice PCRS – resultados das estimativas dos modelos C: efeitos marginais ...	102

Tabela 4.8 - Efeitos do PBF sobre as mudanças de níveis de empoderamento segundo o índice ED	105
Tabela 4.9 - Efeitos do PBF sobre as mudanças de níveis de empoderamento segundo o índice PCRS	107

Apêndice

Tabela A.1 - Distribuições das mulheres (%), segundo as amostras e os atributos selecionados para a análise dos índices de empoderamento (2006).....	132
Tabela A.2- Estatísticas descritivas das variáveis independentes utilizadas nas estimações econométricas.....	133
Tabela A.3 - Coeficientes e desvios-padrão dos modelos de determinantes do empoderamento feminino de acordo com as faixas do índice ED.....	134
Tabela A.4 - Coeficientes e desvios-padrão dos modelos de determinantes do empoderamento feminino de acordo com as faixas do índice PCRS	136
Tabela A.5 - Valores médios das variáveis explicativas segundo os grupos de tratamento e controle e probabilidades dos testes t de diferenças de médias	138

LISTA DE QUADROS

Capítulo 1

Quadro 1.1 - Síntese das diferentes (e principais) contribuições teóricas para a categorização do empoderamento feminino	30
Quadro 1.2 - Dimensões e níveis do empoderamento feminino	34
Quadro 1.3 - Síntese das metodologias tradicionalmente utilizadas em trabalhos que constroem índices sintéticos de empoderamento feminino e investigam seus determinantes.....	38

Capítulo 2

Quadro 2.1 - Perguntas da PNDS utilizadas na construção dos índices de empoderamento feminino, pesos, mínimos e máximos	51
---	----

Capítulo 3

Quadro 3.1 - Comparativo entre as principais características do Programa Bolsa Família (2006 e 2019).....	69
Quadro 3.2 - Revisão da literatura aplicada sobre os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre questões relacionadas à mulher	76

Capítulo 4

Quadro 4.1 - Variáveis independentes utilizadas para a realização das estimativas econômicas	90
--	----

Apêndice

Quadro A.1 - Revisão aplicada dos trabalhos que propõem índices de empoderamento feminino e seus componentes.....	128
---	-----

LISTA DE SIGLAS

ATT	Average Treatment effect on the Treated
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CEF	Caixa Econômica Federal
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DHS	Demographic and Health Surveys Program
ED	Índice Econômico e Doméstico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGD-E	Índice de Gestão Descentralizada Estadual
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
KM	Kernel Matching
NNM-CR	Nearest Neighbour Matching Com Reposição
NNM-SR	Nearest Neighbour Matching Sem Reposição
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PCRS	Índice de Percepção quanto ao Consenso em uma Relação Sexual
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM	Política de Garantia de Renda Mínima
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher
PSM	Propensity Score Matching
PTCR	Política de Transferência Condisional de Renda
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
SUTVA	Stable Unit Treatment Value Assumption
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. EMPODERAMENTO FEMININO: DEFINIÇÃO, DIMENSÕES E MENSURAÇÃO ..	22
1.1 Empoderamento feminino: fundamentação e definições	22
1.2 Dimensões do empoderamento feminino	30
1.2.1 Revisão da literatura	30
1.2.2 Proposta de tipologia para dimensões do empoderamento	33
1.3 Mensuração do empoderamento feminino	35
1.4 Índices de empoderamento feminino: revisão aplicada	37
1.5 Considerações finais do capítulo	45
2. MENSURAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO FEMININO NO BRASIL	47
2.1 Proposta de índices para dimensões do empoderamento feminino no Brasil	48
2.2 Análises: caracterização do empoderamento feminino no Brasil	53
2.3 Considerações finais do capítulo	60
3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GÊNERO	62
3.1 Programa Bolsa Família	63
3.1.1 Características e evolução	63
3.1.2 Alguns efeitos do Programa Bolsa Família: evidências empíricas	70
3.2 Programa Bolsa Família, gênero e empoderamento feminino: evidências	72
3.3 Considerações finais do capítulo	79
4. EFEITOS DO BOLSA FAMÍLIA NO EMPODERAMENTO FEMININO: METODOLOGIA E RESULTADOS	81
4.1 Metodologia: <i>Propensity Score Matching</i>	81
4.2 Estratégias empíricas e dados	87
4.3 Resultados e discussões	92
4.3.1 Índice ED: determinantes dos níveis do empoderamento feminino	93
4.3.2 Índice PCRS: determinantes dos níveis do empoderamento feminino	99
4.3.3 Índices ED e PCRS: resultados das estimativas com PSM	103
4.4 Considerações finais do capítulo	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
APÊNDICE	127

INTRODUÇÃO

De acordo com o projeto “Relógios da Violência” do Instituto Maria da Penha, a cada 7,2 segundos uma mulher é vítima de violência física no Brasil¹. Já segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018), em 2017, foram registrados 60.018 casos de estupro, o que corresponde a uma média de 164 casos por dia. Este número já seria suficientemente alarmante se casos de violência sexual não fossem considerados um dos crimes com maior subnotificação, estimando-se que apenas 10% deles chegam ao conhecimento da polícia (CERQUEIRA; COELHO, 2014). Ainda de acordo com o Fórum, ocorreram 1.133 feminicídios no país em 2017. Vale ressaltar que a grande maioria dos agressores em casos de violência contra a mulher são pessoas conhecidas da vítima: outra pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica que, em 76,4% dos casos, o agressor tinha algum vínculo com a vítima, sendo que, dentre estes, 23,8% eram cônjuges/companheiros/namorados e 15,2% ex-companheiros (BUENO et al, 2019).

A situação das mulheres no Brasil também é desfavorável ao se analisar o mercado de trabalho. Segundo o IBGE (2018), em 2016, as mulheres dedicavam, em média, 73% a mais de horas em trabalhos domésticos do que os homens, o que tem relação direta com o maior número de mulheres que trabalham em tempo parcial (28,2% contra 14,1%). Tal aspecto contribui para a desigualdade salarial existente. Mulheres recebiam, em média, pouco mais de 75% da renda dos homens, o que chegava a 63,4% para homens e mulheres com ensino superior completo ou mais. Seria de se esperar que um dos motivos para tal desigualdade fosse a menor qualificação feminina, mas não é o caso: entre 25 e 44 anos, 15,6% dos homens possuíam ensino superior completo contra 21,5% das mulheres. Acima de 45 anos, tal padrão se mantinha, mas com *gap* menor (11,6% dos homens e 12,9% das mulheres). Este panorama se refletia, portanto, em uma maioria masculina em cargos gerenciais, tanto no setor público quanto privado (62,2% contra 37,8%).

No campo político, houve uma melhora da situação feminina com a elevação do número de deputadas federais e estaduais eleitas em 2018 (VELASCO; OLIVEIRA, 2018), mas está longe de ser uma representatividade equitativa, principalmente considerando que, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a população feminina representa 52% do eleitorado (SAYURI, 2018). Atualmente, as mulheres são pouco mais de 12% no Senado e 15% na Câmara dos Deputados. Destacam-se, negativamente, os estados do Mato Grosso do Sul, que

¹ Consultar: www.relogiosdaviolencia.com.br.

não elegeu nenhuma deputada estadual, e do Acre, Bahia e Tocantins, que não tiveram candidatas para o Senado. Em comparação mundial, o Brasil está em 152º (de 190 países) em termos da proporção de cadeiras ocupadas nos parlamentos por mulheres (IBGE, 2018).

Ademais, de acordo com o Global Gender Gap Report de 2020, desenvolvido pelo Fórum Econômico Mundial (2019), o Brasil ocupa o 92º lugar de uma lista de 153 países no índice global de *gap* de gênero e, em comparação aos demais países da América Latina e Caribe, fica em 22º lugar dos 25 países considerados.

Os aspectos supracitados são apenas alguns que evidenciam que o Brasil ainda tem um longo caminho a trilhar para alcançar maior igualdade entre mulheres e homens. Um dos fatores que sedimenta a desigualdade entre gêneros no país é um sistema social patriarcal no qual os homens detêm o poder e ditam as normas que permeiam as atividades coletivas e individuais. Esta estrutura condiciona o comportamento dos indivíduos a certos papéis sociais, destinando o espaço privado à mulher e o público ao homem, e se perpetua por meio de vários sistemas, como família, religião, política etc. (LIRA; BARROS, 2015; BASTOS et al., 2018). Partindo de uma perspectiva feminista, só seria possível quebrar essa condição de subordinação a partir do empoderamento das mulheres (LISBOA, 2008).

De acordo com a literatura que será explorada ao longo desta dissertação, é possível delinear o conceito de empoderamento feminino como um processo multidimensional, não-linear e não-neutro, heterogêneo e contextual que, apesar de ter importantes bases no processo individual de empoderamento, é indissociável de transformações estruturais².

Além disso, a literatura também destaca que não é possível que uma pessoa, grupo de pessoas ou instituição dê empoderamento às mulheres, mas sim que se crie um espaço favorável de disseminação e proliferação de “práticas empoderadas” (BERTH, 2019). Nesse sentido, é possível contextualizar a relação existente entre as questões de gênero e o Programa Bolsa Família (PBF).

O PBF foi implementado em 2003, sendo resultado da unificação de quatro políticas de transferência de renda então existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás). O principal foco do PBF é combater a fome e a pobreza e, para tanto, realiza o pagamento de benefícios às famílias que se encontram abaixo de uma linha de pobreza e/ou extrema pobreza e que respeitam condicionalidades relacionadas à educação do filho e à saúde.

² Alguns dos trabalhos que contribuíram para a definição dessa definição foram: Rowlands (1995), Batliwala (1997), Sen (1998), Kabeer (1999), León (2001), Malhotra, Schuler e Boender (2002), Alsop et al. (2007), Lisboa (2007), Pandey (2014) e Berth (2019).

Trata-se do maior programa de transferência condicional de renda do mundo (GLEWWE; KASSOUF, 2008).

Devido à sua extensão e importância, o PBF é alvo de diversas pesquisas e investigações de seus possíveis impactos, tanto em termos de realização dos objetivos quanto a possíveis efeitos não esperados. Uma das questões que surgiram foi a interface que o programa possui com a questão de gênero. Apesar de não ser um de seus objetivos básicos, há trabalhos que avaliam a possível relação entre o recebimento dos benefícios monetários e o empoderamento feminino devido a uma característica fundamental do desenho institucional do programa: o pagamento é feito, prioritariamente, às mulheres. Esta opção é justificada pela premissa de que as mulheres tendem a fazer um melhor uso da renda familiar, atendendo melhor as necessidades de todos os membros (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017). Assim, é importante reforçar a ideia de que o programa poderia ter o efeito não esperado de fortalecer e facilitar o empoderamento, mas não seria ele sozinho o responsável por tal processo (BERTH, 2019).

É para este debate que a presente dissertação de mestrado pretende contribuir com evidências empíricas adicionais para a literatura. O **problema investigativo** a ser respondido e, portanto, norteador do estudo é: o PBF pode ser considerado um catalisador ou facilitador do processo de empoderamento das mulheres beneficiárias? Tal problema será respondido ao atingir o seguinte **objetivo geral**: avaliar, empiricamente, efeitos do PBF em três dimensões do empoderamento feminino a nível individual (econômica, doméstica e psicológica) a partir da definição e uso de dois índices sintéticos de empoderamento. Já os **objetivos específicos** são:

- i) revisar a literatura sobre empoderamento feminino;
- ii) discutir formas de mensuração do empoderamento feminino;
- iii) construir e analisar dois índices sintéticos de empoderamento feminino para o Brasil;
- iv) revisar o processo de criação e implementação do PBF e seus possíveis efeitos observados na literatura, ressaltando os impactos específicos à mulher;
- v) coletar e tratar os dados da PNDS; e
- vi) apresentar as estratégias empíricas e discutir os resultados encontrados.

A **hipótese** principal que será testada na dissertação aqui proposta é que o recebimento dos benefícios preferencial nas mulheres pode elevar o poder decisório destas em determinadas dimensões de seus cotidianos (econômica, doméstica e psicológica), contribuindo assim para o aumento do nível do empoderamento das beneficiárias. Para investigar esta hipótese e, consequentemente, atingir o objetivo principal e responder o problema investigativo, é prevista a realização de estratégias econometrísticas em “2 estágios”. Primeiramente, serão realizadas

estimações econométricas por métodos de *Propensity Score Matching* (PSM); em um “2º estágio”, serão estimados, por *Probit*, modelos ponderados pelos pesos gerados pelos processos de pareamento (PSM) a fim de estimar os possíveis efeitos médios do recebimento de benefícios do PBF nas dimensões supracitadas do empoderamento das mulheres beneficiárias.

As informações a serem utilizadas são oriundas da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006. Apesar de estar um pouco defasada, optou-se por, ainda assim, utilizá-la devido ao fato desta ser a única base de dados que contém uma grande variedade de informações importantes sobre o cotidiano, a conjugalidade e a saúde das mulheres a nível nacional, possibilitando assim a construção dos dois índices propostos. Deve-se ressaltar, ainda, que não são propostas avaliações de variações dos efeitos do PBF no tempo, de modo que a questão temporal não é relevante. Nesse sentido, outro aspecto favorável é que as regras do programa não sofreram muitas alterações nos elementos-chave que fundamentam o estudo proposto.

Vale ressaltar ainda que a presente dissertação realiza uma ampla investigação dos trabalhos aplicados que constroem, debatem e analisam índices sintéticos de empoderamento feminino e, apesar destes serem amplamente utilizados para analisar o grau de empoderamento das mulheres e seus principais determinantes na literatura internacional, não há exercício similar para a realidade do Brasil. Nesse sentido, portanto, o esforço de propor dois índices de empoderamento feminino com base em dados das mulheres brasileiras é de fundamental importância para preencher uma possível lacuna presente neste campo de estudos.

Considerando o debate crescente acerca das problemáticas feministas, sendo o empoderamento uma destas, o estudo aqui proposto também é justificado por buscar investigar empiricamente impactos do PBF sobre tal questão. Em particular, como o programa é, por natureza, voltado ao atendimento das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, esta dissertação recai, portanto, nas mulheres com elevada vulnerabilidade social e econômica.

Além desta introdução e das considerações finais, a presente dissertação é composta por quatro capítulos. Cada capítulo contém uma breve introdução e considerações finais. O primeiro capítulo é dedicado à discussão do empoderamento feminino, partindo das fundamentações teóricas até o debate sobre formas de mensura-lo existentes na literatura. O segundo capítulo apresenta a base de dados utilizada e propõe dois índices de empoderamento feminino, sendo estes o índice econômico e doméstico (ED) e o índice de percepção quanto ao consenso em uma relação sexual (PCRS), além de fazer análises destes de acordo com atributos locacionais e pessoais selecionados, caracterizando o problema no Brasil. O terceiro capítulo, por sua vez, discute o processo de consolidação das políticas de transferência condicional de renda (PTCR)

no Brasil e o surgimento do Programa Bolsa Família, além de discutir seus efeitos gerais e, em especial, específicos à mulher e a questões de gênero. O quarto capítulo, enfim, além de apresentar as estratégias empíricas adotadas, também expõe e discute os resultados encontrados.

1. EMPODERAMENTO FEMININO: DEFINIÇÃO, DIMENSÕES E MENSURAÇÃO

O empoderamento feminino é um tema bastante debatido nos últimos anos, mas muitas vezes é utilizado de forma generalizante ou acrítica (BERTH, 2019). O termo é extremamente fundamentado em desenvolvimentos teóricos e, quando entendido desta forma, pode desempenhar papel essencial na luta para a emancipação da mulher dos papéis tradicionais e desiguais de gênero. Assim sendo, o objetivo deste capítulo é apresentar um panorama teórico referente ao empoderamento feminino, sua fundamentação, definições e formas de mensuração.

Além desta breve introdução e das considerações finais, este capítulo é composto por outras quatro seções. Na primeira seção, há uma revisão da literatura acerca da definição e da fundamentação teórica do empoderamento feminino. Na segunda seção, são sintetizadas algumas das categorias de análise do empoderamento feminino debatidas na literatura e, ainda, há a proposição de uma tipologia para uso posterior na presente dissertação. A terceira seção, por sua vez, discute os dois principais tipos de medidas utilizadas na literatura empírica para mensurar o empoderamento feminino, sendo estas as medidas diretas e as medidas indiretas – as últimas também são denominadas como *proxies* para o empoderamento. Por último, a quarta seção realiza uma revisão de trabalhos aplicados que propõem e constroem índices sintéticos de empoderamento feminino com base, em sua maioria, nas medidas diretas.

1.1 Empoderamento feminino: fundamentação e definições

As desigualdades de gênero observadas nas mais diversas esferas sociais, econômicas e políticas não são produtos das diferenças biológicas entre os sexos³, mas sim construções sociais que segregam negativamente as mulheres em detrimento dos homens (ARRIAGADA, 2004; KERGOAT, 2009). O processo de construção social da mulher enquanto indivíduo “frágil” e “inferior” ao homem não é recente. Na verdade, esse processo remonta à Grécia antiga, em que filósofos de grande relevância, como Aristóteles, consideravam as mulheres

³ É importante pontuar que há uma diferença conceitual entre os termos “sexo” e “gênero”. Em linhas gerais, sexo designa a caracterização biológica e anatômica dos seres humanos, enquanto gênero é um conceito sociológico que qualifica os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos. Como Heilborn (2003) destaca, a “qualidade” de ser homem e de ser mulher é influenciada, em grande medida, pela cultura. Nesta dissertação, são discutidas, majoritariamente, as relações de gênero, de modo que é este o termo empregado ao longo do texto.

como seres sem autoridade e desprovidas de virtudes de caráter e racionalidade, o que culminava na atribuição do espaço público aos homens e o espaço privado e os cuidados de crianças e enfermos às mulheres (BASTOS et al., 2018).

Nessa linha, deve-se dar destaque ao conceito do patriarcado, entendido como o conjunto de regras, instituições e normas sociais que atribui e mantém papéis desiguais a homens e mulheres, com privilégios ao primeiro grupo em detrimento do segundo. Regras estas que se sustentam nos mais diversos aspectos da vida. Assim, a religião, a política e a família são alguns dos sistemas sociais que podem contribuir para a manutenção de fortes disparidades de gênero (LIRA; BARROS, 2015). Como Bastos et al. (2018) destacaram, o patriarcado deve ser entendido como uma estrutura de opressão que se mantém pelo próprio discurso bem como pela violência simbólica em que nele se concretiza. Assim, as mesmas autoras defendem que as construções ideológicas sobre a inferioridade feminina, já refutadas em grandes obras como Beauvoir (2009), são armas do patriarcado para manter a repressão e a violência contra as mulheres.

Nesse sentido, o feminismo surge como um movimento coletivo com o propósito de reivindicar os direitos das mulheres e ampliar sua participação na sociedade. O movimento, no entanto, não deve ser entendido como unitário. Há diversas vertentes feministas, que se opõem em manifestações e estratégias políticas, sendo as quatro principais (não únicas): feminismo liberal, feminismo socialista, feminismo radical e feminismo interseccional. Foge do escopo dessa dissertação uma discussão pormenorizada de cada uma dessas quatro vertentes, mas vale fazer alguns apontamentos⁴.

Em linhas gerais, o feminismo liberal entende que, por razões históricas e econômicas, nunca foi dado às mulheres as mesmas oportunidades no mercado que os homens; consequentemente, promover a inserção feminina aos serviços do Estado e à economia de mercado seria um dos principais componentes para o fim da marginalização do grupo.

Já o feminismo socialista postula que as desigualdades de gênero e as do capitalismo são mutualmente dependentes e que a divisão social do trabalho reprodutivo levou os homens a ocuparem a esfera pública (que promove prestígio), enquanto às mulheres foi relegada à esfera privada. Logo, só seria possível transformar o papel social da mulher a partir de mudanças na distribuição do trabalho reprodutivo e na atribuição dos espaços públicos e privados.

Por sua vez, o feminismo radical parte da ideia de que o principal sustentáculo do poder na sociedade é a socialização de gênero que as pessoas do sexo feminino recebem desde o

⁴ Para uma discussão mais aprofundada, ver, por exemplo, Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008), Fougeyrollas-Schwebel (2009) e Vidal (2014).

nascimento; por nascer com um aparelho reprodutivo do sexo feminino e, consequentemente, ter a capacidade de reprodução, as mulheres são socializadas dentro de determinadas regras sociais de subordinação.

Enfim, o feminismo interseccional se contrapõe à ideia do feminismo radical ao sustentar o argumento de que nem todas as mulheres são iguais; ou seja, nem todas as mulheres têm a mesma raça, classe social, orientação sexual, religião etc.. Assim, é necessário fazer recortes na análise de opressões e experiências, já que não necessariamente uma mulher sempre estará em situação de desvantagem social; afinal, o sistema patriarcal não é o único sistema social de opressão vigente.

É importante ressaltar que, por mais que o feminismo tenha o caráter de multiplicidade, de alguma forma a questão do empoderamento feminino permeia todas as vertentes, já que, de modo geral, é pela via do empoderamento que seria possível alcançar um papel de equidade para as mulheres na sociedade.

Assim, a partir de uma perspectiva feminista, só seria possível quebrar a lógica patriarcal de desigualdade de gênero a partir do processo de empoderamento feminino (LISBOA, 2008). Nesse sentido, é importante entender, *a priori*, a centralidade que o poder tem para a construção do conceito de empoderamento. Outro aspecto que também não cabe no escopo da presente dissertação é a promoção de um debate aprofundado sobre o poder enquanto objeto de pesquisa filosófico e sociológico, mas é possível fazer alguns apontamentos gerais que auxiliam na compreensão do termo.

Batliwala (1997) ressaltou como o termo empoderamento contém, em si, a palavra poder, que, por sua vez, pode ser entendido como o controle sobre bens materiais, recursos intelectuais e ideologia. Logo, o poder pertence àqueles que conseguem influenciar a distribuição e a aplicação de algum destes aspectos, sendo que, quanto maior a quantidade de recursos controlados, maior o poder de um indivíduo ou grupo.

Rowlands (1995), por sua vez, destacou que algumas definições de poder têm caráter “neutro” no que diz respeito à forma com que este se distribui na sociedade, desconsiderando as diferentes dinâmicas que assume a depender do gênero, raça ou classe, o que é alvo de críticas dos trabalhos feministas. A autora ressalta que, convencionalmente, o poder é definido como uma relação de obediência e, quando se analisa a partir de uma perspectiva de gênero, considerando a lógica do patriarcado, o poder se dá *de homens sobre mulheres*. Logo, o poder é um instrumento de dominação que pode ser usado para interferir nos mais diversos aspectos da vida das mulheres.

Esse tipo de poder pode ser exercido de forma sutil. Rowlands (1995) discorreu sobre como pessoas as quais o poder foi sistematicamente negado internalizam a mensagem de como deveriam se comportar. A autora chama este fenômeno de “opressão internalizada”. Malhotra, Schuler e Boender (2002) também chamaram a atenção para o processo em que as mulheres, ao internalizarem a ideia de que são seres inferiores em relação aos homens e dignas de menor valor, passam a tomar decisões que reforçam o *status* de subordinação que já possuem.

Kabeer (1999) afirmou que tal “opressão internalizada” pode fazer, inclusive, com que as próprias mulheres adotem pensamentos e posturas de discriminação contra outras mulheres, possibilitando assim a perpetuação de um padrão de discriminação de gênero. Logo, “quando o controle se torna internalizado dessa maneira, o uso aberto de ‘poder sobre’ não é mais necessário” (ROWLANDS, 1995, p. 102).

A discussão sobre os desdobramentos da distribuição desigual do poder possibilita um primeiro vislumbre sobre o que se trata a problemática do empoderamento feminino. No entanto, por mais que o empoderamento seja discutido nas esferas acadêmicas há algumas décadas e esteja especialmente em voga nos últimos anos, com a maior disseminação de pautas e discussões feministas nos meios de comunicação, ainda há certa dificuldade e inexistência de um consenso ao conceituar o termo, tanto a nível acadêmico quanto entre os *policy makers*.

Eyben e Napier-Moore (2009) fizeram um trabalho interessante ao entrevistar vários membros de organizações internacionais de desenvolvimento, questionando-os justamente sobre a definição de empoderamento feminino adotada em seus respectivos órgãos. As autoras constataram uma série de definições distintas e, por vezes, contraditórias sobre o que é o empoderamento feminino e como promovê-lo. Dentre os possíveis motivos para a imprecisão na definição do conceito, as autoras citaram desde a “preguiça intelectual” até uma postura de “ambiguidade estratégica”, cuja finalidade era garantir o apoio daqueles que talvez não tivessem a mesma posição se o termo fosse claramente definido.

Já no âmbito acadêmico, é possível apontar uma série de esforços teóricos em definir o empoderamento feminino. Rowlands (1995) afirmou que tal empoderamento deve ir além da ideia de expandir o acesso das mulheres no processo de tomada de decisões, incluindo também a necessidade de promover uma mudança na percepção que estas têm sobre si mesmas enquanto indivíduos atuantes e capazes, o que combateria o fenômeno da “opressão internalizada”.

Batliwala (1997), por sua vez, descreveu o empoderamento feminino como redistribuição de poder entre os gêneros, sendo que os objetivos são: i) desafiar a lógica patriarcal; ii) transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero; e iii) capacitar as mulheres pobres para que estas tenham acesso e controle de

informação e recursos materiais. Ideia similar apareceu em Stromquist (1997), que destacou a necessidade de alterar a distribuição de poder tanto nas relações interpessoais quanto a nível institucional.

Kabeer (1999) definiu o empoderamento feminino como o processo pela qual as mulheres que tiveram negada a habilidade de fazer escolhas estratégicas de vida passam a ter essa possibilidade. Para Costa (2000), empoderamento era o mecanismo pelo qual indivíduos e grupos tomam o controle de sua própria vida, bem como a consciência de sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir. Já Leon (2001) compreendeu o empoderamento das mulheres como um desafio à ideologia patriarcal, cujo objetivo é transformar as estruturas que reforçam as discriminações de gênero.

Alsop et al. (2007), por sua vez, entenderam que empoderamento reflete o aumento da capacidade de uma mulher (ou um grupo de mulheres) fazer escolhas intencionais e transformá-las em ações e resultados desejados. Já Pandey (2014) afirmou que o empoderamento é o processo de multiplicar o poder ou, então, criar autonomia em um sistema social de modo a ajudar as mulheres a, dentre outras coisas, terem o controle de suas próprias vidas e poder de influência em questões importantes.

Vários destes trabalhos, como Kabeer (1999), Malhotra, Schuler e Boender (2002) e Alsop et al. (2007), empregaram o termo “agência” ao destrinchar o cerne do empoderamento feminino, bebendo da fonte das discussões de Amartya Sen (SEN, 2010). Por agência, entende-se que cada mulher deve ser capaz e ter os meios para agir, desencadear mudanças em sua trajetória de vida e na sociedade e, consequentemente, obter os resultados que julgue ser os desejados segundo seus valores e anseios. A partir desta definição, é possível entender o porquê de vários trabalhos utilizarem o conceito, já que ele se assemelha, em grande medida, a várias das definições de empoderamento supracitadas ao ressaltar a necessidade de promover a capacidade individual da mulher de tomar decisões autônomas.

Após esta breve revisão referente a algumas das definições do empoderamento feminino encontradas na literatura, é possível perceber que diferentes autores fazem usos de termos distintos para delimitar o conceito de empoderamento feminino. No entanto, por mais que cada definição possua suas particularidades teóricas, na grande maioria das propostas, é possível apontar seis aspectos em comum, que são sintetizados e comentados a seguir.

i) o empoderamento feminino deve ser entendido como um processo multidimensional.

Um dos aspectos que é praticamente consensual é que o empoderamento feminino deve ser entendido como um “processo”, ou seja, a transformação das bases sociais que fortalecem as disparidades de gênero não acontece de forma pontual e imediata. A própria conscientização das mulheres não acontece de uma só vez, justamente pela já mencionada “opressão internalizada”, que faz com que cada mulher tenha seu próprio tempo para entender a dinâmica de submissão que a restringe; só a partir daí, ela poderá desenvolver as habilidades e exercer de fato poder sobre sua vida e sobre a sociedade como um todo. Ademais, prevalece a ideia de multidimensionalidade do empoderamento feminino, ou seja, este processo é composto por uma série de dimensões que, por sua vez, são determinadas por fatores distintos que não necessariamente devem variar conjuntamente ou de forma similar entre mulheres ou grupos de mulheres diferentes (ROWLANDS, 1995; BATLIWALA, 1997; SEN, 1998; LEÓN, 2001; MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002; ALSOP et al., 2007).

ii) o empoderamento feminino não é neutro.

A ideia de não-neutralidade do processo de empoderamento feminino está melhor delineada em Sen (1998). A autora destaca que dificilmente esse processo é neutro, por mais que inicie com base em uma ideia de neutralidade; isso ocorre justamente porque o empoderamento consiste em uma reorganização das relações de poder na sociedade em favor daqueles que têm menos – mulheres, neste caso –, o que pode causar distúrbios sociais.

iii) o empoderamento feminino não é linear nem tampouco homogêneo e deve ser entendido a partir de aspectos contextuais.

León (2001) e Malhotra, Schuler e Boender (2002) deixam claro que o processo de empoderamento feminino não é linear nem homogêneo. Ou seja, este se dará de forma distinta para cada mulher (ou grupo de mulheres) segundo suas experiências de vida, contexto cultural e histórico e do grau de subordinação pessoal, familiar, comunitário, nacional, regional e global⁵.

⁵ Indica-se a leitura de Carneiro (2003), no qual são debatidos as particularidades e os desafios do processo de empoderamento feminino a partir de um recorte racial. Berth (2019) também tem apontamentos fundamentais sobre a relação entre empoderamento e a luta antirracista.

iv) o empoderamento deve partir do próprio grupo; não é possível que algum órgão ou governo “dê” poder para as mulheres.

Apesar desta ideia ainda não ser muito clara para os *policy makers* (EYBEN; NAPIER-MOORE, 2009), no meio acadêmico parece consensual entender que o poder não é “dado” a ninguém por um terceiro; este deve suscitar da própria pessoa ou grupo. Ou seja, no processo de empoderamento feminino, não é possível que um órgão de desenvolvimento internacional ou mesmo o Estado, por meio de uma política pública, empodere as mulheres (ROWLAND, 1995; PANDEY, 2014). Entende-se, na verdade, que políticas voltadas, direta ou indiretamente, para o fomento do empoderamento feminino são “catalisadores” e devem criar um ambiente de apoio e fortalecimento, mas não são a “origem do poder” (SEN, 1998; BERTH, 2019).

v) o empoderamento feminino pode ser entendido tanto como um fim em si mesmo quanto um meio para outros fins.

Há um amplo debate sobre o processo de empoderamento das mulheres ter um caráter dual, já que pode ser entendido como um fim em si mesmo, assim como um meio para outros fins também desejáveis. O empoderamento enquanto fim entende que as mulheres terem a possibilidade de agirem, tanto a nível individual quanto a nível coletivo, de forma igualitária aos homens é um direito humano básico (ALSOP et al., 2007). Por outro lado, o empoderamento feminino também é apontado como um importante meio para o alcance de outros resultados desejáveis.

Sen (2010), por exemplo, aponta que o ganho de poder das mulheres na família e a educação destas podem reduzir consideravelmente a mortalidade infantil. Um dos meios pelas quais ocorreria tal influência seria pela maior capacidade de influenciar as decisões familiares no que diz respeito à promoção e à priorização do bem-estar dos filhos. Além disso, o autor também chama atenção para uma relação inversa entre o empoderamento das mulheres (com o maior acesso à educação e emprego) e a taxa de fecundidade. A ideia é a de que, quanto maior a educação das mulheres, mais amplos se tornam os horizontes possíveis a elas e, de modo prático, maior a difusão dos conhecimentos sobre planejamento familiar. Além disso, mulheres instruídas tendem a ter maior poder de decisão no âmbito familiar, assim como maior capacidade de influenciar as decisões relacionadas à fecundidade e à geração de filhos.

É possível apontar também alguns impactos positivos a partir de uma perspectiva econômica. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017), por exemplo, mostra que a diminuição do *gap* existente entre homens e mulheres no mercado de trabalho

poderia aumentar o nível de emprego mundial em aproximadamente 189 milhões, o que representaria uma variação percentual de pouco mais de 5% no emprego e levaria a um aumento de 3,9% do PIB mundial. Além disso, a receita global oriunda de tributos poderia aumentar em US\$ 1,5 trilhão.

Contudo, alguns autores problematizam essa “instrumentalização” do empoderamento feminino enquanto meio para o alcance de outros fins. Por mais que a instrumentalização do empoderamento torne o processo mais “palatável” no que diz respeito à implementação de políticas, Kabeer (1999) ressalta que o processo fez com que parte da pauta política originária do feminismo tenha se perdido e Berth (2019) aponta que esse tipo de visão tem como objetivo neutralizar o potencial revolucionário do processo de empoderamento. Eyben e Napier-Moore (2009) destacam, ainda, que a instrumentalização do empoderamento feminino fez com que o aspecto da eficiência ganhasse muito mais peso do que a justiça ou mesmo o argumento moral da questão feminista. Segundo uma das entrevistadas do trabalho, o debate do empoderamento feminino tinha como cerne transformar a sociedade, mas agora tornou-se algo meramente tecnocrático.

vi) não é possível entender o empoderamento feminino apenas como um processo individual; é indispensável que também ocorra a nível estrutural.

Um aspecto também presente na maioria dos trabalhos analisados é que, por mais que o processo de tomada de consciência, autonomia e autoestima a nível individual seja fundamental para o empoderamento feminino, não é possível desconectá-lo de um processo coletivo que promova transformações a nível estrutural (ROWLANDS, 1995; BATLIWALA, 1997; SEN, 1998; LISBOA, 2007; BERTH, 2019).

León (2001), por exemplo, afirma que o empoderamento individual será uma “simples e mera ilusão” se não estiver interligado com ações coletivas dentro de um processo político que altere as estruturas de poder vigentes. Berth (2019) ressalta que o fato de que um sujeito, pertencente a um grupo oprimido, ter desenvolvido percepção crítica não o protege de sofrer situações degradantes movidas e geradas pelas estruturas sociais de discriminação. Kabeer (1999), por sua vez, chama atenção para o fato de que uma mulher pode, de fato, desafiar o padrão socialmente imposto e agir de modo inconsistente com as normas de gênero. Porém, o impacto que essa ação individual pode gerar para a causa das mulheres como um todo é extremamente limitado. É por isso que, ao pensar empoderamento, não é possível desconsiderar

seu aspecto coletivo e estrutural se o objetivo final é superar definitivamente as desigualdades de gênero.

1.2 Dimensões do empoderamento feminino

1.2.1 Revisão da literatura

León (2001) aponta a existência de um movimento do feminismo teórico na direção de tornar o conceito de empoderamento feminino mais analítico e metodológico pela segmentação de diferentes categorizações por meio das quais o empoderamento se concretizaria. O Quadro 1.1 sintetiza os principais esforços nesse sentido. *A priori*, é possível notar uma grande variedade de termos utilizados. Por exemplo, dimensões para Rowland (1995) – que é o termo adotado nesta dissertação – e domínios e níveis para Alsop et al. (2007).

Quadro 1.1 - Síntese das diferentes (e principais) contribuições teóricas para a categorização do empoderamento feminino

Trabalhos	Categorias
Rowlands (1995)	- 3 dimensões: pessoal; relacionamentos; e coletivo.
Batliwala (1997)	- Espiral que afeta: indivíduo, agente ativista, coletivo e comunidade.
Stromquist (1997)	- 4 componentes: cognitivo; psicológico; político; e econômico. - 2 níveis: micro; e macro.
Malhotra, Schuler e Boender (2002)	- 6 dimensões: econômico, sociocultural, familiar e interpessoal, legal, político e psicológico. - Nível: doméstico, comunitário e campos mais amplos.
Alsop et al. (2007)	- 3 domínios, cada um com determinados subdomínios: Estado (justiça; política; serviços públicos); mercado (trabalho; bens; serviços privados); e sociedade (relacionamentos intrafamiliares e intracomunitários). - 3 níveis: local, intermediário; e macro.
Lisboa (2007)	- 3 níveis: individual; grupal ou coletivo; e estrutural.
Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008)	- 3 níveis: individual; relacional; e contextual.

Fonte: trabalhos citados no próprio quadro. Elaboração própria.

Rowlands (1995) definiu a existência de três dimensões do empoderamento feminino: pessoal, relacionamentos e coletivo. A dimensão pessoal estava relacionada ao desenvolvimento de autoconfiança e capacidades individuais; a dimensão de relacionamentos era aquela em que a mulher devia desenvolver a habilidade de negociar e influenciar a natureza de seus relacionamentos e as decisões feitas dentro destes. Já a dimensão coletiva era aquela em que havia uma mobilização comum para implementar mudanças mais amplas e estruturais na comunidade, nas instituições e na sociedade.

Já Batliwala (1997) utilizou a metáfora de uma espiral para descrever as fases do empoderamento feminino. A autora entendeu que este processo devia alterar a consciência das mulheres, o que possibilitava a criação de estratégias para promover ações de mudanças que, consequentemente, auxiliavam no alcance de níveis mais elevados de consciência e de novas estratégias, com melhores processos de execução. Nesse sentido, em consonância com a ideia da não neutralidade apontada anteriormente, o empoderamento feminino afetaria todos os atores envolvidos, quais sejam: o indivíduo, o agente ativista, a coletividade e a comunidade.

Stromquist (1997) entendeu que o processo de empoderamento feminino é formado por aspectos micro e macro. A autora o exemplificou como uma “cadeia teórica de eventos” (p. 84), que tinha início com a participação em pequenos grupos com uma agenda coletiva, que permitiriam a compreensão da dominação e das relações desiguais de gênero, levando a mudanças em nível micro (maior autonomia pessoal, redefinição dos valores maternos e renegociação das relações domésticas, por exemplo) e macro (adoção de uma agenda política com a definição de acordos coletivos).

Stromquist (1997) propôs também uma definição para empoderamento feminino que abrangia quatro aspectos: i) cognitivo; ii) psicológico; iii) econômico; e iv) político. O cognitivo referia-se à compreensão da estrutura patriarcal da sociedade e a tomada de decisões que transformassem relações familiares, sexualidade, maternidade e dinâmica familiar. O psicológico relacionava-se ao desenvolvimento de autoestima e autoconfiança, de forma a criar um senso de segurança e confiança para que as mulheres se apropriassem de suas próprias trajetórias. A autora ressaltou que é preciso reforçar o componente psicológico com o econômico, destacando o papel do trabalho para a independência econômica e pessoal. Já o componente político supunha, além da promoção da consciência individual, a habilidade para articular ações coletivas capazes de promoverem transformações sociais.

Malhotra, Schuler e Boender (2002), ao revisarem trabalhos aplicados com distintos conceitos e categorias do empoderamento, propuseram seis dimensões e três níveis de análise, sendo cada dimensão composta por “subdimensões” em que a mulher poderia ser considerada empoderada. As dimensões eram: i) econômica (decisão sobre dinheiro, acesso a emprego, terras e crédito etc.); ii) sociocultural (liberdade de movimento, ausência de discriminação contra filhas, alfabetização, exposição positiva da mulher nas mídias etc.); iii) familiar e interpessoal (por exemplo, participação em decisões domésticas, controle das relações sexuais e sistemas sociais que promovam o acesso a métodos contraceptivos e aborto); iv) legal (conhecimento de direitos e poder de mobilização, dentre outros); v) política (conhecimento do sistema político e os meios para acessá-lo, bem como o envolvimento de mulheres em sistemas

políticos locais, regionais e nacionais); e vi) psicológica (por exemplo, mulheres e nível coletivo de consciência das injustiças de gênero). Já os níveis de análise delimitados eram: doméstico, comunitário e de campos mais amplos.

Alsop et al. (2007) adotaram posição semelhante ao definir não somente categorias e subcategorias de análise, mas também níveis em que o empoderamento feminino pode se concretizar. As autoras definiram três grandes domínios: Estado, mercado e sociedade. Cada um destes, por sua vez, possuía seus próprios subdomínios. No caso do Estado, os subdomínios eram a justiça, a política e os serviços públicos. No mercado, os subdomínios eram o trabalho, bens e serviços privados. Já os subdomínios da sociedade eram os relacionamentos familiares e comunitários. Os três níveis de análise, por sua vez, eram: local (vizinhança); intermediário (comunidade que é familiar à mulher, mas com a qual ela não tinha engajamento diário); e macro (geralmente associado ao nível nacional).

Lisboa (2007), por sua vez, defendeu que o empoderamento feminino pode se manifestar em três níveis: individual, grupal ou coletivo e estrutural. O individual era aquele em que a mulher conseguia sair de uma situação de dominação e tomar o controle das decisões importantes para a sua vida. O grupal ou coletivo, por sua vez, era aquele em que havia um processo de mobilização na comunidade e de conscientização para o ganho de melhorias. Já o estrutural consistia em reivindicações, produtos do segundo nível (coletivo), nos quais os agentes lutavam pelo reconhecimento e garantia de direitos e necessidades básicas.

Enfim, Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) advogavam que o empoderamento deveria ocorrer, necessariamente, em três níveis: individual; relacional; e contextual. Para os autores, não havia uma relação linear entre estes e todos estavam interligados, de modo que alterações em um nível refletiam nos demais. O nível individual estava relacionado às transformações na agência da mulher, tornando-a uma pessoa ativa e responsável por seu próprio crescimento e escolhas. Autonomia e autoestima seriam qualidades a configurar essa dimensão.

O nível relacional, por sua vez, estava ligado ao fato do empoderamento feminino se disseminar e concretizar nas interações interpessoais, nas famílias e em grupos sociais que potencializavam o desenvolvimento feminino. Já o nível contextual era o mais amplo na medida em que abrangia questões de alcance de bem-estar, segurança econômica, reconhecimento social, individual e coletivo. Neste nível, estavam colocadas questões como a representação política das mulheres e a posição destas no mercado de trabalho.

1.2.2 Proposta de tipologia para dimensões do empoderamento

Ao analisar os esforços de vários trabalhos no que diz respeito à definição de dimensões de análise do processo de empoderamento feminino, revisados na subseção anterior, observa-se uma grande diversidade teórica, o que não impossibilita a assimilação de duas características que permeiam todos os trabalhos. A primeira é que, por mais que as categorias tenham importantes distinções entre si, todas tentam de algum modo sintetizar o maior número possível de aspectos da vida da mulher, partindo desde aqueles que são subjetivos, como a autoestima e a reversão da “opressão internalizada”, até os objetivos, como decisões econômicas e maior representatividade política. Ademais, também se sobressai dentre todas as categorias de análise o fato de que tanto o aspecto individual quanto o estrutural são considerados de algum modo, dado que, como já ressaltado, estas facetas do empoderamento feminino são indissociáveis.

Fundamentando-se na literatura discutida na subseção anterior, para o emprego posterior nesta dissertação, propõe-se aqui a tipologia apresentada no Quadro 1.2, composta por quatro dimensões do empoderamento feminino (psicológica, doméstica, econômica e político-legal) e três níveis de análise (individual, intermediário e estrutural). O nível individual diz respeito às relações interpessoais da mulher enquanto indivíduo – ou seja, com seus familiares, cônjuge, filhos, colegas de trabalho, vizinhos etc.. Já o nível intermediário, à semelhança de Alsop et al. (2007), ultrapassa os limites das relações cotidianas da mulher, mas se encontra abaixo do nível nacional. Por fim, o nível estrutural é aquele que já alcançou o nível nacional, com possibilidade de causar transformações a nível global.

Para pensar as conexões entre cada um dos níveis de análise, é possível citar Berth (2019), que afirma que “o empoderamento individual está fadado ao empoderamento coletivo” (p.54); ideia similar está presente em Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008). Ou seja, à medida que a mulher avança em seu processo de empoderamento a nível individual, há um aumento da autoconsciência e poder de atuação, possibilitando assim a realização de ações que, por sua vez, vão suscitar a ideia de empoderamento em outras mulheres e viabilizar o alcance de níveis cada vez mais altos de transformações sociais (intermediário e estrutural).

Assim, a dimensão psicológica a nível individual capta aspectos relacionados à autoestima da mulher, em especial sua percepção enquanto um agente capaz de tomar decisões autônomas, além de avanços positivos acerca do processo já comentado de “opressão internalizada”. Ou seja, a mulher entende as estruturas patriarcais da sociedade em que vive e está em constante desconstrução destas ideias que foram incorporadas inconscientemente ao

longo da vida. Já os níveis intermediário e estrutural ampliam essa noção de tal modo a dirimir a ideia de subordinação ou inferioridade da mulher.

Quadro 1.2 - Dimensões e níveis do empoderamento feminino

Dimensões / Níveis	Individual	Intermediário	Estrutural
Psicológica	Autoestima; autoconfiança; superação da “opressão internalizada”.	Consciência coletiva da subordinação da mulher na sociedade.	Superação da ideia de inferioridade da mulher; exposição positiva do papel da mulher em meios de comunicação.
Doméstica	Participação no processo decisório das questões familiares, como cuidados domésticos, criação dos filhos, visita a familiares. Ausência de violência doméstica ou qualquer tipo de repressão.	Campanhas contra a violência doméstica.	Divisão do trabalho doméstico.
Econômica	Participação nos gastos financeiros da família; autonomia para entrar no mercado de trabalho e controle de seu próprio dinheiro.	Acesso a crédito e posse de bens ou terras.	Pagamento de salários equitativos entre homens e mulheres.
Político-legal	Conhecimento de seus direitos e deveres; autonomia para votar e ter preferências políticas particulares.	Possibilidade de mobilização local pela luta de direitos ou campanhas de conscientização.	Participação efetiva da mulher em todas as esferas de governo.

Fonte: elaboração própria com base em Rowlands (1995), Batliwala (1997), Stromquist (1997), Malhotra, Schuler e Boender (2002), Alsop et al. (2007), Lisboa (2007) e Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008).

A dimensão doméstica capta a dinâmica no meio familiar, que é tido pela literatura como um dos pilares da manutenção do patriarcado (LIRA; BARROS, 2015). Considerando essa dimensão e o nível de análise individual, estão englobados o processo de tomada de decisões com relação a ações cotidianas, como criação dos filhos e visita a familiares, além da relação entre a mulher e seu cônjuge, que deve ser livre de ameaças ou qualquer tipo de violência. Quando analisado a nível intermediário ou estrutural, estas ideias passam para um processo de maior conscientização sobre violência doméstica e divisão das tarefas domésticas, por exemplo.

A dimensão econômica, por sua vez, busca englobar aspectos que envolvem a mulher em decisões de gastos financeiros, renda e participação no mercado de trabalho. Assim, a análise a nível individual destes fatores está relacionada à autonomia da mulher para trabalhar e gerir seu dinheiro, decidindo como gastá-lo. Já a nível intermediário, compreende-se, por exemplo, o maior acesso a bens ou crédito; a nível estrutural, pode-se ilustrar com a extinção de qualquer discriminação de gênero no mercado de trabalho. Por fim, a dimensão político-legal reflete todos os aspectos da mulher enquanto agente político, partindo desde o

conhecimento de seus direitos e deveres até a capacidade de se mobilizar em coletivos, participando ativamente de decisões locais, regionais e nacionais.

1.3 Mensuração do empoderamento feminino

Ao analisar a literatura empírica que objetiva, de algum modo, mensurar o nível de empoderamento feminino das mulheres (e investigar seus determinantes), é possível identificar dois tipos de medidas tradicionalmente utilizadas: i) medidas diretas; e ii) medidas indiretas (*proxies*). Das medidas indiretas, destacam-se o nível de educação e o *status* de emprego das mulheres e, menos usualmente, a idade da mulher, a idade ao casar e a diferença de idade entre o casal. Um dos principais motivos para o emprego destas *proxies* era a ausência de dados mais adequados para captar o nível de empoderamento feminino, dados estes que só começaram a ser incorporados de forma mais ampla em pesquisas demográficas mais recentemente, de tal modo que os pesquisadores precisaram enfrentar este desafio metodológico e a saída encontrada foi a aplicação de medidas indiretas (MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002).

De modo geral, as relações consideradas entre empoderamento feminino e emprego ou educação para justificar a utilização destas como *proxies* são as seguintes: no caso do emprego, a ideia é que o fato da mulher estar empregada em um trabalho remunerado aumenta seu valor dentro do âmbito familiar, dando-lhe maior incentivo e poder para participar das decisões domésticas e familiares, além de possibilitar sua autonomia financeira; já no caso da educação, considera-se o pressuposto de que o nível educacional da mulher pode aumentar sua confiança e compreensão de como o mundo funciona de forma autônoma, além de gerar impactos positivos na posição no mercado de trabalho, o que, consequentemente, pode colaborar para o fortalecimento de seu empoderamento, como explicitado acima (MASON; SMITH, 2003).

Por mais que as premissas utilizadas para fundamentar as relações entre empoderamento feminino, emprego e renda tenham um sentido lógico, estas tendem a surgir apenas de nexos teóricos, sem a tentativa de exercícios empíricos para provar as relações. Malhotra e Mather (1997) defendem, porém, que a conexão entre estes três atributos deveria ser “estabelecida” em vez de “presumida”. Assim, há uma série de críticas ao emprego destas *proxies* no sentido da possível inabilidade destas captarem adequadamente o empoderamento feminino, o que pode culminar, muitas vezes, a resultados e indicações de política errôneos (GOVINDASAMY; MALHOTRA, 1996; MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002; MASON; SMITH, 2003; DO; KURIMOTO, 2012; ASSAAD; NAZIER; RAMADAN, 2014).

Uma das críticas considera o fato, destacado anteriormente, de que o empoderamento feminino é um processo multidimensional. Não se deve esperar que todas as dimensões deste variem conjuntamente e da mesma maneira; logo, é ilusório assumir que uma única *proxy*, como educação ou situação profissional, sintetize igualmente todos os aspectos e nuances do empoderamento (MASON; SMITH, 20003). Assaad, Nazier e Ramadan (2014) ressaltam, ainda, que as medidas indiretas não apenas não fornecem evidências adequadas de quão bem refletem dimensões do empoderamento, como sequer é possível saber de fato quais dimensões estão sendo medidas.

Outro problema suscitado pela utilização de *proxies* do empoderamento feminino é o fato de que tais medidas são dependentes do contexto dos locais analisados, o que pode levar a comparações imprecisas (ASSAAD; NAZIER; RAMADAN, 2014). Nessa linha, Mason e Smith (2003) afirmam que, para alguns tipos de *proxies*, o uso não é tão problemático se as análises forem a níveis elevados de agregação, mas ainda assim não é o mais indicado.

Assim, as medidas diretas são as mais indicadas para avaliações, como as utilizadas nesta dissertação, que se propõem a mensurar o nível de empoderamento feminino. Isso porque as medidas diretas tendem a conseguirem captar diretamente o nível de controle, escolha, autonomia e consciência das mulheres em uma série de aspectos, como familiar, reprodutivo, econômico, sexual, conjugal, político etc.. Para ilustrar melhor o que são estas medidas diretas, é possível citar perguntas que as originam de algumas pesquisas demográficas, tais como:

- Quem tem a palavra final sobre as seguintes decisões domésticas em sua família?
- Você precisa pedir permissão ao seu marido para sair sozinha?
- Você acha que a violência doméstica é justificável em algumas das seguintes situações?

Percebe-se, portanto, a capacidade que essas perguntas têm de assimilar as vivências e percepções das mulheres, refletindo muito mais fiel e efetivamente a ideia de empoderamento feminino do que as *proxies* supracitadas. Além disso, as medidas diretas explicitam a qual dimensão do empoderamento a pergunta está relacionada, bem como seus determinantes e consequências, problema este que permanecia sem solução na utilização das medidas indiretas (MALHOTRA; SCHULER; BOENDER, 2002; ASSAAD; NAZIER; RAMADAN, 2014).

No entanto, alguns desafios metodológicos permanecem, mesmo com a inclusão de perguntas em pesquisas demográficas que podem ser utilizadas como medidas diretas, sendo um destes desafios a ausência de dados em série temporal. Já que o empoderamento feminino é consensualmente entendido pela literatura como um processo, o ideal é que este fosse analisado pelo menos em dois pontos ao longo do tempo. Malhotra, Schuler e Boender (2002)

fizeram uma análise bibliográfica de estudos empíricos sobre o empoderamento feminino e, dos 45 artigos analisados, apenas três fizeram uso de dados para além de um ponto no tempo. Logo, ainda permanece o problema da disponibilidade de dados adequados em série temporal para a construção de medidas diretas.

1.4 Índices de empoderamento feminino: revisão aplicada

Na seção anterior, foram discutidas as diferenças entre medidas diretas ou indiretas do empoderamento feminino, assim como vantagens e desvantagens de cada uma delas. Por sua vez, nesta seção, o objetivo principal é realizar uma revisão bibliográfica aplicada dos trabalhos que construíram índices sintéticos de empoderamento⁶. A grande maioria dos trabalhos utiliza medidas diretas, já que, como foi ressaltado, estas possuem vantagens sobre as *proxies*⁷.

Deve-se ressalvar, *a priori*, que no levantamento bibliográfico para a realização desta dissertação, não foi encontrado nenhum trabalho que tenha desenvolvido índices sintéticos de empoderamento feminino para o Brasil. No entanto, há uma grande gama de trabalhos que realizam este esforço para diversas localidades do mundo, existindo um “viés geográfico” para os países do Sul Asiático (ASSAAD, NAZIER E RAMADAN, 2014), algo que fica explícito no Quadro 1.3. Ademais, o Quadro também ilustra que grande parte dos trabalhos que constroem índices de empoderamento feminino faz uso de metodologias quantitativas para analisar seus condicionantes, com destaque para a utilização de modelos de estimações econômétricas pelo método *Logit*. Trata-se de um método de escolha binária com características similares ao utilizado nesta dissertação (*Probit*).

Um dos principais interesses dos trabalhos que calcularam índices de empoderamento feminino é a relação entre este e o uso de métodos contraceptivos. Casique (2001), com o objetivo de investigar tal relação no México, mensurou dois índices. Um media a capacidade da mulher de influenciar o processo de tomada de decisões familiares, tais como a quantidade de filhos e como criá-los, quais parentes visitar, quando realizar atividades sexuais e em quais despesas diárias incorrer. O outro índice media a autonomia feminina⁸, entendida como a

⁶ Para maiores detalhes sobre as perguntas que constituem os índices desenvolvidos pelos trabalhos que serão discutidos nessa seção, consultar o Quadro A.1 do Apêndice.

⁷ As exceções são Phan (2015) e Ewerling et al. (2017); esses dois artigos utilizam algumas *proxies* de empoderamento. No entanto, há, também, medidas diretas de empoderamento feminino na composição dos índices e, por isso, optou-se por inclui-los na presente revisão aplicada.

⁸ É importante fazer uma observação. Não existe um consenso na literatura aplicada sobre o emprego dos termos “empoderamento” e “autonomia”. Há trabalhos que usam ambos como sinônimos ao longo do texto (AL RIYAMI;

capacidade da mulher de realizar uma série de atividades sem a necessidade de pedir permissão ao marido, tais como estudar, participar de atividades da comunidade, sair e trabalhar.

Quadro 1.3 - Síntese das delimitações geográficas e metodologias tradicionalmente utilizadas em trabalhos que constroem índices sintéticos de empoderamento feminino e investigam seus determinantes

Trabalhos	Metodologia	Delimitação geográfica
Malhotra e Mather (1997)	Quantitativa (modelos <i>Logit</i> Binomial e Multinomial) e qualitativa (grupos focais)	Distrito de Kalutara – Sri Lanka
Casique (2001)	Quantitativa (modelos <i>Logit</i>)	México
Jejeebhoy e Sathar (2001)	Quantitativa (Mínimos Quadrados Ordinários) e qualitativa (grupos focais)	Província de Punjab – Paquistão e os estados de Uttar Pradesh e Tamil Nadu – Índia
Mason e Smith (2003)	Quantitativa (Mínimos Quadrados Ordinários e modelos <i>Logit</i>)	Índia, Malásia, Paquistão, Filipinas e Tailândia
Al Riyami, Afifí e Mabry (2004)	Quantitativa (modelos <i>Logit</i>)	Omã
Parveen e Leonhäuser (2004)	Quantitativa (Regressão Linear Múltipla) e qualitativa	Área rural do distrito de Mymensingh - Bangladesh
Gupta e Yesudian (2006)	Quantitativa (modelos <i>Logit</i>)	Índia
Haque et al. (2011)	Quantitativa (Regressão Linear Múltipla)	Bangladesh
Khan e Awan (2011)	Quantitativa (modelos Logít ordenado)	Paquistão
Varghese (2011)	Quantitativa (Regressão Linear) e qualitativa	Omã
Crissman, Adanu e Harlow (2012)	Quantitativa (modelos <i>Logit</i>)	Gana
Do e Kurimoto (2012)	Quantitativa (Regressões Multinomiais Bivariadas e Multivariadas)	Namíbia, Zâmbia, Gana e Uganda
Assaad, Nazier e Ramadan (2014)	Quantitativa (criação dos índices por análise fatorial e uso de mínimos quadrados ordinários)	Egito
Islam et al. (2014)	Quantitativa (modelos <i>Logit</i>)	Bangladesh
Patrikar, Basannar e Sharma (2014)	Quantitativa (modelos <i>Logit</i>)	Índia
Phan (2015)	Quantitativa (modelo de fatores ortogonais e oblíquos)	Camboja, Indonésia, Filipinas e Timor-Leste
Arestoff e Djemai (2016)	Quantitativa (pseudo painéis)	Etiópia, Malawi, Ruanda, Uganda e Zimbábue
Ewerling et al. (2017)	Quantitativa (criação dos índices por análise fatorial e Regressão de Poisson)	34 países da África

Fonte: trabalhos citados no próprio quadro. Elaboração própria.

Patrikar, Basannar e Sharma (2014) replicaram os dois índices de Casique (2001) para analisar a mesma problemática na Índia. Ambos os trabalhos utilizaram regressões logísticas e encontraram associação positiva entre o uso de métodos de contracepção e o empoderamento, sendo que, no caso indiano, apenas o índice de autonomia apresentou resultado estatisticamente

AFIFI; MABRY, 2004; DE BRAUW ET AL., 2014), enquanto outros, por sua vez, entendem que a autonomia é um dos componentes do empoderamento feminino e está mais fortemente relacionado à ideia de poder ou não ir a determinados locais ou fazer dadas tarefas sozinha ou sem precisar de permissão (CASIQUE, 2001; PATRIKAR; BASANNAR; SHARMA, 2014). Por fim, há trabalhos que entendem que os dois termos são conceitualmente diferentes (HAQUE et al., 2011). Na presente dissertação, os dois termos são considerados como sinônimos, mas priorizando o uso do termo “empoderamento feminino” por todo o seu desenvolvimento e embasamento teórico.

significante, enquanto no caso mexicano as duas dimensões do empoderamento apresentaram efeitos significativos na maioria dos aspectos de uso de contraceptivo abordados pelo trabalho.

Al Riyami, Afifi e Mabry (2004), com o objetivo de analisar o efeito do empoderamento feminino sobre a necessidade e uso de métodos contraceptivos em Omã por meio de regressões logísticas multivariadas, utilizaram dois índices: i) tomada de decisões familiares, como gastos com saúde e roupas para os filhos, resolução de problemas e planejamento familiar; e ii) liberdade de movimento para visitar familiares e ir a locais como hospital e escola das crianças.

Diferentemente dos demais trabalhos, para Omã, encontrou-se uma relação muito fraca entre o empoderamento feminino, medido pelos dois índices, e o emprego de métodos contraceptivos. Um dos principais determinantes para este uso foi, na verdade, a educação. Os autores apontam que as mulheres com maior nível de educação são mais prováveis de demandar e usar métodos contraceptivos e, por mais que haja uma ideia difundida de que maiores níveis de educação levam as mulheres a obter maior autonomia, este não foi o caso em Omã: mais de 50% das mulheres com formação universitária afirmaram que é o marido que decide usar ou não algum método para planejamento familiar contra 38,5% das mulheres não alfabetizadas.

Crissman, Adanu e Harlow (2012), também com o intuito de analisar a associação entre o uso de métodos de contracepção e o empoderamento – desta vez sexual – das mulheres em Gana, construíram um indicador para tal dimensão a partir de três aspectos: i) a capacidade da mulher negar ter relações sexuais com seu parceiro se estiver cansada ou sem vontade; ii) a ocorrência de violência caso negue ter relações sexuais; e iii) a capacidade de pedir ao marido que use camisinha se quiser ou souber que ele tem uma doença sexualmente transmissível. Os resultados sugeriram que, dentre outros fatores, como educação e renda, o empoderamento sexual das mulheres em Gana está associado ao aumento do uso de contraceptivos.

Do e Kurimoto (2012) também encontraram associação positiva entre o empoderamento feminino – medido por índices que captavam, entre outros aspectos, dimensões econômicas e socioculturais – e o uso de métodos contraceptivos em Namíbia, Zâmbia, Gana e Uganda.

A relação entre educação, trabalho e empoderamento feminino é outro dos grandes debates na vasta literatura sobre o tema. Enquanto há trabalhos que apontam que maiores níveis de educação e a inserção da mulher no mercado de trabalho são fatores determinantes para o aumento do empoderamento feminino (PARVEEN; LEONHÄUSER, 2004; KHAN; AWAN, 2011; ASSAAD; NAZIER; RAMADAN, 2014; PHAN, 2015), outros apontam que estes são importantes, mas muitas vezes não se mostram suficientes ou mesmo efetivos se o contexto social é fortemente pautado em normas e costumes conservadores e patriarciais.

Parveen e Leonhäuser (2004), para analisar o empoderamento das mulheres da área rural de Bangladesh e seus determinantes, construíram seis índices: i) contribuição para a renda familiar; ii) acesso a recursos (familiares, como comunicação, consumo equitativo de alimentos nutritivos etc., e sociais, como formação e crédito); iii) propriedade de recursos (produtivos, como terras e gado, e não-produtivos, como joias e televisão); iv) participação nas decisões familiares sobre questões domésticas, financeiras, da agricultura, entre outros; v) consciência de gênero (perguntou-se à mulher sua opinião sobre tópicos como direitos de propriedade sobre herança, escolha reprodutiva, casamento precoce, dote, direito de divórcio, preferência pelo filho do sexo masculino e diversos outros); e vi) enfrentamento aos choques domésticos (capacidade da mulher de lidar com problemas como calamidades naturais, doenças crônicas, morte inesperada de filhos ou marido etc.). O estudo concluiu que a grande maioria das entrevistadas possui um nível de empoderamento de baixo a moderado e uma das formas mais efetivas de aumentá-lo era por meio da educação e da exposição das mulheres à informação.

Khan e Awan (2011) desenvolveram dois índices para mensurar o empoderamento feminino individual do Paquistão. O primeiro media a capacidade da mulher de influenciar decisões referentes ao planejamento familiar, como o uso de métodos contraceptivos e ter ou não mais filhos. O segundo captava o poder de tomar decisões econômicas, participando na decisão domiciliar de gastos com alimentação, vestuário, tratamento médico e lazer. As evidências obtidas indicavam que o nível de empoderamento das mulheres paquistanesas nas duas dimensões é limitado, havendo também uma diferenciação no nível de empoderamento das mulheres que moram em áreas rurais e urbanas. Além disso, a divisão geográfica paquistanesa era importante na determinação do empoderamento, mas a educação e o emprego eram determinantes do empoderamento independentemente disso.

Assaad, Nazier e Ramadan (2014), para analisar os determinantes do empoderamento das mulheres egípcias, construíram dois índices com base em análise fatorial para dimensões do empoderamento referentes à tomada de decisões e à mobilidade. O primeiro englobava a compra de alimento, bens duráveis e roupas para si; aspectos da vida dos filhos, como frequência escolar e cuidados com a saúde; visita a familiares e amigos; cuidados com sua própria saúde; e uso do dinheiro da família, dentre outros. Já o de mobilidade considerava a possibilidade da mulher ir ao mercado, hospital e casa de familiares sozinha. Os resultados apontaram que idade, educação e emprego afetavam o empoderamento pelos dois índices. Assim, apesar dos autores ressaltarem que é preciso lidar com o tema de forma mais cuidadosa, devido à sua multidimensionalidade, além de levar o contexto local em conta ao analisar os

determinantes do empoderamento, sugerem que educação e emprego são dois canais principais pelos quais os formuladores de políticas podem melhorar a situação das mulheres egípcias.

Já Phan (2015) partiu da ideia de que o empoderamento feminino individual é formado por quatro aspectos: participação na força de trabalho, tomada de decisões no âmbito doméstico, planejamento familiar e educação. O autor criou um índice para cada uma destas dimensões para analisar a situação das mulheres em Camboja, Indonésia, Filipinas e Timor-Leste, por meio dos quais avaliou condicionantes do empoderamento. Para três dimensões foram encontrados alguns interessantes coeficientes estatisticamente significantes, destacando-se a participação no mercado de trabalho com os resultados mais expressivos, seguido da educação e da participação no processo decisório familiar; por sua vez, o planejamento familiar não apresentou relevância.

Por outro lado, Malhotra e Mather (1997), Jejeebhoy e Sathar (2001) e Mason e Smith (2003) são alguns dos trabalhos que debatem muito fortemente o argumento de que o contexto sociocultural é de extrema importância para a construção das estruturas de poder prevalecentes em um país, o que, por consequência, afeta diretamente o empoderamento. Malhotra e Mather (1997) investigaram a existência de uma relação entre educação, trabalho e empoderamento na esfera doméstica de mulheres da Sri Lanka. A hipótese era a de que a relação entre os três aspectos era largamente condicionada pelo contexto social e, por mais que a educação e o emprego fossem importantes, apresentavam limitações quanto à capacidade de serem potencializadores do poder das mulheres no ambiente familiar. Ademais, outros fenômenos, como casamento e estrutura familiar, também teriam papel fundamental. Logo, seria imprescindível entender o empoderamento das mulheres não apenas como um processo individual, mas também coletivo.

Os índices desenvolvidos por Malhotra e Mather (1997) para investigar – e corroborar – a hipótese supracitada foram: participação da mulher na tomada de decisões financeiras e participação nas decisões sociais e organizacionais da família e do domicílio. Os resultados sinalizaram, primeiramente, que um alto grau de empoderamento em qualquer um dos dois aspectos não necessariamente implica grande empoderamento no outro, o que corroborava a ideia amplamente difundida do empoderamento como um fenômeno multidimensional. Além disso, educação e emprego se mostraram determinantes para o índice de decisões financeiras, mas não para o social e organizacional. Para os autores, o último resultado, bem como o fraco ajuste do modelo deste índice, sugeria que outros fatores institucionais a nível social são relevantes para esta dimensão de poder.

Jejeebhoy e Sathar (2001), por sua vez, estudaram a autonomia das mulheres indianas e paquistanesas com quatro índices: tomada de decisões econômicas, mobilidade, liberdade de

ameaças do marido – se a mulher tem medo do marido e/ou já sofreu violência doméstica – e acesso e controle de recursos econômicos. Observaram que a autonomia das mulheres destes países é limitada, mas seus determinantes divergem muito a depender da região analisada. Em regiões com maior desigualdade de gênero, os principais fatores a conferir autoridade às mulheres eram aqueles tidos como “tradicionais”, como idade, duração do casamento, número de filhos do sexo masculino vivos e valor do dote. Por outro lado, nas regiões com maior igualdade de gêneros, principalmente a educação e, em menor medida, o trabalho assalariado apresentaram papel de destaque ao potencializar a autonomia feminina em praticamente todas as dimensões analisadas. Esse resultado era de suma importância, especialmente quando aplicado ao debate de políticas, pois sugeria que ações de educação e emprego não necessariamente iriam potencializar a autonomia das mulheres se os fatores “tradicionais” fossem fortemente presentes.

Mason e Smith (2003) analisaram o empoderamento de mulheres casadas na esfera doméstica de cinco países asiáticos: Índia, Malásia, Paquistão, Filipinas e Tailândia. Os cinco índices utilizados foram: a) tomada de decisões econômicas (como compra de bens duráveis, itens pessoais e oferta de sua própria mão-de-obra); b) voz ativa na decisão sobre o tamanho da família; c) liberdade de movimento; d) medo de discordar do marido e ele reagir violentamente; e e) ocorrência de violência doméstica. Os resultados corroboraram o referencial discutido anteriormente, em especial que as normas e valores da sociedade, como religião e etnia, são determinantes mais fundamentais das relações de gênero do que atributos individuais, como nível de educação e *status* de emprego. “O empoderamento feminino é, portanto, mais apropriadamente considerado como um reflexo dos sistemas sociais do que uma característica individual e atomizada” (p. 14). Os autores também enfatizaram o empoderamento como fenômeno multidimensional, no sentido de que as mulheres podem ter bons resultados em algumas dimensões, mas não necessariamente em outras.

Gupta e Yesudian (2006) avaliaram as particularidades espaciais, culturais, sociais e econômicas do empoderamento feminino na Índia por quatro índices: i) autonomia domiciliar, que englobava a preparação diária de comida, possibilidade de usar o dinheiro da família para compras e questões pessoais, cuidados com sua própria saúde e visita a familiares; ii) liberdade de movimento; iii) atitude em relação à igualdade dos gêneros, exprimindo se havia ou não alguma prioridade em relação aos filhos do sexo masculino; e iv) atitude em relação à violência doméstica. Os resultados apontaram para divergências significativas nestes índices a depender da localização geográfica, situação socioeconômica e configurações culturais. Além disso, a educação se mostrou uma característica importante para a determinação das dimensões de

empoderamento analisadas. A idade, que é um fator “tradicional”, também apresentou forte relevância explicativa, inclusive se sobressaindo ao nível de educação em dois dos quatro índices (autonomia domiciliar e liberdade de movimento).

Haque et al. (2011), partindo de definições distintas para autonomia e empoderamento, objetivava mensurar a situação das mulheres de Bangladesh. Para tanto, construíram índices para três dimensões específicas: a) tomada de decisões econômicas, o que envolvia a compra de bens duráveis e de itens de necessidade diária, além da destinação do dinheiro da família; b) tomada de decisões domiciliares, como os cuidados com sua própria saúde e a das crianças, comida a ser cozida diariamente e planejamento familiar; e c) liberdade de movimento, captando a possibilidade da mulher visitar familiares, ir à vila, mercado ou hospital sozinha.

Para Haque et al. (2011), idade, local de residência e religião eram alguns dos principais fatores condicionantes do empoderamento e da autonomia das mulheres, fatores estes de cunho “tradicional”, tal como argumentado por Jejeebhoy e Sathar (2001). Já o nível de educação apresentou efeito negativo em todas as dimensões da autonomia e positivo em apenas uma das dimensões do empoderamento, qual seja, a de tomada de decisões domiciliares. Portanto, a educação em uma sociedade conservadora e patriarcal teria a capacidade de aumentar o empoderamento, mas não necessariamente a autonomia das mulheres.

Existem, ainda, outras contribuições relevantes, como Biswas (1999), que, analisando a realidade de Bangladesh, propôs um conjunto amplo de indicadores para tentar captar diferentes dimensões e problemáticas da vida das mulheres. Estes eram: mobilidade, poder na tomada de decisões, autonomia, segurança econômica, liberdade da dominação familiar, consciência legal e política, participação em protestos públicos e campanhas políticas, contribuição para o rendimento familiar, direito reprodutivo, exposição à informação e participação em programas de desenvolvimento.

Já Varghese (2011), com o intuito de averiguar o nível de empoderamento das mulheres de Omã, construiu três índices que abrangem as dimensões doméstica, social e econômica, além de um índice geral que consiste na soma destas três dimensões. A autora encontrou um nível intermediário de empoderamento feminino no país, sendo a dimensão social a que apresentou menor desempenho dentre as três.

Islam et al. (2014), ao investigar se havia relação intergeracional na ocorrência de violência doméstica em Bangladesh, construíram um índice de autonomia feminina que seria aplicado como covariável no modelo proposto. Para tanto, os autores utilizaram perguntas sobre a capacidade de tomar decisões em cinco circunstâncias, desde a realização de compra de grande valor para a casa, até a visita a parentes e amigos. O índice mostrou-se estatisticamente

significativo, sugerindo, assim, que mulheres com alta autonomia tinham menor propensão a sofrer violência do cônjuge que as demais.

Arestoff e Djemai (2016) pretendiam responder aos seguintes questionamentos: i) o empoderamento evolui ao longo do ciclo de vida da mulher?; e ii) houve mudança no nível de empoderamento das mulheres com o passar das gerações? Para isso, partiram da ideia de que o empoderamento era um processo dinâmico tanto a nível individual – ou seja, as mulheres podiam aprimorar sua liberdade de agir e de tomar suas próprias escolhas –, quanto social, já que a expansão do acesso a diferentes mídias, como internet e televisão, bem como alterações nas regras sociais, acarretava uma mudança no comportamento e na atitude das pessoas ao longo do tempo, que tenderia a ser transmitida entre as gerações. O trabalho analisava cinco países africanos: Etiópia, Malaui, Ruanda, Uganda e Zimbábue. A medida de empoderamento construída foi o índice de atitude em relação à violência doméstica, cuja ideia subjacente é a de que, quanto menor a aceitação de violência doméstica, maior o fortalecimento do empoderamento.

As evidências obtidas por Arestoff e Djemai (2016) sugeriam que, ao longo do ciclo da vida, a violência se torna cada vez menos justificável para as mulheres. Ainda, ao analisar as mulheres segundo coortes⁹ de nascimento, apuraram se as mulheres somente aumentam seu empoderamento ao envelhecer ou se as gerações recentes já começam com um “estoque” maior de empoderamento do que seus correspondentes mais velhos. Os resultados apontavam que coortes mais jovens têm menor probabilidade de achar a violência doméstica justificável do que coortes de mais velhas, demonstrando assim uma mudança geracional. Para ilustrar esse resultado, pode-se utilizar os dados obtidos para a Etiópia: a proporção de mulheres etíopias de 22 anos a achar a violência doméstica injustificável em qualquer circunstância era maior nos anos de 1986-90 do que em 1981-85 e ainda mais expressiva quando comparado com 1976-80.

Enfim, Ewerling et al. (2017), sob as diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁰, propuseram um índice de empoderamento feminino e o aplicaram em mais de 30 países africanos. Tal índice era composto pelas seguintes dimensões: i) atitude em relação à violência doméstica; ii) independência social; e iii) tomada de decisões, tais como cuidados com sua própria saúde,

⁹ Coorte é uma ferramenta estatística que, em linhas gerais, permite a criação de conjuntos que agrupam indivíduos por meio de algum evento ou atributo comum.

¹⁰ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) consistem em um plano de ação de natureza global, articulado com o objetivo de viabilizar transformações em áreas consideradas como cruciais para um futuro próspero, justo e sustentável. Foram traçados 17 ODS e 169 metas que devem ser atingidas até 2030. Dentre as metas, destaca-se a erradicação da pobreza em todas as suas formas e o alcance da igualdade de gênero, com o empoderamento de todas as mulheres e meninas (ONU, 2015).

compra de bens duráveis e realização de visita a familiares. O índice de independência social foi associado à maior cobertura de intervenções maternas e infantis; já os índices de atitude em relação à violência e tomada de decisões foram mais consistentemente associados ao uso de contracepção moderna.

Portanto, de modo geral, esta seção explicita as inúmeras possibilidades de investigação disponíveis para se analisar a situação das mulheres em diversos âmbitos de suas vidas por meio da construção de índices de empoderamento feminino. Vale reforçar novamente que há uma lacuna a ser preenchida pela presente dissertação, já que não foi encontrado nenhum trabalho que faça exercício similar para a realidade brasileira. No próximo capítulo, os índices de empoderamento feminino aqui propostos e calculados são detalhados e analisados.

1.5 Considerações finais do capítulo

Como discutido ao longo do presente capítulo, o conceito de empoderamento feminino surge como uma “reposta” do movimento feminista às bases patriarcais existentes que oprimem às mulheres e as encaixam em certos padrões e comportamentos. Assim, o processo de redistribuir o poder na sociedade, de modo a possibilitar que as mulheres tenham direitos, oportunidades e agência faz com que o processo de empoderamento feminino se torne um instrumento poderoso para a busca de uma sociedade mais justa.

Nesse contexto, o objetivo deste capítulo foi revisar a literatura acerca das definições, dimensões e formas de mensuração do processo de empoderamento das mulheres. De modo geral, foi possível observar que não há um consenso estrito quanto à definição *per se* do conceito, mas há alguns pontos que são observados de forma quase consensual nos trabalhos sobre a temática. Assim, para o desenvolvimento dos próximos capítulos desta dissertação, será empregada a ideia de empoderamento feminino enquanto processo multidimensional, não-neutro, não-linear, heterogêneo e contextual que, apesar de ter bases importantes no processo individual, é indissociável de mudanças sociais estruturais.

A revisão da literatura teórica possibilitou observar também a existência de um movimento em direção à maior sistematização do conceito de empoderamento feminino, com a criação de dimensões de análise. À parte das especificidades de cada trabalho, foi possível perceber que praticamente todas as categorias captam aspectos individuais e estruturais do empoderamento feminino e, ainda, abarcam uma grande série de âmbitos da vida em sociedade, partindo desde o aspecto psicológico (subjetivo) até os aspectos políticos e econômicos

(objetivos). Ademais, com base na literatura revisada, realizou-se a proposição de uma tipologia para dimensões do empoderamento feminino que serão empregadas à frente para a análise dos índices construídos na presente dissertação, que consistem em quatro dimensões (psicológica, doméstica, econômica e político-legal) e três níveis (individual, intermediário e estrutural).

Outra revisão realizada refere-se à mensuração do empoderamento feminino. Observou-se que, de modo geral, é possível separar as medidas de análise em duas: diretas e indiretas. As medidas indiretas – ou *proxies* – eram mais amplamente utilizadas devido à ausência de dados adequados, sendo o nível educacional e o status de emprego as duas *proxies* principais, mas apresentavam uma série de limitações. Mais recentemente, as pesquisas demográficas começaram a incluir perguntas que possibilitam a criação de medidas diretas, que são amplamente recomendadas pela literatura empírica por solucionarem grande parte dos problemas das *proxies*, por mais que alguns desafios ainda persistam, como a dificuldade de encontrar esses dados em séries de tempo.

Enfim, também foi feita uma revisão aplicada da literatura, apontando as importantes contribuições de trabalhos de todo o mundo que construíram índices sintéticos para mensurar o empoderamento feminino e, ainda, ressaltando a carência de um trabalho similar para o Brasil. Portanto, de modo geral, o presente capítulo apresentou um panorama sintético da literatura que disserta sobre o empoderamento feminino.

2. MENSURAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO FEMININO NO BRASIL

No primeiro capítulo, delineou-se o entendimento do empoderamento feminino como um processo multidimensional fundamental para a transformação do papel social da mulher, passando de um ser considerado como frágil e desprovido de poder para um agente capaz e atuante de tomar decisões individuais e de contribuir para os rumos da sociedade. Devido à importância que o empoderamento feminino assume, é fundamental, ainda, pensar sobre formas de mensuração e sobre seus determinantes para, então, planejar estratégias de promoção.

Uma das possibilidades metodológicas existentes para mensurar fenômenos complexos é por meio da construção de índices, que possibilitam sintetizar diversas variáveis em uma única medida. Como visto na seção 1.4, há uma grande gama de trabalhos empíricos que desenvolvem índices sintéticos de empoderamento feminino para diversos países do mundo, em especial aqueles localizados no Sul Asiático, mas o levantamento bibliográfico demonstrou a existência de uma aparente lacuna na literatura empírica referente a índices construídos para o Brasil.

Assim, o objetivo principal deste capítulo é propor e analisar dois índices sintéticos de empoderamento feminino com informações brasileiras. Tais índices abrangem três dimensões do empoderamento feminino, baseando-se na discussão do primeiro capítulo¹¹ e respeitando a disponibilidade de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006, última com todas as variáveis necessárias. Vale antecipar que os índices serão posteriormente utilizados para a avaliação dos possíveis impactos do Programa Bolsa Família sobre a questão (Capítulo 4), por meio de estimativas econômicas. O primeiro índice sintético de empoderamento feminino é denominado como econômico e doméstico (ED) – abrangendo, assim, dimensões econômicas e domésticas –, enquanto o segundo refere-se à percepção quanto ao consenso em uma relação sexual (PCRS), estando mais associado à dimensão psicológica.

Além desta introdução e das considerações finais, este capítulo é composto por outras duas seções. A segunda seção contém a proposta dos índices sintéticos de empoderamento feminino no Brasil, bem como a apresentação da base de dados utilizada para a construção

¹¹ Naquele capítulo, foi a realizada a proposta, de acordo com a literatura, de sintetizar o processo de empoderamento feminino em quatro dimensões, quais sejam: psicológica, doméstica, econômica e político-legal. Conforme será discutido com mais detalhes no presente capítulo, devido à disponibilidade de informações para a mensuração, são consideradas nesta dissertação as dimensões psicológica, doméstica e econômica.

destes. Já a terceira seção apresenta a análise e a caracterização dos índices das dimensões de empoderamento feminino de acordo com uma série de atributos locacionais e pessoais.

2.1 Proposta de índices para dimensões do empoderamento feminino no Brasil

Partindo da compreensão discutida no primeiro capítulo do empoderamento feminino como um processo multidimensional, não-linear, não-neutro, heterogêneo e contextual que, apesar de ter bases importantes no processo individual, é indissociável de mudanças sociais estruturais, o objetivo dessa seção é apresentar uma proposta de dois índices sintéticos de empoderamento feminino: o índice econômico e doméstico (ED) e o índice de percepção do consenso em uma relação sexual (PCRS). Tal proposta tem como base a revisão aplicada da seção 1.4 desta dissertação e respeita a disponibilidade de informações da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006, única base de dados encontrada para o Brasil que possibilita o cálculo dos indicadores para uma amostra representativa para todo o país.

A PNDS faz parte de um programa mundial de pesquisas, conhecido como *The Demographic and Health Surveys (DHS) Program*. Este foi estabelecido em 1984 pela Agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional (USAID, em inglês) e conta com a parceria de várias instituições internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial. O objetivo principal deste programa é fornecer assistência técnica para pesquisas em mais de 90 países, promovendo a compreensão global das tendências de saúde, nutrição e população nos países em desenvolvimento¹².

O programa foi implementado em fases sobrepostas de cinco anos, sendo que a primeira fase teve início no ano de criação da DHS e durou até 1995¹³. O Brasil participou de três fases. A primeira participação, em 1986, ocorreu na primeira fase do programa; em 1996, o Brasil participou da terceira fase; e em 2006 (quinta fase), sendo este o ano com dados mais recentes para o país. A PNDS tem representatividade nacional, abarcando as cinco macrorregiões

¹² Boa parte dos trabalhos aplicados revisados na seção 1.4 utilizam dados oriundos da DHS, sendo estes: Gupta e Yesudian (2006), Haque et al. (2011), Crissman, Adanu e Harlow (2012), Do e Kurimoto (2012), Islam et al. (2014), Phan (2015), Arestoff e Djemai (2016) e Ewerling et al. (2017). Isso demonstra que, por mais que o programa não tenha como objetivo principal fornecer informações sobre a problemática da posição da mulher, é uma importante fonte de dados para esse propósito.

¹³ Para mais detalhes sobre o DHS Program, ver: <https://dhsprogram.com/>.

geográficas brasileiras, bem como as áreas urbana e rural. Logo, a PNDS apresenta uma dupla capacidade de comparabilidade, tanto a nível nacional (regional) como internacional.

O banco de dados é composto por informações de 15.575 mulheres entrevistadas entre novembro de 2006 e maio de 2007, com idade entre 15 e 49 anos, além de pouco mais de 5.000 crianças menores de 5 anos de idade, que também representavam parte importante do público-alvo da Pesquisa. As informações foram coletadas por dois questionários aplicados por equipes de campo, sendo um respondido pelo responsável do domicílio, contendo, entre outros aspectos, variáveis socioeconômicas sobre o domicílio e seus moradores. O outro foi respondido apenas pelas mulheres, com variáveis referentes a elas e aos filhos menores de 5 anos.

O questionário exclusivo da mulher é composto pelas seguintes seções: i) características da entrevistada; ii) reprodução; iii) anticoncepção, da qual também faz parte uma subseção de acesso a medicamentos; iv) gravidez e parto, aplicado apenas às mulheres que tiveram um ou mais filhos nascidos vivos a partir de janeiro de 2001; v) conjugalidade e atividade sexual; vi) planejamento da fecundidade; vii) características do cônjuge e do trabalho da mulher; viii) mensurações antropométricas; e ix) coleta de sangue¹⁴.

O primeiro índice de empoderamento aqui proposto, o econômico e doméstico (ED), utiliza perguntas que captam a dinâmica familiar das mulheres, bem como sua capacidade de exercer influência sobre decisões que envolvam gastos financeiros. Estas questões se encontram na seção de características do cônjuge e do trabalho da mulher da PNDS. O segundo índice, o de percepção quanto ao consenso em uma relação sexual (PCRS), é referente ao entendimento que a entrevistada possuía sobre a possibilidade de uma mulher negar manter relações sexuais com seu cônjuge em uma variedade de cenários, inclusive no caso em que ela está cansada ou simplesmente não quer. Tal questão está incluída na seção de planejamento da fecundidade da PNDS. As questões para os dois índices são apresentadas mais adiante no Quadro 2.1.

Com base na tipologia proposta na subseção 1.2.2 para uso nesta dissertação, é possível categorizar o índice ED nas dimensões econômica e doméstica do empoderamento feminino. Vale relembrar que, na tipologia, tais dimensões são consideradas separadamente, mas, devido às limitações dos dados da PNDS, optou-se por um índice conjunto destas. Isso porque, das seis perguntas que compõem o índice, apenas duas estão diretamente relacionadas à dimensão econômica. Portanto, para construir um índice mais robusto e com maior variabilidade dos resultados, optou-se por representar essas duas dimensões em um único índice.

¹⁴ A aplicação dos questionários foi acompanhada de outras verificações para comprovar algumas das informações, como o cartão de vacinação da criança e embalagens de contraceptivos. Além disso, a PNDS também realizou coleta de amostras de sangue das mulheres e do sal consumido nos domicílios.

Por sua vez, o índice PCRS pode ser associado à dimensão psicológica. A justificativa para classificar este índice em tal dimensão reside na ideia de que, se uma mulher demonstra o entendimento de que é possível, não apenas a ela como a toda e qualquer pessoa do sexo feminino, ter controle de seu corpo e suas relações íntimas, isso é um indicativo de que há avanços na desconstrução da “opressão internalizada” e, de forma indireta, expressa também a questão da autoestima. Além disso, é importante ressaltar que tanto o índice ED quanto o índice PCRS analisam o empoderamento das mulheres a nível individual.

A opção metodológica sobre qual o peso atribuir a cada poder de escolha da mulher no índice ED diverge na literatura. Há artigos que consideram apenas a possibilidade da mulher ter tomado uma decisão sozinha, descartando assim as respostas que incluem mulheres que tomaram decisões conjuntas com seus cônjuges ou parentes¹⁵. No entanto, a grande maioria opta por considerar todas as respostas em que a mulher teve a capacidade de contribuir na tomada de decisões, sendo que há trabalhos que não fazem distinção entre a mulher ter decidido sozinha ou em conjunto com outras pessoas¹⁶, enquanto outros distinguem essas situações por meio dos pesos, atribuindo valor máximo caso a mulher tenha tomado a decisão sozinha, um peso inferior, mas ainda positivo, se a mulher tomou a decisão em conjunto com outra pessoa e, enfim, peso nulo, caso a mulher não tenha se envolvido na tomada de decisão em questão¹⁷.

Esta última é a opção escolhida para o cálculo do índice proposto na presente dissertação referente às dimensões econômica e doméstica (ED). Conforme é demonstrado no Quadro 2.1, atribui-se “peso 2” para as respostas das mulheres que afirmaram tomar a decisão sozinha; “peso 1” para as respostas das mulheres que dividiam a tomada de decisões com seu cônjuge ou outro parente; e “peso 0” para as respostas das mulheres que afirmaram não ter poder sobre tal decisão final. Assim, considerando as perguntas selecionadas e os pesos atribuídos, o índice ED tem valor mínimo 0 e máximo 12.

É interessante, neste ponto, fazer uma reflexão. Por mais que as mulheres sejam as principais responsáveis pela execução do trabalho doméstico, relação já verificada na literatura (JESUS, 2018; IBGE, 2019), o comando sobre as decisões tomadas dentro deste espaço ainda se restringe muitas vezes aos homens (IPEA, 2014). Ainda, não é possível descartar o fato de que o ambiente familiar e doméstico é um dos espaços de existência das mulheres, assim como

¹⁵ Por exemplo, Al Riyami, Afifi e Mabry (2004), Haque et al. (2011) e De Brauw et al. (2014). Vale ressaltar que o segundo trabalho considera tanto se a mulher toma decisão sozinha (em indicadores de autonomia) quanto se ela compartilha a decisão com outras pessoas (em indicadores de empoderamento).

¹⁶ É o caso de Gupta e Yesudian (2006), Do e Kurimoto (2012) e Islam et al. (2014).

¹⁷ Como visto em Casique (2001), Jejeebhoy e Sathar (2001), Assaad, Nazier e Ramadan (2014), Patrikar, Basannar e Sharma (2014), Phan (2015) e Ewerling et al. (2017).

o mercado de trabalho, as esferas políticas etc.. Então, por mais que o debate sobre a divisão das tarefas domésticas se apresente de modo emergencial para a realidade brasileira, não é possível excluir a discussão sobre a inclusão da mulher no processo de decisões tomadas no âmbito doméstico – e é justamente isso que o índice de empoderamento ED sintetiza.

Quadro 2.1 - Perguntas da PNDS utilizadas na construção dos índices de empoderamento feminino, pesos, mínimos e máximos

Índices	Perguntas	Respostas	Pesos	Mínimos	Máximos
<i>Econômica e Doméstica (ED)</i>	Quem decide/decidia o que fazer com o dinheiro que você ganha/ganhava?	1- entrevistada 2- cônjuge 3- cônjuge e entrevistada 4- outro parente 5- outro parente e entrevistada	2- sozinha 1- entrevistada	0	12
	Palavra final em compra de grande valor para a casa?	1- entrevistada 2- cônjuge 3- cônjuge e entrevistada	1- entrevistada e outras pessoas		
	Palavra final em cuidado com sua própria saúde?	4- outro parente	0- outras pessoas		
	Palavra final em compra para as necessidades diárias?	5- outro parente e entrevistada			
	Palavra final em visita para a família ou parentes?	96- outras pessoas			
<i>Percepção quanto ao Consenso em uma Relação Sexual (PCRS)</i>	Palavra final em comida que deve ser preparada diariamente?	Acha que a mulher pode se recusar a fazer sexo com o marido/companheiro quando: sabe que ele tem uma DST? sabe que ele faz sexo com outras mulheres? ela teve filho recentemente? ela está cansada? ela não quer?	1- sim 2- não 98- não sabe	1- sim 0- não ou não sabe	0 5

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006, e trabalhos citados no texto. Elaboração própria.

Já para o índice de percepção quanto ao consenso em uma relação sexual (PCRS), seguindo a literatura discutida anteriormente, entende-se que uma mulher consciente de sua capacidade de tomar decisões autônomas que envolvam suas vontades e seu próprio corpo deve expressar a possibilidade de negar uma relação sexual com seu cônjuge, tendo um “motivo aparente” (como no caso em que a mulher teve filho recentemente) ou não (no caso em que a mulher não quer). Analogamente a Gupta e Yesudian (2006), a ideia que está subjacente a este índice é a de aceitação ou não pelas mulheres das supostas normas sociais que dão aos homens o “direito”, neste presente caso, de manter relações sexuais com a mulher, mesmo que ela não esteja disposta a isso. Logo, atribuiu-se “peso 1” para as respostas positivas das mulheres e

“peso 0” para as respostas negativas bem como para aquelas que não sabiam responder à questão. Levando em conta as perguntas selecionadas e os respectivos pesos atribuídos, que são sintetizados no Quadro 2.1, o valor mínimo do índice PCRS é 0 e o máximo é 5.

É importante reforçar que o Quadro 2.1 apresenta detalhadamente todas as variáveis utilizadas na construção dos índices propostos a partir de dados oriundos de perguntas e opções de respostas do questionário da PNDS, bem como os pesos atribuídos e os valores máximo e mínimo de cada um. Para construí-los, somou-se a pontuação de cada mulher em cada índice. Optou-se por ajustar os índices entre valores de 0 a 1 por meio da fórmula expressa pela equação (2.1), seguindo Haque et al. (2011), Varghese (2011) e Islam et al. (2014).

$$\text{Índice da Dimensão} = \frac{\text{Pontuação Obtida} - \text{Pontuação Máxima}}{\text{Pontuação Máxima} - \text{Pontuação Mínima}} \quad (2.1)$$

Para analisar o grau de consistência interna dos indicadores, ou seja, a capacidade das variáveis (ou itens) utilizadas de medir o mesmo conceito ou constructo, aplicou-se o alfa de Cronbach (1951), dado pela equação (2.2). O alfa de Cronbach apresenta, em geral, valores entre 0 e 1, sendo que, quanto maior o valor do coeficiente, maior a consistência interna do índice, o que é desejado para a construção de um índice coerente. Há divergências sobre qual o valor adequado para o alfa, mas, de modo geral, a literatura aponta que valores acima de 0,6 já são aceitáveis, sendo o mais indicado considerar valores a partir de 0,7 (VIEIRA, 2015).

Maroco e Garcia-Marques (2006) apontam também que, para lidar com possíveis problemas de subestimação do grau de confiabilidade, é indicado utilizar, ainda, o alfa de Cronbach estandardizado, em que os itens (variáveis) têm média 0 e variância 1, sem que haja qualquer mudança na interpretação do coeficiente: quanto maior o valor do alfa, maior a consistência interna do índice. Assim, tem-se o cálculo do alfa (α) pela equação (2.2).

$$\alpha = \frac{k}{k-1} \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k S_i^2}{S_T^2} \right) \quad (2.2)$$

sendo: k o número de itens (ou seja, cada uma das perguntas apresentadas no Quadro 2.1 que formam os índices), $\sum_{i=1}^k S_i^2$ a soma das variâncias do item i ($i = 1, \dots, k$) e S_T^2 a variância dos totais de pontuação de cada respondente.

Assim, estima-se o coeficiente alfa de Cronbach para os dois índices de empoderamento, bem como o coeficiente levando em consideração todos os itens. Ademais, calcula-se o alfa da amostra balanceada que, como detalhado mais adiante, considera apenas as mulheres que responderam a todas as questões selecionadas para a construção dos dois índices sintéticos aqui

propostos. Seguindo a recomendação de Maroco e Garcia-Marques (2006), também são estimados os alfas estandardizados para todas as situações supracitadas.

Tabela 2.1 - Resultados do Alfa de Cronbach, segundo os índices de empoderamento

Índices do Empoderamento / Amostras / Tipos de Alfas	Amostras Totais		Amostra Balanceada	
	Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach Estandardizado	Alfa de Cronbach	Alfa de Cronbach Estandardizado
Econômica e Doméstica (ED)	0,7627	0,7462	0,7319	0,7073
Percepção quanto ao Consenso em uma Relação Sexual (PCRS)	0,7068	0,7103	0,6757	0,6782
ED + PCRS	0,6971	0,6799	0,6762	0,6516

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Os resultados estão dispostos na Tabela 2.1. Estes sugerem que há consistência interna nos índices de empoderamento feminino aqui construídos, dado que os valores de todas as estatísticas estão próximos ou acima de 0,7, sendo possível considerar os índices confiáveis.

2.2 Análises: caracterização do empoderamento feminino no Brasil

A seguir, é realizada uma caracterização do empoderamento feminino no Brasil segundo os índices para as três dimensões propostas e calculados neste estudo com dados da PNDS de 2006. Para isso, analisa-se as médias e os desvios-padrão dos índices de acordo com características locacionais (domicílio urbano ou rural e grandes regiões geográficas) e pessoais (idade, anos de estudo, cor, estado conjugal, trabalho, renda e religião).

Dada a diferença do número de mulheres (tamanho das amostras) que responderam as questões base da mensuração dos índices, são apresentadas as estatísticas descritivas para as amostras totais de cada um e para a amostra balanceada, que corresponde às mulheres que responderam todas as questões¹⁸. Para calcular as médias e os desvios-padrão, utilizou-se o fator de expansão da amostra para obter resultados mais representativos, seguindo recomendações da própria PNDS de 2006.

A Tabela 2.2 apresenta os índices médios e seus desvios-padrão para o Brasil e suas macrorregiões geográficas. Primeiramente, vale apontar que os valores médios para os dois índices não variam muito entre as amostras (total e balanceada), tanto no Brasil como em suas

¹⁸ No índice ED, a amostra total é composta por 7.824 mulheres (observações) e, no índice PCRS, por 12.003 mulheres. Já na amostra balanceada para os dois índices, constam 7.809 mulheres. Na Tabela A.1 do Apêndice consta a distribuição das mulheres das amostras utilizadas nas análises deste capítulo – inclusive segundo os atributos analisados mais adiante.

grandes regiões. Destaca-se o fato dos valores médios do índice econômico e doméstico (ED) serem bem inferiores aos do índice de consenso em relação sexual (PCRS).

Considerando a Tabela 2.2 e tomando como base a categorização para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁹, tal como em Varghese (2011) e Islam et al. (2014), observa-se, no geral, nível mediano de empoderamento feminino em questões econômicas e domésticas, mas muito elevado quanto à percepção do que uma mulher pode fazer ou não com seu próprio corpo em uma relação sexual. Além disso, as diferenças de empoderamento feminino entre as mulheres pelo índice ED são maiores do que as diferenças pelo índice PCRS, o que é sinalizado pela comparação dos desvios-padrão.

Tabela 2.2 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as grandes regiões geográficas (2006)

Índices / Amostras / Regiões	Econômica e Doméstica (ED)		Consenso em Relação Sexual (PCRS)	
	Amostra Total	Amostra Balanceada	Amostra Total	Amostra Balanceada
Norte	0,6545 (0,2342)	0,6547 (0,2346)	0,9493 (0,1480)	0,9520 (0,1369)
Nordeste	0,6932 (0,2418)	0,6932 (0,2418)	0,9345 (0,1645)	0,9385 (0,1613)
Sudeste	0,6771 (0,2367)	0,6771 (0,2367)	0,9133 (0,1914)	0,9232 (0,1753)
Sul	0,6815 (0,2177)	0,6816 (0,2177)	0,9316 (0,1681)	0,9380 (0,1568)
Centro-Oeste	0,6928 (0,2191)	0,6931 (0,2193)	0,9373 (0,1626)	0,9502 (0,1439)
Brasil	0,6812 (0,2339)	0,6813 (0,2339)	0,9261 (0,1766)	0,9333 (0,1647)

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Observação: desvios-padrão entre parênteses.

Os índices médios de empoderamento e seus respectivos desvios-padrão de acordo com as situações dos domicílios (urbanos ou rurais) constam na Tabela 2.3. Nesse caso, também é observada a melhor situação de empoderamento pelo índice PCRS, independentemente se o domicílio é urbano ou rural e as amostras – com pequenas variações entre elas, o que também é verificado nas tabelas posteriores para as análises por atributos pessoais. A comparação entre mulheres que residem em áreas urbanas e rurais sinalizam uma pequena vantagem em termos de empoderamento, nos dois índices, para mulheres de domicílios urbanos. Esta evidência está de acordo com as de outros trabalhos, como Khan e Awan (2011) e De Brauw et al. (2014).

¹⁹ A ONU (2019) considera um nível baixo de desenvolvimento valores abaixo de 0,55; valores entre 0,55 e 0,699 são considerados mediano; entre 0,7 e 0,799, considera-se um nível alto de desenvolvimento; e, acima de 0,800, há um nível muito alto de desenvolvimento.

Tabela 2.3 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as situações dos domicílios (2006)

Índices / Amostras / Situações dos Domicílios	Econômica e Doméstica (ED)		Consenso em Relação Sexual (PCRS)	
	Amostra Total	Amostra Balanceada	Amostra Total	Amostra Balanceada
Urbano	0,6845 (0,2335)	0,6846 (0,2335)	0,9280 (0,1734)	0,9355 (0,1613)
	0,6594 (0,2355)	0,6596 (0,2356)	0,9156 (0,1926)	0,9191 (0,1846)
Rural				

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Observação: desvios-padrão entre parênteses.

Iniciando as análises segundo características pessoais, a Tabela 2.4 mostra as estatísticas descritivas dos índices de empoderamento segundo três faixas etárias. Pelo índice ED, observa-se que quanto maior a idade da mulher, maior a sua capacidade de decidir sobre estes aspectos da sua vida. As mulheres jovens, com idade entre 15 e 25 anos, apresentam média muito abaixo das mulheres de 26 a 35 anos e de 36 a 49 anos, sendo estas últimas as que apresentam melhor resultado – maior índice médio e menor desvio-padrão. Por outro lado, no que diz respeito ao índice PCRS – com índices médios superiores aos da ED e menores desvios-padrão –, não há um padrão claro de melhora ou piora durante a vida das mulheres (cronologicamente): a média varia pouco entre as faixas e as mulheres entre 26 e 35 anos são as com melhor resultado.

Tabela 2.4 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as faixas etárias das mulheres (2006)

Índices / Amostras / Faixas Etárias	Econômica e Doméstica (ED)		Consenso em Relação Sexual (PCRS)	
	Amostra Total	Amostra Balanceada	Amostra Total	Amostra Balanceada
De 15 a 25 Anos	0,5531 (0,2451)	0,5531 (0,2453)	0,9175 (0,1842)	0,9207 (0,1781)
	0,7036 (0,2078)	0,7036 (0,2078)	0,9407 (0,1597)	0,9435 (0,1561)
De 26 a 35 Anos	0,7557 (0,2064)	0,7557 (0,2064)	0,9217 (0,1820)	0,9339 (0,1609)

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Observação: desvios-padrão entre parênteses.

A Tabela 2.5, por sua vez, apresenta os índices de empoderamento médios e seus desvios padrão segundo as faixas de anos de estudo das mulheres. Os dados da tabela sugerem que, pelo índice ED, o aumento da escolaridade não melhora o nível médio de empoderamento das mulheres – com pouca variabilidade do desvio-padrão. As mulheres com até 5 anos de estudo apresentam o melhor resultado médio dentre todas as analisadas. Tais evidências devem ser destacadas e ressaltadas por contradizerem o que seria esperado no sentido de que o nível de educação teria uma relação positiva com o empoderamento feminino.

Tabela 2.5 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as faixas de anos de estudo das mulheres (2006)

Índices / Amostras / Faixas de Anos de Estudo	Econômica e Doméstica (ED)		Consenso em Relação Sexual (PCRS)	
	Amostra Total	Amostra Balanceada	Amostra Total	Amostra Balanceada
Até 5 Anos	0,7336 (0,2202)	0,7336 (0,2202)	0,9096 (0,1992)	0,9154 (0,1904)
De 6 a 10 Anos	0,6770 (0,2472)	0,6771 (0,2472)	0,9197 (0,1871)	0,9300 (0,1678)
11 ou Mais Anos	0,6580 (0,2268)	0,6581 (0,2269)	0,9423 (0,1479)	0,9446 (0,1467)

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Observação: desvios-padrão entre parênteses.

Por outro lado, no índice PCRS, tal relação positiva é sinalizada na média. Ou seja, mulheres com mais anos de estudo têm melhores resultados – maiores médias e menores desvios-padrão –, sugerindo, assim, uma melhora, em função do nível de educação, da percepção das mulheres sobre a possibilidade de terem o controle de seus corpos e suas vontades em uma relação sexual.

A Tabela 2.6 mostra os índices médios (e desvios-padrão) de empoderamento feminino de acordo com as cinco cores (etnias) consideradas na PNDS. Pelo índice ED, as mulheres tidas como amarelas são as com menor índice médio de empoderamento e as pretas são as com maior média. O segundo maior índice médio é o das brancas, que também apresenta a menor diferença de empoderamento econômico e doméstico entre as mulheres que compõem o grupo – menor desvio-padrão. Por outro lado, mesmo que bem próximas às demais, as mulheres declaradas como pretas são as com menor índice médio – e com maior desvio-padrão – pelo índice PCRS; enquanto as indígenas são as com maior índice médio. Portanto, nesse atributo, não é observado um padrão claro de diferenças de empoderamento entre os índices.

Tabela 2.6 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e a cor das mulheres (2006)

Índices / Amostras / Cores	Econômica e Doméstica (ED)		Consenso em Relação Sexual (PCRS)	
	Amostra Total	Amostra Balanceada	Amostra Total	Amostra Balanceada
Branca	0,6848 (0,2288)	0,6849 (0,2289)	0,9276 (0,1753)	0,9408 (0,1528)
Preta	0,7050 (0,2394)	0,7051 (0,2394)	0,9151 (0,2115)	0,9335 (0,1734)
Parda	0,6770 (0,2356)	0,6770 (0,2356)	0,9263 (0,1720)	0,9256 (0,1748)
Amarela	0,6370 (0,2309)	0,6377 (0,2312)	0,9295 (0,1462)	0,9371 (0,1518)
Indígena	0,6425 (0,2590)	0,6425 (0,2590)	0,9408 (0,1498)	0,9465 (0,1218)

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Observação: desvios-padrão entre parênteses.

Uma das evidências mais inesperadas é observada, na Tabela 2.7, com as mulheres sendo segmentadas de acordo com seu estado conjugal²⁰. Diferentemente do que se poderia esperar, as mulheres com cônjuge apresentam um índice médio de empoderamento ED bem superior ao índice médio das mulheres sem cônjuge – e também menor desvio-padrão. Já na questão do consenso em relação sexual (PCRS), os índices médios são bastante próximos, com uma pequena vantagem para as mulheres sem cônjuge – mas com maior desvio-padrão.

Tabela 2.7 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e o estado conjugal (2006)

Índices / Amostras / Estados Conjugais	Econômica e Doméstica (ED)		Consenso em Relação Sexual (PCRS)	
	Amostra Total	Amostra Balanceada	Amostra Total	Amostra Balanceada
Com Cônjuge	0,7043 (0,1885)	0,7044 (0,1885)	0,9251 (0,1743)	0,9330 (0,1611)
Sem Cônjuge	0,6335 (0,3016)	0,6335 (0,3017)	0,9283 (0,1816)	0,9341 (0,1719)

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Observação: desvios-padrão entre parênteses.

Ressaltando a importância do emprego²¹, a Tabela 2.8 mostra os índices médios (e os desvios-padrão) de empoderamento feminino aqui calculados segundo a existência de trabalho ou ocupação. Observa-se que as mulheres que declararam ter algum trabalho ou ocupação apresentam, nos dois índices, valores médios relativamente superiores, assim como menores desvios-padrão. Cabe destaque especial para o índice econômico e doméstico (ED), no qual a diferença média das mulheres com e sem trabalho é maior.

Tabela 2.8 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e a existência de trabalho (2006)

Índices / Amostras / Existência de Trabalho	Econômica e Doméstica (ED)		Consenso em Relação Sexual (PCRS)	
	Amostra Total	Amostra Balanceada	Amostra Total	Amostra Balanceada
Com Trabalho	0,6904 (0,2306)	0,6905 (0,2306)	0,9333 (0,1651)	0,9368 (0,1597)
Sem Trabalho	0,6298 (0,2454)	0,6297 (0,2455)	0,9155 (0,1915)	0,9142 (0,1891)

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Observação: desvios-padrão entre parênteses.

²⁰ Considera-se com cônjuge as mulheres que estavam formalmente casadas ou unidas à época da PNDS. Já as mulheres sem cônjuge são aquelas que reportaram estar solteira, viúva, separada, desquitada ou divorciada.

²¹ Considerando todas as mulheres que declararam ter ou não algum tipo de trabalho ou ocupação.

Como foi considerada a existência ou não de algum tipo de trabalho (ou ocupação), também é interessante avaliar possíveis tendências do empoderamento feminino em função da renda laboral, mas não somente da mulher e sim do domicílio em que reside – em salários mínimos (S.M.) de 2006²². A Tabela 2.9 apresenta os índices médios de empoderamento feminino e os respectivos desvios-padrão em oito faixas de renda domiciliar mensal *per capita*. Primeiramente, vale ressaltar que a relação entre a renda e o empoderamento não segue um padrão semelhante nos dois índices. Pelo índice PCRS, verifica-se uma relação positiva entre a renda e o índice de empoderamento médio, chegando ao valor impressionante de mais de 0,97 para as mulheres com mais de 20 S.M. No entanto, essa mesma relação não está clara nas médias do índice ED – com exceção da segunda e última faixa de renda, observa-se tendência de queda paulatina da média conforme aumenta a faixa de renda.

Tabela 2.9 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as faixas de renda domiciliar mensal per capita (2006)

Índices / Amostras / Faixas de Renda Domiciliar	Econômica e Doméstica (ED)		Consenso em Relação Sexual (PCRS)	
	Amostra Total	Amostra Balanceada	Amostra Total	Amostra Balanceada
Até 1/2 S.M.	0,7020 (0,2731)	0,7019 (0,2731)	0,9239 (0,1893)	0,9197 (0,1951)
De 1/2 a 1 S.M.	0,7142 (0,2437)	0,7143 (0,2438)	0,9071 (0,2120)	0,9038 (0,2166)
De 1 a 2 S.M.	0,6942 (0,2467)	0,6945 (0,2468)	0,9154 (0,1824)	0,9189 (0,1793)
De 2 a 3 S.M.	0,6649 (0,2321)	0,6649 (0,2321)	0,9364 (0,1577)	0,9401 (0,1466)
De 3 a 5 S.M.	0,6692 (0,2154)	0,6693 (0,2154)	0,9307 (0,1574)	0,9419 (0,1385)
De 5 a 10 S.M.	0,6634 (0,2219)	0,6635 (0,2220)	0,9404 (0,1687)	0,9569 (0,1289)
De 10 a 20 S.M.	0,6628 (0,1945)	0,6628 (0,1945)	0,9402 (0,1410)	0,9510 (0,1347)
Mais de 20 S.M.	0,6873 (0,1549)	0,6873 (0,1549)	0,9733 (0,0957)	0,9823 (0,0792)

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Observações: Desvios-padrão entre parênteses. S.M.: salários mínimos.

Enfim, a Tabela 2.10 apresenta os índices médios (e desvios-padrão) segundo a religião, classificada respeitando as características das informações da PNDS em: católica, evangélica, outras e nenhuma²³. Comparando os dois índices, não há um padrão claro quanto à religião e o

²² Para construir as faixas de renda por salário mínimo (S.M.), considera-se o salário mínimo vigente em 2006, que era de R\$350,00. O rendimento total do domicílio foi, então, dividido por este valor. Ademais, ressalta-se que a PNDS considera apenas rendimentos provenientes de trabalho.

²³ Para compor a religião evangélica, soma-se as respostas afirmativas para a religião evangélica tradicional com a evangélica pentecostal. Ademais, sob a alcunha de “outras”, considera-se as religiões espírita, afro-brasileira e outras, não detalhadas na PNDS.

empoderamento feminino, pelo menos na média. Pelo índice econômico e doméstico (ED), as mulheres católicas e de outras religiões, nessa ordem, apresentam situações melhores – maiores médias – do que aquelas que seguem a religião evangélica ou afirmam não terem nenhuma. Já pelo índice de consenso em relação sexual (PCRS), as mulheres evangélicas apresentam, relativamente, o pior índice médio de empoderamento, assim como o maior desvio-padrão.

Para finalizar, é interessante fazer alguns apontamentos adicionais à luz da literatura sobre as evidências encontradas nessa seção. Primeiramente, o fato de um índice poder ser afetado por um atributo pessoal da mulher e outro não (ou as relações serem distintas) ratifica o argumento da literatura de que o empoderamento feminino é um fenômeno multidimensional, de modo que nada garante que um atributo pessoal impacte de forma semelhante diferentes dimensões do empoderamento (MALHOTRA; MATHER, 1997; MASON; SMITH, 2003). Nas análises, este fato é sugerido na idade, nos anos de estudo e na renda domiciliar *per capita*, para os quais são sinalizadas relações distintas entre os índices considerados (ED e PCRS) e, assim, as dimensões que estes representam (econômica/doméstica e psicológica, respectivamente).

Tabela 2.10 - Brasil: estatísticas descritivas dos índices de empoderamento (médias e desvios-padrão), segundo as amostras e as religiões (2006)

Índices / Amostras / Religiões	Econômica e Doméstica (ED)		Consenso em Relação Sexual (PCRS)	
	Amostra Total	Amostra Balanceada	Amostra Total	Amostra Balanceada
Católica	0,6839 (0,2318)	0,6840 (0,2318)	0,9350 (0,1641)	0,9395 (0,1586)
Evangélica	0,6763 (0,2318)	0,6762 (0,2319)	0,9031 (0,1981)	0,9128 (0,1786)
Outras	0,6809 (0,2385)	0,6809 (0,2385)	0,9425 (0,1700)	0,9483 (0,1575)
Nenhuma	0,6764 (0,2533)	0,6765 (0,2535)	0,9178 (0,1947)	0,9400 (0,1639)

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Observação: desvios-padrão entre parênteses.

Em especial, é importante ressaltar as evidências obtidas para o possível impacto dos anos de estudo e da renda domiciliar sobre o empoderamento feminino. O fato destes dois atributos não terem uma relação positiva clara no caso do índice ED, ao menos na média, sugere que a ausência (ou a baixa) autonomia sobre escolhas de caráter econômico e doméstico não é necessariamente restrita a mulheres em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008). Em conjunto com o possível efeito médio positivo da idade, tais evidências podem ser indícios do que é apontado por Jejeebhoy e Sathar (2001) como a maior importância relativa de aspectos tidos como “tradicionais” para fomentarem maior autonomia das mulheres em decisões econômicas e domésticas. Assim,

possíveis ações focadas exclusivamente em educação e geração de renda poderiam não alcançar o objetivo de elevar o empoderamento das mulheres justamente devido à força possivelmente desempenhada por outros determinantes sociais.

Além disso, as evidências reforçam a importância do emprego (trabalho ou ocupação), considerado pela literatura como um dos pilares para o fomento do empoderamento feminino. Os dados sugerem que, nos dois índices aqui analisados (ED e PCRS), o fato da mulher estar engajada em algum trabalho remunerado impacta positivamente seu empoderamento, ao menos na média, corroborando discussões e evidências de outros trabalhos sobre vantagens do trabalho para o processo de emancipação feminina (STROMQUIST, 1997; LAVINAS; COBO; VEIGA, 2012; PHAN, 2015).

Por último, também cabe destacar que as diferenças médias de empoderamento feminino observadas entre mulheres de áreas urbanas e rurais, assim como em outros trabalhos (KHAN; AWAN, 2011; DE BRAUW et al., 2014), e entre as grandes regiões geográficas brasileiras – mesmo com indícios inesperados – chama atenção à importância de fatores sociais, geográficos e culturais na manutenção das bases que sedimentam as disparidades de gênero.

2.3 Considerações finais do capítulo

O objetivo deste capítulo foi propor e analisar dois índices do empoderamento feminino no Brasil. Tal análise foi baseada na observação dos valores médios e dos respectivos desvios-padrão dos índices de acordo com alguns atributos locacionais e pessoais selecionados, sendo estes: macrorregião geográfica, situação do domicílio (urbano ou rural), faixa etária, anos de estudos, cor, estado conjugal, situação de trabalho, renda domiciliar e religião.

O primeiro índice proposto, o ED, capta o poder de decisão das mulheres em questões domésticas e econômicas, com perguntas da PNDS que consideram desde a responsabilidade por cuidados com a saúde da própria mulher e das crianças até a responsabilidade pelo destino da renda da mulher. Atribuiu-se “peso 2” para as respostas das mulheres que tinham maior poder de influência na decisão final, “peso 1” às respostas das mulheres que dividiam o processo decisório com o cônjuge ou parentes, e, enfim, “peso 0” às respostas das mulheres que não tinham voz ativa nesses assuntos. Levando em consideração a tipologia proposta no capítulo 1, esse índice comprehende, a nível individual, duas dimensões do empoderamento feminino, dimensões estas que dão nome ao próprio índice.

O segundo índice, o PCRS, mensura a percepção sobre o consenso em uma relação sexual ao perguntar às entrevistas se elas julgavam possível ou não uma mulher negar sexo ao marido em uma série de cenários. Admitiu-se apenas respostas positivas a essas perguntas, atribuindo “peso 1” a estas e “peso 0” às respostas negativas ou àquelas que não sabiam responder ao questionamento. Este índice pode ser enquadrado, também a nível individual, na dimensão psicológica do empoderamento feminino, de acordo com a proposta realizada no capítulo anterior a partir de uma revisão da literatura do tema.

Assim sendo, esses dois índices captam facetas importantes do empoderamento feminino a nível individual, sendo estes a capacidade da mulher contribuir para o processo de decisões da vida cotidiana e financeira e se sentir parte integrante e atuante da unidade familiar, bem como a percepção de entender o corpo da mulher e sua vontade como algo que merece respeito em uma relação íntima e que não deve ser preterida de acordo com a vontade do homem. Os dois índices serão utilizados mais adiante em análises de efeitos do Programa Bolsa Família.

3. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E GÊNERO

O Programa Bolsa Família (PBF) é o maior programa de transferência condicional de renda do mundo (GLEWWE; KASSOUF, 2008), sendo implementado em 2003 como resultado da unificação de quatro programas então existentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás). Para alcançar seu principal objetivo – qual seja, o combate da fome e da pobreza –, realiza o pagamento mensal de benefícios às famílias que se encontram abaixo de uma linha de pobreza e/ou de extrema pobreza e que respeitam condicionalidades relacionadas à educação dos filhos e à saúde. Em julho de 2019, o programa atendia quase 14 milhões de famílias, segundo informações da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.

Devido à cobertura e importância do PBF, existe uma grande gama de trabalhos que analisam seus objetivos e impactos em termos, por exemplo, de educação, saúde, desigualdade de renda e da possibilidade de ocorrência de efeitos adversos. Entre as avaliações dos possíveis efeitos do PBF, alguns trabalhos avaliam a provável relação entre o recebimento dos benefícios do programa e o empoderamento feminino, apesar de este não ser um de seus objetivos básicos. Essa relação é traçada devido a uma característica importante do seu desenho institucional: o pagamento do benefício é realizado, prioritariamente, às mulheres.

Considerando tais aspectos, o objetivo principal deste capítulo é discutir as principais características do PBF, sua evolução e, em particular, alguns efeitos apontados pela literatura específicos à questão da mulher. Assim, além desta introdução e das considerações finais, o presente capítulo é composto por outras duas seções, sendo a primeira dedicada a sintetizar, a partir da literatura, o processo de implementação, a evolução e os possíveis efeitos do PBF, enquanto a segunda seção aprofunda o debate sobre o programa, explorando sua interface com a questão de gênero com uma revisão de trabalhos que tratam especificamente desta relação.

3.1 Programa Bolsa Família

3.1.1 Características e evolução

Na década de 1990, ganhou maior destaque no campo das políticas públicas o debate sobre dois tipos de políticas de redistribuição de renda para o combate à pobreza: i) política de garantia de renda mínima (PGRM); e ii) política de transferência condicional de renda (PTCR).

No Brasil, o principal defensor do primeiro tipo é o ex-senador Eduardo Suplicy. Em 1991, ao apresentar o projeto de Lei nº 2.561, o então senador propôs um Programa de Garantia de Renda Mínima sob a forma de um imposto de renda negativo. Desde então, Suplicy escreveu diversos artigos²⁴ nos quais advoga a favor dos benefícios e da necessidade de adoção de uma renda básica da cidadania no Brasil, que, em linhas gerais, se sustenta na ideia de que uma mesma quantia deve ser paga a todos os habitantes, sem qualquer distinção de idade, sexo ou de condições socioeconômicas e sem a exigência de contrapartida.

Entre as principais vantagens apontadas para a adoção de uma política de renda mínima, destaca-se a eliminação da burocracia de ter que discriminar o valor que cada pessoa recebe no mercado de trabalho a fim de saber se é elegível ou não a um programa de renda focalizado, a eliminação do “estigma” de ser beneficiário de uma política de transferência de renda e o “aumento do grau de dignidade e liberdade de todas as pessoas” (SUPLICY, 2010, p. 73).

Já em janeiro de 2004, o então recente presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 10.835, que institui a Renda Básica da Cidadania. Nesta Lei, define-se o direito que todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos têm de receber anualmente um benefício monetário que seja suficiente para atender suas despesas básicas de sobrevivência. No texto, está disposto, ainda, que a abrangência da política seria realizada em etapas, a critério do Poder Executivo (BRASIL, 2004a). Vale ressaltar que essa Lei foi sancionada em data muito próxima à da lei que cria o Programa Bolsa Família (PBF) – uma PTCR discutida na sequência. Desde então, Suplicy defende o PBF como o “caminho” para a implementação de fato da Renda Básica de Cidadania no Brasil (SUPLICY, 2010).

Assim, como ressaltam Soares e Sátiro (2010), apesar do arcabouço conceitual definido apontar para a consolidação de uma política de garantia de renda mínima, o que se observou de fato foi o crescimento e o fortalecimento das políticas de transferência condicional de renda no bojo das políticas públicas do Brasil; ou seja, políticas que têm como requisito o atendimento a

²⁴ Por exemplo, Suplicy (2007, 2010).

algumas contrapartidas para garantir a continuidade do recebimento. Um dos possíveis motivos para o sucesso e a disseminação das PTCR em detrimento das PGRM é o fato de que o contexto ideológico do período estava fortemente pautado no neoliberalismo. Ao lidar com o problema da pobreza por meio de transferências monetárias realizadas diretamente às famílias, permite-se que cada pessoa decida como gastar. Logo, há maior valorização das escolhas individuais no combate à pobreza aliado à menor intervenção estatal (NAZARENO; VASCONCELOS, 2015).

Cabe apontar que as PTCR foram adotadas por diversos países em desenvolvimento, especialmente na América Latina²⁵, como um meio para diminuir a pobreza e proporcionar melhorias nas condições de vida das pessoas aptas a receberem o benefício. Para Cavalcante (2011), as PTCR têm 3 componentes básicos: i) transferência de uma quantia monetária diretamente ao beneficiário; ii) foco em segmentos mais pobres da população; e iii) imposição de condicionalidades para o recebimento. As condicionalidades garantem controle maior sobre as condições básicas exigidas pela sociedade, como os direitos humanos, e maior poder para o Estado prover benefícios para aqueles com maiores dificuldades para alcançarem por conta própria a ascensão social (CAMELO; TAVARES; SAIANI, 2009).

É importante ressaltar que o estabelecimento de condicionalidades pode fazer com que uma PTCR se constitua numa política de longo prazo se lograr sucesso em proporcionar aos beneficiários as condições para a geração autônoma de renda futura, por meio, por exemplo, de investimentos em capital humano. Assim, além de buscar aliviar a pobreza no curto prazo pela transferência direta de renda, a política pode alterar estruturalmente a situação econômica dos recipientes ao tentar interromper o ciclo de perpetuação da pobreza (TAVARES, 2010).

Segundo Soares e Sátyro (2010), o processo de adoção das PTCR no Brasil teve início em 1995, quando ocorreram experiências nos municípios de Campinas e Ribeirão Preto, além do Distrito Federal. No ano seguinte, foi criada a primeira PTCR de âmbito federal, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que tinha como público-alvo as crianças e os adolescentes de 7 a 15 anos que trabalhavam – ou estavam sob risco de trabalhar – em atividades perigosas, insalubres ou degradantes. Além de exigir que estes não trabalhassem, havia também uma contrapartida educacional que demandava 75% de frequência escolar anual.

O segundo PTCR federal foi o Bolsa Escola, criado em abril de 2001, que exigia 85% de frequência escolar para as crianças de 6 a 15 anos de idade. Com um benefício de R\$15 mensais por criança, o limite máximo era de três crianças por família. Poucos meses depois, o governo instituiu o Bolsa Alimentação, que objetivava promover condições de saúde e nutrição

²⁵ Para uma revisão mais detalhada das características de outros PTCR da América Latina e do mundo, ver Fiszbein e Schady (2009), Nascimento e Reis (2009) e Cavalcante (2011).

de gestantes, nutrizes e crianças de até 6 anos. O benefício era de R\$15,00 e cada família podia receber até três, somando assim R\$45,00. Em 2003, criou-se o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, conhecido como Cartão Alimentação. Esse programa visava combater a fome e promover a segurança alimentar da população e, para tanto, transferia R\$50,00 mensais para famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, que deveriam ser gastos apenas com alimentos. Todas estas ações foram criadas no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Por outro lado, o já mencionado Programa Bolsa Família (PBF) foi criado no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2003, por meio da Medida Provisória nº 132, convertida, em janeiro de 2004, na Lei nº 10.836. Esta unificou a gestão e a execução dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio-Gás²⁶. Os objetivos definidos para as ações do PBF foram: i) promover o acesso dos beneficiários à rede de serviços públicos; ii) combater a fome e promover a segurança alimentar; iii) estimular a emancipação sustentada das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, interrompendo assim o chamado ciclo intergeracional da pobreza; iv) combater a pobreza; e v) promover a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004b).

A gestão do PBF se dá de forma descentralizada, envolvendo a União, estados, Distrito Federal e municípios. Desde janeiro de 2019, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, parte integrante do Ministério da Cidadania²⁷, planeja, implementa coordena, supervisiona, acompanha, articula e controla, a nível nacional, o programa (BRASIL, 2019).

Para uma família estar apta a participar do PBF, é preciso se registrar no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que é o principal instrumento de tal esfera de governo para selecionar, coletar informações socioeconômicas e incluir famílias de baixa renda em programas sociais. O CadÚnico foi criado em meados de 2001, cabendo aos municípios alimentar o sistema com as informações individuais (CAMARGO et al.; 2013). No geral, a família que deseja se inscrever no CadÚnico deve procurar o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) para realizar os procedimentos necessários. Sob a coordenação do governo federal e intermédio dos estados, os municípios também são responsáveis por realizar o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades. Já o pagamento dos benefícios é

²⁶ O Auxílio-Gás foi criado em 2002. Consistia na transferência bimensalmente às famílias de baixa renda de um valor monetário para subsidiar a compra do gás liquefeito de petróleo, o “gás de cozinha”. O valor mensal do benefício era de R\$7,50. Diferentemente das demais políticas comentadas, não era uma PTCR, pois não exigia contrapartidas dos beneficiários.

²⁷ O Ministério da Cidadania é o resultado da unificação dos extintos, em 2019, Ministérios do Desenvolvimento Social, da Cultura e do Esporte. O primeiro era o anterior responsável pelo PBF.

realizado pela Caixa Econômica Federal (CEF) por meio de um cartão magnético emitido preferencialmente no nome da mãe da família – aspecto fundamental para esta dissertação.

Quando uma família não cumpre as condicionalidades, há punições gradativas, sem uma suspensão imediata do recebimento do benefício. No primeiro registro de descumprimento, aplica-se uma advertência à família, que é comunicada do ocorrido, mas não deixa de receber o benefício. Se, em até seis meses, a família descumpre novamente, há bloqueio financeiro do benefício por um mês, mas o valor pode ser sacado no mês seguinte, juntamente com a nova parcela. A partir do terceiro registro, a família que descumpre alguma condicionalidade em até seis meses tem o benefício suspenso por dois meses sem a possibilidade de o receber após o período determinado. A suspensão é aplicada reiteradamente caso haja novos episódios de descumprimentos por até 12 meses. Se a família estiver no período de suspensão, receber acompanhamento e tiver outro descumprimento, ocorre então o cancelamento do benefício. Ressalva-se que a família que não cumpre alguma condicionalidade por deficiência na oferta pública do serviço ou por motivo de força maior não sofre qualquer sanção (BRASIL, 2012).

Para medir a qualidade da gestão local do PBF, foram desenvolvidos dois indicadores: o Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) e o Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E). Tais índices variam entre zero e 1 e, quanto mais próximo da unidade, melhor a avaliação da gestão. Os índices consideram aspectos como a taxa de acompanhamento da frequência escolar e da agenda de saúde, condicionalidades do programa, e os resultados estão associados à fórmula de repasse dos recursos financeiros do governo federal aos demais entes federados – municípios e estados (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2018).

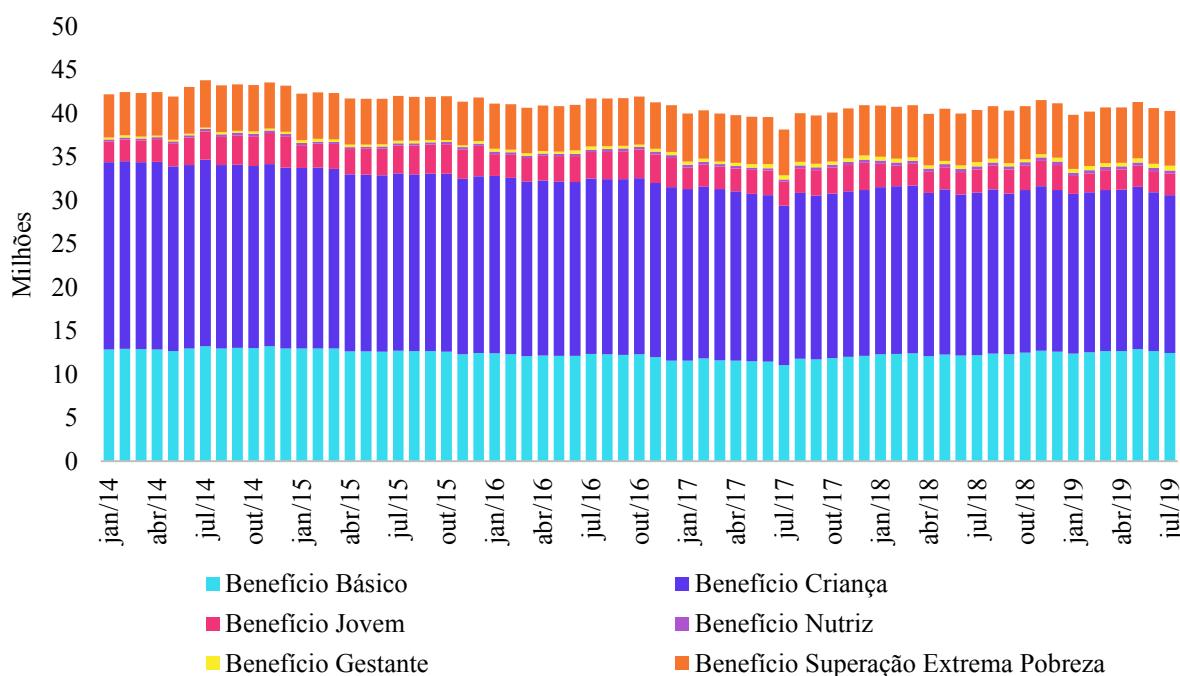
Atualmente (ano de 2019), os benefícios concedidos no âmbito do PBF são divididos em três tipos: i) benefício básico, pago somente às famílias extremamente pobres; ii) benefício variável, que pode estar vinculado a crianças de 0 a 15 anos ou a adolescentes de 16 e 17 anos ou a gestantes ou nutrizes; e iii) benefício para superação da extrema pobreza, que é concedido às famílias que continuam abaixo da linha de extrema pobreza mesmo após os benefícios a que têm direito²⁸. Todos estes benefícios são pagos preferencialmente às mulheres.

O Gráfico 3.1 apresenta a quantidade de benefícios básicos, variáveis e para superação da extrema pobreza pagos aos beneficiários entre janeiro de 2014 e julho de 2019. Os dados

²⁸ Em meados de outubro de 2019, foi aprovada a Medida Provisória (MP) nº 898, que altera a lei que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento de um abono natalino, convencionalmente chamado de 13º salário. A MP tem força de lei após a publicação no Diário Oficial da União, mas ainda precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias. Ademais, se há a pretensão de repetir o pagamento deste abono nos próximos anos, será necessário que os parlamentares modifiquem o texto da MP, já que esta assegura o pagamento da parcela extra do benefício somente para o ano de 2019 (BRASIL, 2019; SALOMÃO, SORANO, 2019).

expõem, em primeiro lugar, uma certa estabilidade da proporção de benefícios concedidos ao longo do tempo, com média pouco acima de 41 milhões. O benefício mais concedido é o benefício variável associado às crianças de 0 a 15 anos, ocupando, em média, quase 50% do total; isso se explica pelo fato de que esse é o tipo de benefício com maior possibilidade de recebimento, sendo o limite máximo de 5 por família. Em seguida, o destaque é do benefício básico, que compõe aproximadamente 30% do total de benefícios pagos. Por sua vez, os benefícios variáveis associados à nutriz e à gestante são os de menor expressão no montante total: somados, não chegam a representar 1% dos benefícios concedidos por meio do PBF.

Gráfico 3.1 - Quantidade de benefícios básicos, variáveis e para a superação da extrema pobreza, de janeiro de 2014 (jan/2014) a julho de 2019 (jul/2019)



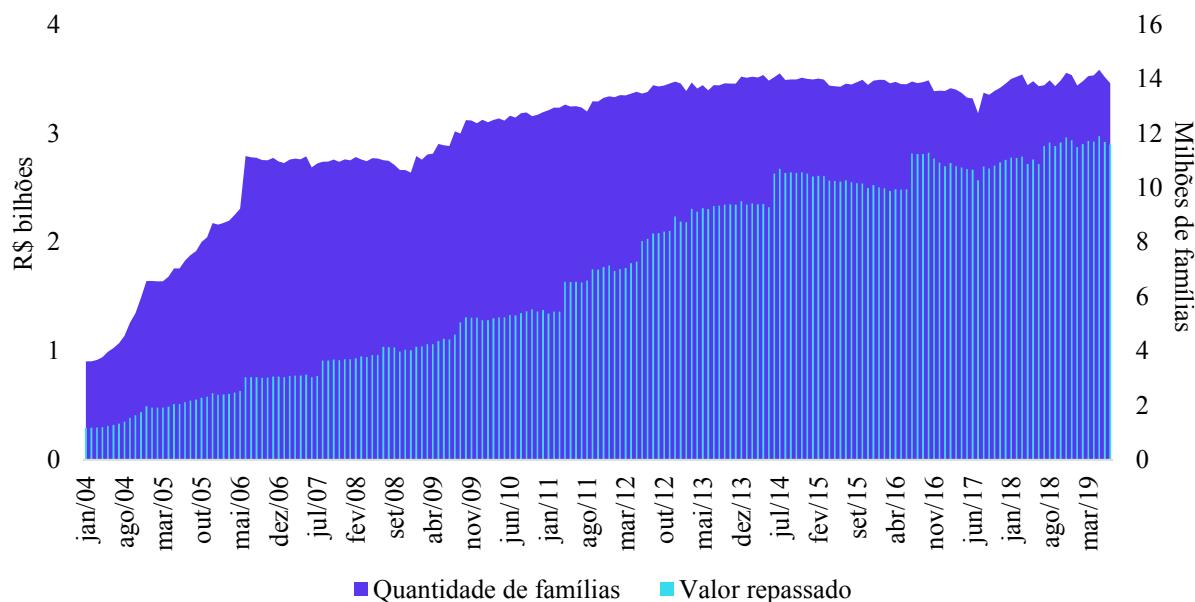
Fonte: MDS e Ministério da Cidadania, Matriz de Informação Social.

Conforme discutido e justificado com maiores detalhes na seção 2.1, os dados utilizados na presente dissertação referem-se ao ano de 2006. Assim, é importante caracterizar o PBF e, ao mesmo tempo, diferenciar a situação atual com a do ano analisado. A primeira diferença a se ressaltar é o número de famílias beneficiárias. O ano de 2006 foi importante para a história do PBF, pois foi em junho daquele ano que foi alcançada a meta de cobertura de 11 milhões de famílias (SOARES; RIBAS; SOARES, 2009). A quantidade média de famílias beneficiadas em 2006 foi de 10,1 milhões. Já em 2018, a quantidade média de famílias beneficiadas foi de 13,9 milhões e, em 2019, essa média alcançou a marca de 14 milhões (considerando o período de

dados disponíveis, que compreende os meses de janeiro a julho). O Gráfico 3.2 apresenta a evolução mensal do número de famílias beneficiárias do PBF. Observa-se como, no entremedio considerado, houve de fato uma expansão da cobertura, mesmo após o alcance da meta de 11 milhões de famílias.

Além disso, o Gráfico 3.2 também apresenta a evolução do valor repassado pelo governo federal para pagamento dos benefícios, que é crescente ao longo de todo o período analisado e apresenta certa estabilidade apenas a partir de 2014. Esse comportamento é condizente com o processo de ampla expansão da cobertura do PBF, não apenas em termos de número de famílias beneficiárias, mas também em tipos e quantidades de benefícios concedidos.

Gráfico 3.2 - Evolução da quantidade de famílias beneficiárias e valor repassado do Programa Bolsa Família, de janeiro de 2014 (jan/2014) a julho de 2019 (jul/2019)



Fonte: MDS e Ministério da Cidadania, Matriz de Informação Social.

Outra diferença diz respeito aos valores dos benefícios e aos critérios de elegibilidade²⁹ do Programa, tal como sintetizado no Quadro 3.1. Em abril de 2006, ocorreu o primeiro reajuste do valor dos critérios, sem que houvesse mudança no valor dos benefícios (OSÓRIO; SOARES, 2014). A linha de extrema pobreza passou a ser R\$60,00 e a de pobreza R\$120,00. O benefício

²⁹ Critérios de elegibilidade são as características necessárias para participar de algum programa. No caso do PBF, o critério considerado é essencialmente a renda *per capita* da família, sendo que, para receber o benefício básico, é preciso estar abaixo da linha de extrema pobreza. Já para o recebimento dos benefícios variáveis, a família deve estar abaixo da linha de extrema pobreza ou de pobreza. No entanto, além da importância da renda familiar *per capita* para se tornar elegível ao PBF, também há outros fatores relevantes para o recebimento dos benefícios variáveis, tais como composição das famílias, a existência e o número de crianças e adolescentes, assim como a presença de gestantes e nutrizes.

básico possuía o valor de R\$50,00, enquanto o benefício variável era de R\$15,00, com o limite de recebimento máximo de três por família. De 2006 a 2019, o programa passou por reajustes tanto das linhas de elegibilidade como dos benefícios concedidos. Cabe ressalvar que o PBF não conta com uma regra formal para o reajuste dos valores, mas, quando há correções, são realizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (SOARES; SÁTYRO, 2010).

Quadro 3.1 - Comparativo entre as principais características do Programa Bolsa Família (2006 e 2019)

Características		2006	2019
<i>Critério de elegibilidade</i>	Linha de extrema pobreza – renda mensal <i>per capita</i> para se tornar elegível ao para recebimento do benefício básico	R\$60,00	R\$89,00
	Linha de pobreza – renda mensal <i>per capita</i> para se tornar elegível ao recebimento do benefício variável	R\$120,00	R\$178,00
<i>Valor do benefício</i>	Básico	R\$50,00	R\$89,00
	Variável vinculado à gestante, nutriz* ou crianças e adolescentes de 0 a 15 anos	R\$15,00	R\$41,00
	Variável vinculado ao adolescente de 16 e 17 anos	---	R\$48,00
	Superação da extrema pobreza	---	Calculado caso a caso
<i>Limite máximo de benefícios</i>	Básico	1 por família	
	Variável vinculado à gestante, nutriz e crianças e adolescentes de 0 a 15 anos	3 por família	5 por família
	Variável vinculado ao adolescente de 16 e 17 anos	---	2 por família
	Superação da extrema pobreza	---	1 por família

Fonte: Brasil (2004b). Elaboração própria.

Observações: * Até o fim de 2007, o PBF considerava nutriz a mãe que estivesse amamentando seu filho com até seis meses de idade. Atualmente, o Benefício Variável Nutriz é pago ao responsável familiar, independente do gênero e do grau de parentesco com o recém-nascido.

Outras mudanças aconteceram entre os treze anos considerados no que diz respeito ao desenho dos benefícios do PBF (OSÓRIO; SOARES, 2014). A primeira mudança que pode ser apontada foi a criação do benefício variável vinculado aos adolescentes de 16 e 17 anos, que não existia até o final de 2007 – o limite desse benefício é de dois por família. Posteriormente, houve a expansão do número máximo de benefícios concedidos a famílias com crianças de 0 a 15 anos, que passou de três para cinco crianças em 2011. Em 2012 (com universalização em 2013), criou-se o benefício para a superação da extrema pobreza, que é destinado às famílias que permanecem abaixo da linha de extrema pobreza mesmo após o recebimento de benefícios. Tal categoria, diferentemente das demais, não tem valor fixo estipulado, sendo calculado caso a caso a fim de cobrir o hiato *per capita* remanescente para a família sair da extrema pobreza.

As condicionalidades do PBF, por sua vez, não sofreram alterações no período e seguem relacionadas a aspectos da saúde e da educação das crianças e dos adolescentes das famílias beneficiárias. Exige-se frequência escolar mínima mensal de 85% das crianças de 6 a 15 anos e de 75% dos adolescentes de 16 e 17 anos, bem como o acompanhamento nutricional e a

manutenção do calendário vacinal atualizado de crianças de até 7 anos. Ademais, gestantes beneficiárias devem fazer acompanhamento pré-natal e puerpério (BRASIL, 2004b).

A imposição das condicionalidades é o principal meio utilizado para alcançar o terceiro objetivo básico do PBF, anteriormente mencionado. Entende-se que, ao reforçar o exercício de direitos, as crianças e os adolescentes terão melhores condições de desenvolverem habilidades e competências para ingressarem no mercado de trabalho, auferindo renda e possibilitando, portanto, a saída da condição da pobreza em relação à geração anterior. A seguir, são revisadas algumas evidências existentes na literatura acerca de efeitos gerais das condicionalidades e das características do PBF. Na outra seção, a atenção se volta para efeitos sobre questões de gênero.

3.1.2 Alguns efeitos do Programa Bolsa Família: evidências empíricas

Devido à importância e notoriedade a nível internacional, como uma das maiores PTCR já adotadas, existe uma literatura empírica extensa que analisa os diversos possíveis efeitos do PBF. Dois dos principais aspectos de interesse são a desigualdade de renda e a pobreza. Parece ser consensual que o programa teve uma contribuição significativa para a redução destes dois problemas sociais no Brasil. Vale ressaltar, contudo, que há divergências nas magnitudes dos impactos, já que estes parecem sensíveis às estratégias empíricas aplicadas.

Para Barros, Carvalho e Franco (2007), por exemplo, o PBF e programas correlatos foram responsáveis por 12% da queda da desigualdade entre 2001 e 2005. Para Hoffmann (2009), a contribuição do programa para a queda da desigualdade de renda foi próxima a 19% entre 2001 e 2007. Tavares et al. (2009) também ressaltaram a eficiência do PBF na diminuição da desigualdade de renda, sendo mais eficiente em reduzir a incidência de extrema pobreza do que a de pobreza. Soares et al. (2010), por sua vez, apontaram que o PBF foi responsável por 16% da queda da desigualdade de renda no país entre 1999 e 2009, resultado este que pode ser atribuído principalmente à sua “ótima focalização”.

Há também uma série de trabalhos que investigaram os possíveis efeitos do PBF sobre a oferta de trabalho dos beneficiários, motivados pelo fato de uma das maiores críticas feita a ele ser a de que o pagamento do benefício monetário a uma família pode levar à acomodação e à consequente redução da oferta de trabalho de seus membros, o chamado “efeito preguiça” (OLIVEIRA; SOARES, 2013). Nessa linha, Teixeira (2008), ao avaliar o impacto do programa na oferta de trabalho de homens e mulheres, observou um efeito médio negativo e heterogêneo

entre os indivíduos, sendo a oferta de trabalho das mulheres a mais sensível ao recebimento do benefício. Apesar dos resultados serem significativos, não apresentaram grande magnitude.

Já De Brauw et al. (2010) não encontraram evidências significativas de que o PBF reduz a oferta de trabalho das famílias beneficiárias. Resultado similar foi encontrado por Foguel e Barros (2010), que também não observaram efeitos expressivos na participação no mercado de trabalho dos beneficiários e na jornada trabalhada. Wan Der Maas e Caetano (2010) avaliaram a oferta de trabalho dos beneficiários em quatro estados do Brasil e os resultados indicam que há maior chance da população elegível beneficiária estar ocupada do que a elegível não-beneficiária. Os autores deram um passo além também ao analisarem a qualidade da inserção no mercado de trabalho, mostrando que é maior a chance de que os beneficiários ocupem postos de trabalhos mais precários em relação à população elegível não-beneficiária. Por sua vez, ao investigarem a duração do emprego formal das pessoas de baixa renda, Santos et al. (2017) encontraram um efeito positivo do PBF sobre a chance dos beneficiários permanecerem mais tempo no emprego do que os não beneficiários, o que contraria a hipótese do “efeito preguiça”, indicando que, na verdade, o programa contribuiria para a manutenção do emprego.

No que diz respeito a potenciais efeitos do PBF no consumo das famílias beneficiárias, Ferrario (2013) encontrou evidências de que o programa gerou um efeito positivo sobre o consumo de bens prioritários, tais como vegetais, cereais e aves, que aliviam a situação de extrema pobreza; houve também um aumento das despesas com materiais escolares, indicando, assim, o investimento das famílias beneficiárias na educação das crianças e adolescentes.

Trabalhos que analisaram efeitos do PBF relacionados à condicionalidade educacional assinalaram, de uma maneira geral, repercussões positivas. Glewwe e Kassouf (2008), por exemplo, indicaram elevação das matrículas no ensino fundamental e das aprovações e diminuição do abandono escolar. Costanzi, Souza e Ribeiro (2010) encontraram um impacto positivo sobre a frequência escolar de jovens de 16 e 17 anos, além de sinalizarem que o tempo de permanência no programa melhora a frequência escolar de crianças e adolescentes. Já Chitolina, Foguel e Menezes Filho (2013) também encontraram resultado similar na frequência escolar dos adolescentes.

Já De Brauw et al. (2010) encontraram evidências de que o PBF aumentou a frequência escolar, especialmente na região Nordeste, além de elevar a probabilidade de progressão de uma série para a outra. Estes dois resultados foram particularmente maiores para as crianças e adolescentes do sexo feminino. Ribeiro e Cacciamali (2012), por sua vez, ao investigarem os impactos na frequência escolar e na defasagem idade-série, chegaram a resultados que apontam inocuidade do PBF, enquanto Amaral e Monteiro (2013) mostraram um impacto positivo na

redução da evasão escolar infantil. Porém, quando foram relacionadas a frequência escolar com a incidência de trabalho infantil, as evidências sugeriram que, apesar do PBF ser eficiente em aumentar a frequência, é incapaz de reduzir o trabalho infantil (ARAÚJO; RIBEIRO; NEDER, 2010; CACCIAMALI; TATEI; BATISTA, 2010).

Considerando as condicionalidades relacionadas à saúde, Camelo, Tavares e Saiani (2009) avaliaram os efeitos do PBF sobre segurança alimentar, estado nutricional das crianças e mortalidade infantil. Os resultados sinalizaram que o programa afeta significativamente apenas os domicílios em insegurança alimentar leve, não sendo o programa relevante nos domicílios com insegurança moderada e grave. Ademais, o Bolsa Família só apresentou efeitos positivos para crianças com índices nutricionais acima do ideal e não se observou efeito na mortalidade infantil.

Na mesma linha, De Brauw et al. (2010) encontraram indícios de que o PBF melhora algumas medidas antropométricas das crianças (razão de peso por altura e massa corporal), além de produzir efeitos estatisticamente significantes e de expressiva magnitude na proporção de crianças que recebem vacinas no tempo adequado. Já no que diz respeito às beneficiárias grávidas, o trabalho mostrou que elas realizam um número maior de consultas pré-natal em um centro de saúde. Ao contrário de Camelo, Tavares e Saiani (2009), os resultados de Rasella et al. (2013) sugeriram um papel significativo do PBF na queda da mortalidade infantil, tanto geral quanto nas mortes atribuíveis a doenças mais relacionadas à pobreza.

Por último, deve-se apontar que, para outras questões de saúde pública, não diretamente relacionadas às condicionalidades, Nery et al. (2014) encontraram evidências de que o PBF contribuiu para a redução da ocorrência de hanseníase. Já Alves, Machado e Barreto (2018) encontraram evidências de que a expansão da cobertura do PBF pode contribuir para a redução dos suicídios nos municípios brasileiros. A justificativa para a evidência obtida é a de que a transferência de renda aliviou os efeitos nocivos da pobreza, dirimindo a ansiedade gerada pelos problemas financeiros, além de aumentar o bem-estar das pessoas, refletindo assim em uma melhora da saúde mental e, consequentemente, menores tentativas de suicídio.

3.2 Programa Bolsa Família, gênero e empoderamento feminino: evidências

O empoderamento feminino não é um dos objetivos básicos do PBF. Porém, há uma literatura crescente e produtiva que investiga seus possíveis impactos no empoderamento das beneficiárias e nas relações de gênero. Os trabalhos associados a tal vertente da literatura, no

geral, se fundamentam em um aspecto relevante do desenho institucional do programa: o fato dos benefícios monetários serem transferidos preferencialmente às mulheres (BRASIL, 2004).

É importante ressaltar que o Bolsa Família não é o único caso mundial de PTCR que promove a priorização da titularidade feminina do benefício. Outro exemplo relevante é o Progresa/Oportunidades, maior PTCR do México e uma das políticas deste tipo pioneiras na América Latina. Tal programa também atribuiu, em seu desenho institucional, grande destaque à mulher enquanto receptora dos benefícios pagos.

Outros aspectos a ressaltar baseiam-se no debate acerca das razões e implicações da titularidade feminina nos PTCR sintetizado por Molyneux (2006, 2007). A autora parte da ideia inicial de que as políticas sociais na América Latina não são “cegas ao gênero”; afinal, atribuir especificamente o recebimento dos benefícios à mãe ou à mulher do domicílio tem base em premissas patriarcais e paternalistas dos papéis sociais que a mulher desempenha e da “certeza” de que ela assumirá as responsabilidades intrínsecas à titularidade do benefício uma vez que é “simplesmente parte do papel de mãe [mulher]” (p. 438).

A autora vai além ao afirmar que tais tipos de programas, por mais que sejam essenciais ao atendimento das necessidades básicas das famílias pobres, não atendem as necessidades das mulheres, que são incluídas em seus desenhos de tal forma que dependem necessariamente da divisão tradicional (e desigual) de gênero para que sejam alcançados os resultados inicialmente desejados e planejados. Isso porque não há qualquer problematização das relações sociais de reprodução por parte das PTCR, mas sim, na verdade, uma naturalização. Logo, se há o desejo de promover a igualdade de oportunidades para a inserção social da mulher, é necessário que as políticas desafiem a organização social do cuidado em vez de a aprofundar; e, mesmo que não tenham tal desejo ou objetivo explícito, faz mais sentido pensar que as políticas sociais anti-pobreza, ao focarem em um grupo, não criem desvantagens a outros ao longo do processo.

Ademais, nas PTCR, os homens não são incorporados explicitamente. Os pais e maridos são marginais ao funcionamento dos programas, o que quer dizer serem, geralmente, marginais no próprio cuidado com as crianças. E, frente a esse cenário, não há esforços institucionais para promover uma reordenação das responsabilidades entre homens e mulheres no meio familiar.

Deve-se ressaltar que, por meio desta visão crítica, Molyneux (2006, 2007) não têm o intuito de negar os potenciais impactos sociais positivos e a necessidade que se faz da existência de programas similares ao Progresa/Oportunidades e ao PBF, nem tampouco negar os motivos existentes para que as PTCR tenham como foco principal as crianças. O intuito da autora é, na verdade, questionar o quanto programas deste tipo impactam a vida das mulheres e o quanto os resultados dos PTCR são, na verdade, subótimos para as beneficiárias.

Realizados estes apontamentos iniciais, a atenção se volta para os possíveis impactos do PBF sobre questões de gênero. Para isso, o Quadro 3.2 sintetiza as evidências da literatura sobre efeitos do Bolsa Família em questões relacionadas à mulher, sendo estas: i) empoderamento feminino; ii) oferta de trabalho; iii) violência doméstica; iv) mudanças nas relações de gênero, no cotidiano e nas relações familiares; e v) fecundidade. Vale ressaltar que várias metodologias são utilizadas em avaliações do PBF (quantitativa, com o auxílio do instrumental econométrico, etnográfica³⁰ e qualitativa). Observa-se, *a priori*, que não há consenso sobre impactos do PBF no empoderamento feminino. Porém, considerando a discussão do primeiro capítulo, devido à complexidade e multidimensionalidade desse processo, um consenso talvez não seja possível. Nessa linha, Bartholo, Passos e Fontoura (2017) defendem que, por mais que o PBF não consiga romper alguns efeitos deletérios das relações de gênero, ao mesmo tempo, consegue alterar aspectos ligados à cidadania e ampliar liberdades importantes das mulheres beneficiárias.

Algumas temáticas e nuances da relação entre o empoderamento feminino, relações de gênero e o recebimento dos benefícios do PBF estão presentes em boa parte dos trabalhos do Quadro 3.2, merecendo discussões mais aprofundadas. No que diz respeito à prioridade dada às mulheres para o recebimento dos benefícios, vários trabalhos apontam que isto é visto positivamente pelas beneficiárias (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007; ALVES; CAVENAGHI, 2009; AHLERT, 2013; REGO; PINZANI, 2013). Porém, não é possível deixar de qualificar que a justificativa amplamente utilizada pelas mulheres para apoiar a titularidade feminina está no fato de que estas entendem que a mulher é “quem sabe fazer”; ou seja, são elas que sabem quais as necessidades domésticas e têm as crianças e os adolescentes como prioridades, o que indica participação insuficiente dos homens nas questões relacionadas ao lar. Tal justificativa está de acordo com uma das críticas supracitadas de Molyneux (2006, 2007).

Ademais, apesar da titularidade feminina, alguns trabalhos apontam que nem sempre o benefício monetário é entendido como “propriedade da mulher” pelas próprias. Ahlert (2013) observou alterações benéficas na rotina de trabalho e discursos positivos das mulheres no que diz respeito à autonomia financeira, mas também constatou que os recursos recebidos eram, primordialmente, direcionados aos filhos. Outro trabalho que também identificou os filhos como os verdadeiros “donos” do benefício foi o de Pereira e Ribeiro (2013), que, ao analisar um quilombo urbano de Porto Alegre (RS), sinalizou um “controle coletivo” sobre o destino que a mãe dá ao benefício, afetando, assim, a reputação das mulheres na comunidade.

³⁰ O método etnográfico é utilizado principalmente pela antropologia e consiste na coleta de dados por meio de trabalho de campo, em que o pesquisador e o objeto de estudo mantém contato direto por certo período de tempo.

Morton (2013) vai além ao perceber uma relação diferente com o benefício entre os domicílios “mais pobres” e os “mais prósperos” – sendo estes últimos aqueles que têm uma renda *per capita* maior que os “mais pobres”, mas ainda muito abaixo quando comparado à renda média nacional. Partindo do fato de que os domicílios não são igualmente pobres, nos domicílios “mais prósperos”, as mulheres associariam o benefício com autonomia pessoal; já nos domicílios “mais carentes”, o benefício seria entendido como um “dinheiro da família” e utilizado para cobrir os gastos básicos de sobrevivência.

A questão da cidadania das beneficiárias foi abordada, com maior ênfase, por Suárez e Libardoni (2007) e Rego e Pinzani (2013). O primeiro trabalho chamou a atenção para um aspecto importante: a necessidade de emitir documentos pessoais. Destacaram que boa parte das mulheres não possuíam documentações e que a necessidade de lavrar a carteira de identidade, por exemplo, facilitou a percepção de que elas estavam inseridas em um todo muito maior que a sua comunidade. Apesar de intangível, tal percepção seria relevante na medida em que causaria “uma reviravolta na subjetividade dessas mulheres” (p. 147). Porém, vale ressaltar que as beneficiárias ainda têm pouco conhecimento e consciência da ideia de cidadania que sedimenta o próprio recebimento dos benefícios.

Já Rego e Pinzani (2013) ressaltaram o papel fundamental das condicionalidades para o recebimento dos benefícios do PBF no processo de fortalecimento da condição de cidadã. De acordo com os autores, as condicionalidades representariam um vínculo entre as mulheres – até então “esquecidas” pelo poder público – e o Estado, sem qualquer intermediação masculina. Um dos principais símbolos desse vínculo é o cartão do benefício no nome das mulheres, objeto que é extremamente valorizado por elas.

O recebimento do benefício do PBF também é apontado por vários trabalhos como o responsável por promover aumento do consumo e da qualidade de vida das famílias beneficiárias³¹ (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007; PEIXOTO, 2010; LEITÃO; INÁCIO, 2011; LAVINAS; COBO; VEIGA, 2012; MOREIRA ET AL., 2012; PEREIRA; RIBEIRO, 2013; WILLIAMS, 2014; BARROS; MELO, 2016; RODRIGUES, 2016). No entanto, estas não são as únicas evidências positivas da literatura referentes aos efeitos do recebimento de uma quantia monetária mensal sobre o cotidiano das beneficiárias.

³¹ Nesse sentido, recomenda-se o documentário em curta-metragem “Severinas”, de Eliza Capai, que explora as vivências de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e moradoras do município de Guaribas, município localizado no interior do Piauí. Disponível em: <https://apublica.org/2013/08/severinas-novas-mulheres-sertao/>.

Quadro 3.2 - Revisão da literatura aplicada sobre os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre questões relacionadas à mulher

Trabalhos	Delimitações Geográficas e Temporais	Metodologias	Principais Resultados – Efeitos do PBF
			Autonomia e Empoderamento Feminino
Suárez e Libardoni (2007)	10 cidades brasileiras – 2006	Método Qualitativo	- melhora das condições de vida e da afirmação da autoridade no espaço doméstico das beneficiárias e fortalecimento da cidadania.
Costa (2008)	Brasil – 2007	Método Qualitativo	- aumento da autonomia financeira; mas - possível reforço dos papéis tradicionais de gênero.
Alves e Cavenaghi (2009)	Cidade de Recife (PE) – 2007	Método Quantitativo	- há preferência das mulheres pela titularidade feminina do benefício, mas não é possível afirmar que este é suficiente para aumentar o empoderamento feminino.
Leroy et al. (2011)	11 cidades de Minas Gerais	Método Qualitativo	- aumento da possibilidade de ascensão social (correlação entre empoderamento feminino e mobilidade social).
Moreira, Lima e Lopes (2011)	9 cidades de Minas Gerais	Método Qualitativo	- promove e fortalece aspectos importantes do empoderamento feminino; mas - empoderamento econômico é alcançado apenas parcialmente.
Carloto e Mariano (2012)	Londrina e Uberlândia – 2010	Método Qualitativo	- aumento das responsabilidades das mulheres; e - aumento do poder decisório feminino, mas apenas em questões domésticas.
Lavinas, Cobo e Veiga (2012)	Cidade de Recife (PE) – 2007	Método Quantitativo	- melhoria na qualidade de vida das beneficiárias e nas relações intrafamiliares; mas - não se pode atribuir efeito direto sobre o empoderamento feminino.
Moreira et al. (2012)	10 cidades de Minas Gerais	Método Qualitativo	- melhora as condições de vida, autonomia e conscientização das mulheres, refletindo em maior empoderamento feminino.
Rego e Pinzani (2013)	Diversas cidades brasileiras – 2006 a 2011	Método Etnográfico	- aumento da cidadania das mulheres, da autonomia no espaço doméstico e da autoestima das mulheres.
De Brauw et al. (2014)	Brasil – 2005 e 2009	Método Quantitativo	- aumento do poder decisório das beneficiárias, mas apenas em domicílios urbanos; e - aumento do uso de métodos contraceptivos.
Williams (2014)	Cidade de Pedro Leopoldo (MG) – 2014	Método Qualitativo	- melhores condições de vida para as beneficiárias e de estudo para seus filhos; mas - não é possível afirmar que causou empoderamento.
Barros e Melo (2016)	Cidade de Alto Rio Doce (MG)	Método Qualitativo	- aumento da autonomia financeira, além de aumento do consumo da beneficiária e sua família; mas não houve empoderamento amplo para as beneficiárias.
Passos e Waltenberg (2016)	Brasil – 2006	Método Quantitativo	- não contribui para o processo de “individualização” e empoderamento das mulheres beneficiárias; e há reforço dos papéis tradicionais de gênero.
Participação no Mercado de Trabalho			
Tavares (2010)	Brasil – 2004	Método Quantitativo	- levando em consideração os efeito-renda e efeito-substituição, o efeito líquido é positivo (aumento da oferta de trabalho das mães beneficiárias).
Violência Doméstica			
Moreira et al. (2016)	Brasil - 2009	Método Quantitativo	- a incidência de violência física contra a mulher foi superior nas famílias que recebiam o benefício do PBF.

(continua)

Quadro 3.2 - Revisão da literatura aplicada sobre os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre questões relacionadas à mulher

(continuação)

Trabalhos	Delimitações Geográficas e Temporais	Metodologias	Principais Resultados – Efeitos do PBF
Cotidiano, Dinâmica Familiar e Relações de Gênero			
Peixoto (2010)	Comunidade de Fortaleza – 2009	Método Qualitativo	- melhores condições de vida e ganhos de autonomia das beneficiárias; mas, - reforço das relações tradicionais de gênero.
Leitão e Inácio (2011)	Comunidades de Pernambuco – 2011	Método Qualitativo	- melhores condições de alimentação para as pescadoras artesanais; e - mulheres veem com positividade o fato do benefício ser pago diretamente a elas.
Pires (2012)	Cidade de Campinas (SP) – 2008 e 2009	Método Etnográfico	- melhorias e ganhos de autonomia financeira das beneficiárias; mas, - reforço das relações tradicionais de gênero.
Ahlert (2013)	Cidade de Codó (MA) – 2011	Método Etnográfico	- flexibilização da rotina de trabalho das mulheres, passando a ter folga semanal; e - discursos positivos no que diz respeito a autonomia financeira.
Moreira, Ferreira e Matta (2013)	11 municípios de Minas Gerais	Método Qualitativo	- permanência de visões estereotipadas e distorções sobre o significado de desigualdade de gênero.
Morton (2013)	Assentamentos da Bahia – 2011 e 2012	Método Etnográfico	- aumento da autonomia pessoal em domicílios mais “prósperos”; e - nos domicílios mais pobres, o dinheiro recebido é “da família”.
Pereira e Ribeiro (2013)	Quilombo urbano de Porto Alegre (RS) – 2009 e 2010	Método Etnográfico	- melhora na qualidade de vida da família beneficiária; - o dinheiro recebido é entendido, em sua maioria, como “das crianças”; e - existência de um “controle coletivo” sobre o destino que a mãe dá ao benefício, afetando assim a sua reputação.
Rodrigues (2016)	Cidade de Redenção (CE) – 2014	Método Qualitativo	- melhorias na qualidade de vida das beneficiárias e sua família; e - recebimento em espécie promove maior autonomia pessoal.
Fecundidade			
Berbel (2011)	Brasil – 1995, 1997, 1999 e 2001 a 2007	Método Quantitativo	- incentivo do PBF à fecundidade de mulheres com idade entre 16 e 19 anos.
Signorini e Queiroz (2011)	Brasil – 2004 e 2006	Método Quantitativo	- ausência de impacto significativo sobre a fecundidade.
Simões e Soares (2012)	Brasil – 2006	Método Quantitativo	- redução da fecundidade (mulheres elegíveis beneficiárias com taxa de fecundidade menor que a das mulheres elegíveis não-beneficiárias).
Cechin (2015)	Brasil – 2010	Método Quantitativo	- pequeno incentivo à geração do segundo filho, maior nas regiões Centro-Oeste e Nordeste.
Rocha (2017)	Brasil – 1995 a 2007, com exceção de 2000	Método Quantitativo	- ausência de impacto significativo sobre a fecundidade.

Fonte: Elaboração própria a partir dos trabalhos citados no quadro.

Suárez e Libardoni (2007) e Rego e Pinzani (2013), por exemplo, apontam que o recebimento dos benefícios da Bolsa Família possibilitou às mulheres serem percebidas pelos comerciantes locais como “clientes confiáveis”, o que tem grande importância para a vida comunitária. Estes trabalhos chamam atenção, ainda, para outro resultado positivo do PBF: o fato de que, muitas vezes, o benefício é a primeira ou a única renda regular a qual estas mulheres têm acesso, possibilitando assim o desenvolvimento da habilidade de lidar com o dinheiro e maior capacidade de planejamento para a realização de compras, sejam estas mensais ou parceladas, sendo a compra de móveis um relevante exemplo.

Há, ainda, evidências para o debate acerca da capacidade do PBF de viabilizar a afirmação da mulher no ambiente doméstico ou se, por outro lado, este reforça os papéis de gênero. Não há consenso sobre tal assunto. Para alguns trabalhos, o PBF reproduz e reforça os papéis tradicionais de gênero, pois, dentre outros motivos, responsabiliza prioritariamente a mulher pelo acompanhamento das condicionalidades, culminando também em um aumento de responsabilidades femininas após a inclusão no programa (PEIXOTO, 2010; PASSOS; WALTENBERG, 2016; CARLOTO; MARIANO, 2012; PIRES, 2012). Para Suárez e Libardoni (2007), tal crítica é, de fato, pertinente, mas uma ressalva que realizam ao argumento é que as beneficiárias usam o benefício para cuidar da casa e dos filhos porque sempre o fizeram e não porque o programa assim estabelece.

Por outro lado, há outra vertente de trabalhos que defendem que a titularidade e o recebimento dos benefícios ajudaram a melhorar a situação das mulheres na hierarquia familiar (SUÁREZ; LIBARDONI, 2007; REGO; PINZANI, 2013; DE BRAUW ET AL, 2014), já que, com o recurso do PBF, a mulher pode se tornar capaz de contribuir para os gastos do domicílio e, consequentemente, ganhar maior capacidade de negociar com o marido e participar das decisões familiares, além de desencadear transformações no comportamento e visão de mundo dos respectivos cônjuges, ainda que tais transformações não sejam necessariamente fáceis ou “pacíficas” (SEN, 1998; MOLYNEUX, 2006).

É possível ilustrar esse processo com um dos resultados de Morton (2013): uma mulher que usa parte do benefício do PBF na compra de algum móvel ou eletrodoméstico consegue, de certa forma, dar “corpo” à sua autonomia por meio de um objeto de valor que permanece fixo no ambiente e à vista de todos os moradores da casa. Assim, o homem pode passar a entender a independência da mulher por meio deste objeto concreto.

Tavares (2010) encontrou efeito positivo do Bolsa Família sobre a oferta de mão de obra de mães beneficiárias. Vale relembrar que nas discussões dos capítulos anteriores à luz da literatura, a mulher trabalhar é um importante determinante do empoderamento.

Além disso, foi encontrado um trabalho que relaciona o PBF e a incidência de violência doméstica, o de Moreira et al. (2016). De acordo com este, havia um efeito não intencional do Bolsa Família de aumento da violência contra a mulher em famílias beneficiárias, efeito este que seria explicado pelo chamado viés de seleção conjugal. Segundo os autores, em um relacionamento, a mulher tem menores chances de ascender em seus níveis de educação e ocupação em relação ao homem, o que consequentemente proporciona vantagens econômicas ao último, que exerce maior poder no domicílio. Assim, por mais que o PBF transfira o valor monetário do benefício diretamente à mulher, a tendência é a de que, ao longo do tempo, o homem se aproprie deste dinheiro para manter seu poder econômico na relação.

Enfim, é possível discutir brevemente os trabalhos que relacionam o PBF com a fecundidade. De modo geral, estes trabalhos partem do referencial de que a decisão de gerar ou não mais um filho depende da relação entre o custo e o benefício que essa criança trará. Dado que o recebimento da Bolsa Família está associado ao número de filhos da família, quanto maior o recurso monetário pago pelo PBF, maior seria o estímulo a ter mais um filho. Os resultados encontrados também não são consensuais entre si. Berbel (2011) e Cechin (2015) encontraram efeito positivo do programa sobre a fecundidade das mulheres, enquanto Simões e Soares (2012) mostraram indícios de que o Bolsa Família reduz a fecundidade. Existem, ainda, trabalhos que sugerem que o PBF não produziu efeitos significativos sobre tal aspecto (SIGNORINI; QUEIROZ, 2011; ROCHA, 2017).

3.3 Considerações finais do capítulo

O objetivo principal deste capítulo foi apresentar as principais características e a evolução do Programa Bolsa Família (PBF), assim como evidências já existentes na literatura de possíveis efeitos nos mais diversos aspectos, com ênfase à interface com questões de gênero, em especial com relação ao empoderamento feminino em diversas dimensões. Vale ressaltar que, por mais que o empoderamento feminino não seja um dos objetivos principais traçados no desenho institucional do PBF, ele pode estar promovendo efeitos inesperados ou adversos sobre a vivência das beneficiárias, principalmente em função de ter definido que o recebimento dos benefícios é prioritário às mulheres.

Além de fundamentar algumas das estratégias empíricas apresentadas no próximo capítulo, sendo imprescindível para o desenvolvimento posterior da presente dissertação,

a revisão aplicada realizada no final deste capítulo explicita a relevância da dissertação. Isto porque, apesar de haver uma série de trabalhos investigando a relação entre os dois objetos da pesquisa (empoderamento feminino e PBF), não foi encontrado na exploração bibliográfica, um trabalho que faça isso por meio da construção de índices sintéticos que, como visto anteriormente, são amplamente usados na mensuração do empoderamento.

4. EFEITOS DO BOLSA FAMÍLIA NO EMPODERAMENTO FEMININO: METODOLOGIA E RESULTADOS

O presente capítulo apresenta e discute as estratégias empíricas aqui adotadas para investigar possíveis efeitos do recebimento de benefícios do PBF sobre o empoderamento feminino – medido pelos dois índices propostos no segundo capítulo –, assim como os resultados obtidos por meio de tais estratégias. A primeira seção justifica e apresenta a metodologia de estimação econômica adotada, baseada em estratégias de *Propensity Score Matching* (PSM). A segunda seção discute as estratégias empíricas utilizadas e os dados. Na terceira seção, são analisados os resultados aqui encontrados da seguinte forma: i) primeiramente, com um debate mais geral sobre os determinantes do empoderamento feminino no Brasil com base em estimativas pelo método *Probit*³²; e, posteriormente, ii) analisando os resultados referentes às relações entre PBF e empoderamento feminino.

4.1 Metodologia: *Propensity Score Matching*

Uma das maiores dificuldades para investigar determinado efeito de uma política social (tratamento) está na obtenção de um grupo de controle (não tratados) composto por não beneficiários com características (atributos) similares às dos beneficiários (tratados), de modo que diferenças de resultados possam ser atribuídos a ela com maior robustez³³. A aleatorização (randomização) da atribuição da política poderia solucionar tal problema, na medida em que neutraliza as características observáveis e não-observáveis das pessoas dos grupos de tratamento e de controle. Nesse caso, o valor médio da variável de interesse dos não tratados seria um bom *contrafactual* para o resultado dos tratados. Porém, a aleatorização não é trivial e sofre algumas críticas, sendo uma destas de cunho ético no sentido de não ser razoável excluir, com base na “sorte”, pessoas de um programa social que, em grande medida, é voltado para populações em situação de vulnerabilidade³⁴.

³² Vale relembrar que no primeiro capítulo (Quadro 1.3) foi apontado que é tradicional na literatura o uso do método *Logit* para investigar determinantes do empoderamento feminino. Como o método *Probit* possui características que cumprem papéis semelhantes ao do *Logit* (GREENE, 1997; WOOLDRIDGE, 2002), pode-se afirmar que o método aqui utilizado está em consonância com a literatura sobre o tema.

³³ Discussão fundamentada pelo Modelo Roy-Rubin de resultados potenciais (ROY, 1951; RUBIN, 1974).

³⁴ Para vantagens e dificuldades da aleatorização em experimentos sociais, conferir, por exemplo: Rubin (1974), Caliendo e Kopeinig (2005) e Duflo, Glennerster e Kremer (2006).

De fato, a alocação dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) não é realizada por meio de uma seleção aleatória. De acordo com o terceiro capítulo desta dissertação, o processo para a participação no programa sustenta-se em dois pilares: i) necessidade da família se inscrever no CadÚnico; e, após isso, ii) análise da renda e composição das famílias para verificar se cumprem os requisitos necessários. Ademais, como Tavares (2010) realça, pode ser que existam certas características que levariam algumas pessoas a tomarem a iniciativa de se inscreverem no CadÚnico, enquanto outras não, sendo que tais características também podem influenciar os resultados (“efeitos”) do PBF. Assim, estes resultados não são necessariamente (ou apenas) atribuíveis ao programa, mas sim a atributos pessoais, o que caracteriza um processo (viés) de auto seleção ao programa.

Portanto, para avaliações de impactos de políticas não aleatórias, como é o caso do PBF, não basta distinguir os indivíduos contemplados/beneficiários (tratados ou do grupo de tratamento) daqueles não beneficiados (não tratados ou do grupo de controle) pelo programa e comparar os resultados médios para cada um destes dois grupos. É necessária, na verdade, uma estratégia empírica que lide com o viés de auto seleção, aumentando a comparabilidade entre os grupos de tratamento e de controle. Nesse sentido, ganham destaque estratégias baseadas em *Propensity Score Matching* (PSM), como as adotadas nessa dissertação. A seguir tal argumentação é feita de forma mais detalhada e formal.

Para mensurar o efeito médio do recebimento de benefícios do Bolsa Família sobre o empoderamento feminino das mulheres beneficiárias do programa, o ideal seria poder observar, concomitantemente, os resultados potenciais (grau de empoderamento) da mesma mulher i nas situações de recebimento (A_i^1) e de não recebimento de benefícios (A_i^0). Se isso fosse possível, o efeito médio do tratamento nos tratados, o ATT (τ_{ATT})³⁵, poderia ser calculado de acordo com o que é demonstrado pela equação (4.1)³⁶.

$$\tau_{ATT} = E[(A_i^1 - A_i^0)|B_i = 1] = E[A_i^1|B_i = 1] - E[A_i^0|B_i = 1] \quad (4.1)$$

sendo: B_i a variável binária representativa do *status* do tratamento (igual a 1 se a mulher i recebe benefícios do PBF e igual a 0 caso contrário); $A_i^1|B_i = 1$ o resultado em termos de empoderamento da mulher i que recebe benefícios do PBF; e $A_i^0|B_i = 1$ o resultado potencial do não recebimento de benefícios da mulher i que é contemplada pelo PBF.

³⁵ Em inglês, *average treatment effect on the treated* (ATT).

³⁶ Assumindo a hipótese de que o resultado potencial de uma mulher independe do *status* do tratamento em outras mulheres – *stable unit treatment value assumption* (SUTVA). Para mais detalhes, ver: Rubin (1978).

O problema é que, em dado momento, apenas um dos resultados é observável: i) o resultado do PBF nas mulheres que recebem benefícios do programa ($A_i^1 | B_i = 1$); e ii) o resultado do não recebimento dos benefícios nas mulheres não beneficiadas ($A_i^0 | B_i = 0$). Assim, o que é de fato possível mensurar é a diferença média entre tais resultados da maneira que é demonstrada pela equação (4.2):

$$E[A_i^1 | B_i = 1] - E[A_i^0 | B_i = 0] \quad (4.2)$$

No entanto, o termo observável ($A_i^0 | B_i = 0$) não é um substituto adequado do termo não observável ($A_i^0 | B_i = 1$), já que é provável que fatores que determinam a decisão pela participação no tratamento também sejam importantes para explicar o resultado potencial da variável de interesse, resultando, assim, no já mencionado viés de auto seleção. Para ilustrar tal viés, pode-se somar e subtrair o resultado potencial do não recebimento do Bolsa Família nas mulheres contempladas pelo programa ($E[A_i^0 | B_i = 1]$) na equação (4.2) e, aplicando as propriedades de valor esperado, chega-se à equação (4.3):

$$\underbrace{E[A_i^1 | B_i = 1] - E[A_i^0 | B_i = 0]}_{\text{Efeito Observado}} = \underbrace{E[(A_i^1 - A_i^0) | B_i = 1]}_{\tau_{ATT}} + \underbrace{E[A_i^0 | B_i = 1] - E[A_i^0 | B_i = 0]}_{\text{Viés de Auto Seleção}} \quad (4.3)$$

Nota-se como a diferença entre o lado esquerdo da equação (4.3) – efeito observado – e o τ_{ATT} , expresso também na equação (4.1), é o viés de auto seleção. Com o viés, o resultado da não participação no tratamento é diferente entre as mulheres contempladas e as não contempladas pelo PBF. Assim, as não tratadas não são um *contrafactual* adequado para as tratadas, de modo que a diferença dos resultados médios entre elas não é uma medida apropriada do efeito médio do tratamento nas tratadas (τ_{ATT}). Como mencionado, se a opção pelo tratamento ocorresse de forma aleatória – ou seja, não correlacionada a características que também podem afetar as variáveis de interesse –, os resultados da não participação no PBF seriam os mesmos para mulheres beneficiárias ou não; assim, o viés de auto seleção seria nulo e as não tratadas seriam um bom *contrafactual*. Contudo, não há aleatorização no PBF (CAMELO; TAVARES; SAIANI, 2009; TAVARES, 2010).

Considerando estes aspectos, para avaliar o efeito do PBF sobre o empoderamento feminino, é necessário empregar um método de estimação que lide com o viés de auto seleção. Para dados em *cross-section*, como nesta dissertação, a opção é uma estratégia baseada na seleção por atributos observados, assumindo a hipótese de ignorabilidade do

tratamento³⁷. Ou seja, dado um conjunto de atributos observados da mulher i (X_i), que determinam a seleção, os resultados potenciais do empoderamento feminino independem do *status* do tratamento. Respeitando tal condição, o viés de seleção desaparece. Assim, $E[A_i^0 | X_i, B_i = 0]$ é um *contrafactual* adequado para $E[A_i^1 | X_i, B_i = 1]$ e o efeito médio do recebimento da Bolsa Família nas tratadas (τ_{ATT_X}) pode ser calculado pela equação (4.4).

$$\tau_{ATT_X} = E[(A_i^1 - A_i^0) | X_i, B_i = 1] = E[A_i^1 | X_i, B_i = 1] - E[A_i^0 | X_i, B_i = 0] \quad (4.4)$$

Para estimações baseadas em (4.4), é importante que os grupos de controle e de tratamento sejam similares em termos de atributos observados. Maior semelhança entre os grupos pode ser garantida por meio de uma estratégia de *matching* (pareamento) que identifique um grupo de controle a partir do conjunto X de características observadas das mulheres. No entanto, quanto maior o número de características consideradas, maior a dificuldade para a implementação do *matching* (RIBEIRO; CACCIAMALI, 2012).

Uma possibilidade para lidar com tal problema é a utilização de uma estratégia de *Propensity Score Matching* (PSM)³⁸, no qual o pareamento é realizado pela probabilidade predita (*propensity score*) da mulher i receber benefícios do Bolsa Família, considerando um conjunto de atributos observados X_i . De acordo com Rosenbaum e Rubin (1983), se, condicionais a X_i , os resultados são independentes do *status* do tratamento, também é observada independência nos resultados condicionais aos *propensity scores* $P(X_i)$. Estes *scores*, que podem ser estimados pelos métodos de *Logit* ou *Probit*³⁹, são positivos e não é necessário que os atributos observados X_i determinem perfeitamente a participação ou não no PBF (*status* do tratamento), tal como expresso a seguir pela equação (4.5) – ou seja, os *propensity scores* não devem assumir os valores extremos (0 e 1). Tal condição é chamada de suporte comum e entende que pessoas com o mesmo valor de X_i têm uma probabilidade positiva, compreendida no intervalo entre 0 e 1, de ser tanto participante quanto não-participante do Bolsa Família (CALIENDO; KOPEINIG, 2005).

$$0 < P(X_i) < 1 \quad (4.5)$$

³⁷ *Ignorability (unconfoundedness) assumption*, expressa por $A_0, A_1 \perp D | X$. Para mais detalhes, conferir, entre outros: Caliendo e Kopeinig (2005) e Firpo e Pinto (2013).

³⁸ É importante destacar que métodos de PSM são defendidos e utilizados em diversos trabalhos que avaliaram efeitos do PBF, como: Camelo, Tavares e Saiani (2009), Rocha (2009), Araújo, Ribeiro e Neder (2010), De Brauw et al. (2010), Tavares (2010), Signorini e Queiroz (2011), Ribeiro e Cacciamali (2012), De Brauw et al. (2014), Cechin (2015) e Passos e Waltenberg (2016). Assim, a presente dissertação segue metodologia amplamente utilizada na literatura sobre o tema.

³⁹ Os métodos *Logit* e *Probit* são adequados para estimativas com variáveis dependentes binárias (*dummies*) por ajustarem as probabilidades preditas dentro do intervalo de 0 e 1 (DOUGHERTY, 2007).

Assim, considerando conjuntamente a hipótese de ignorabilidade do tratamento e a condição de suporte comum⁴⁰, o efeito médio do tratamento nas tratadas, condicionado aos *propensity scores* ($\tau_{ATT_X}^{PSM}$), pode ser calculado de acordo com a forma apresentada na equação (4.6).

$$\tau_{ATT_X}^{PSM} = E[(A_i^1 - A_i^0) | P(X_i), B_i = 1] = E[A_i^1 | P(X_i), B_i = 1] - E[A_i^0 | P(X_i), B_i = 0] \quad (4.6)$$

Vale ressaltar que o PSM consiste em estratégias de reponderação das observações para balancear as distribuições dos atributos observados entre as mulheres dos grupos de tratamento e de controle. Os pesos dependem do método empregado para o *matching*. Na literatura, existem diversos métodos, que se diferenciam em relação às formas pelas quais são definidos os pesos e, assim, os grupos de controle. No entanto, assintoticamente, os resultados são próximos e não é possível apontar um método como sempre superior para todos os casos. Assim, para testar a robustez dos resultados, os trabalhos que os utilizam sugerem a realização de estimações por mais de um método (DEHEJIA; WAHBA, 2002; CALIENDO, KOPEINIG, 2005). Na presente dissertação, serão empregados dois dos métodos mais empregados na literatura, quais sejam: i) o *nearest neighbour matching* (NNM) – “vizinho mais próximo” –; e ii) o *Kernel matching* (KM).

No NNM, cada mulher tratada é pareada à não tratada mais próxima em termos de *propensity score*. É possível permitir ou não que uma mulher não-beneficiária do PBF seja utilizada mais de uma vez como par de uma beneficiária. Caso a mulher seja pareada mais de uma vez, tem-se o NNM com reposição (NNM-CR); logo, mulheres não tratadas pareadas a mais de uma tratada recebem pesos superiores a 1, que variam de acordo com o número de vezes em que são utilizadas. Caso a mulher não tratada seja pareada uma única vez a outra beneficiária, tem-se o NNM sem reposição (NNM-SR), em que se atribui peso 1 às mulheres não tratadas pareadas. Nos dois casos, é atribuído peso 0 às mulheres do grupo de controle não pareadas a tratadas (CALIENDO; KOPEINIG, 2005).

No KM, o *contrafactual* é construído a partir da média ponderada de todas as mulheres do grupo de controle. Os pesos são inversamente proporcionais à distância entre os *propensity scores* de cada mulher não tratada e a tratada para a qual é pareada. Todas as mulheres não tratadas são consideradas; ou seja, não é atribuído peso 0 a nenhuma, nem mesmo àquelas bem diferentes das tratadas em termos dos atributos observados X_i . É possível impor uma distância máxima (*bandwidth*) entre os *propensity scores* das

⁴⁰ Em conjunto, estas são chamadas de *strong ignorability assumption* (ROSENBAUM; RUBIN, 1983).

tratadas e não tratadas. Seguindo sugestão da literatura, serão aqui realizadas estimações com *bandwidth* de 0,06 e de 0,01 (HECKMAN; ICHIMURA; TODD, 1997; HECKMAN et al., 1998; SMITH; TODD, 2005).

A literatura apresenta algumas estratégias para testar a qualidade dos pareamentos. Seguindo Rosenbaum e Rubin (1985) e Caliendo e Kopeinig (2005), serão feitos testes *t* de diferenças de médias entre os grupos de tratamento e controle para cada variável explicativa após o pareamento. A hipótese nula é que as diferenças das médias sejam nulas. Se as estatísticas *t* forem significativas, as médias são estatisticamente diferentes. Com o pareamento, as diferenças das médias entre os grupos não devem permanecer.

Após a estimação dos *propensity scores* e, levando em consideração a discussão de Firpo e Pinto (2013), que afirmam que a combinação de métodos pode garantir maior precisão às estimações, será realizada uma análise dos possíveis efeitos do recebimento de recursos do PBF sobre o empoderamento feminino por meio do método *Probit*. Ou seja, em um “2º estágio”, serão estimados, por *Probit*, modelos ponderados pelos pesos gerados pelos processos de pareamento – para cada um dos métodos de PSM utilizados.

Vale apontar que, por *Probit*, as estimações se dão por meio do método de máxima verossimilhança, possuindo algumas vantagens em comparação a estimações pelo método de probabilidade linear, que não ajusta corretamente as variáveis explicativas com uma grande dispersão ao redor da média – não ajusta as probabilidades preditas ao intervalo entre 0 e 1. Ademais, a interpretação dos resultados de modelos *Probit* não pode se dar a partir dos coeficientes estimados, já que estes não expressam a relação direta das variáveis explicativas sobre a variável dependente. Assim, é usual o cálculo dos efeitos marginais. Para fazer isso, deriva-se parcialmente a função de probabilidade em relação à variável independente x_i (GREENE, 1997; WOOLDRIDGE, 2002; DOUGHERTY, 2007).

Assim, os modelos a serem estimados por *Probit* para mensurar os determinantes do empoderamento feminino e os efeitos do PBF sobre este baseiam-se na equação (4.7).

$$A_i = \beta_0 + \beta_1 B_i + \beta_2 X_i + \varepsilon_i \quad (4.7)$$

sendo: A_i as variáveis dependentes referentes à mulher i ; β_0 a constante; β_1 o coeficiente estimado associado à variável explicativa de interesse B_i , que é a *dummy* representativa do recebimento ou não de benefícios do PBF; β_2 o vetor de coeficientes estimados associados ao vetor de variáveis explicativas de controle X_i ; e ε_i o termo errático.

4.2 Estratégias empíricas e dados

A priori, é interessante fazer uma investigação mais ampla sobre os possíveis determinantes do empoderamento feminino no Brasil. Para isso, são estimados modelos pelo método *Probit* para identificar as principais características que influenciam o grau de empoderamento das mulheres brasileiras a partir dos dados da PNDS de 2006. Serão utilizadas a ponderação da PNDS (fator de expansão) para as estimações de tais modelos.

Além disso, serão estimadas três versões de modelos. No conjunto de *modelos A*, são inseridas todas as variáveis dos blocos de características pessoais, geográficas e de comportamento (apresentadas mais adiante no Quadro 4.1), além da variável *dummy* do *status* de participação no PBF. Por sua vez, no conjunto de *modelos B*, são excluídas as *dummies* de relação de parentesco com o responsável do domicílio, por apresentarem correlação significativa com a *dummy* representativa da situação conjugal da mulher⁴¹. Enfim, no conjunto de *modelos C*, são excluídas apenas as *dummies* de cor e religião, também para lidar com possíveis de multicolinearidade entre as variáveis explicativas.

Vale destacar uma característica da *dummy* de recebimento do PBF. À semelhança do que foi feito por Tavares (2010), optou-se por também considerar como beneficiária do PBF as mulheres que afirmaram na PNDS serem beneficiárias de outros programas que, como mencionado no capítulo anterior, fizeram parte da constituição do PBF, quais sejam: Auxílio-Gás e Cartão Alimentação. Entende-se que algumas beneficiárias ainda não sabiam distinguir com clareza as mudanças ocorridas nos benefícios monetários que recebiam do Governo Federal, dado que, em 2006, já estava finalizado o processo de unificação das políticas que constituíram o PBF. Portanto, para não subestimar o número de beneficiárias do Bolsa Família, optou-se por também atribuir valor 1 às mulheres que afirmaram receber benefícios dos outros dois programas então já extintos.

Posteriormente, já para na implementação das estratégias de PSM, será utilizado o método *Logit* para estimar os *propensity scores*. A variável dependente é a *dummy* de participação no PBF. Após a definição dos *propensity scores*, serão estimados os modelos por *Probit* para analisar especificamente o impacto do PBF no empoderamento feminino. Para isso, a partir dos dois índices de empoderamento feminino construídos e detalhados no segundo capítulo da presente dissertação (índices ED e PCRS), serão empregadas como variáveis dependentes algumas *dummies* que captam pequenas mudanças em níveis

⁴¹ A correlação entre as *dummies* cônjuge e responsável foi -0,3696; entre cônjuge e filha_respondente, -0,6182; e, enfim, entre cônjuge e outros, foi -0,2188.

de empoderamento das mulheres segundo os dois índices. À semelhança do que Varghese (2011) e Islam et al. (2014) fazem em suas análises descritivas, definiu-se os níveis de empoderamento feminino segundo os valores atuais da ONU (2019) na categorização do IDH, sendo estes níveis: i) *baixo* – valores inferiores a 0,550; ii) *médio* – valores entre 0,550 e 0,699; iii) *alto* – valores entre 0,7 e 0,799; e iv) *muito alto* – valores acima de 0,8.

A Tabela 4.1 apresenta a distribuição percentual das mulheres das amostras da PNDS de acordo com os níveis de empoderamento e o recebimento ou não do benefício do PBF. Ressalta-se como tal procedimento é realizado para os dois índices, sendo que o índice PCRS, devido às características de sua construção, não apresenta valores para o nível de empoderamento alto. Observa-se que há uma distribuição mais proporcional entre os níveis de empoderamento de acordo com o índice ED, enquanto, para o índice PCRS, há uma clara concentração de mulheres no nível muito alto de empoderamento⁴².

Tabela 4.1 - Distribuição percentual das mulheres de acordo com os níveis de empoderamento e participação no Programa Bolsa Família

Índices / Níveis de Empoderamento	Valores dos níveis	ED (%)		PCRS (%)	
		Beneficiárias	Não-beneficiárias	Beneficiárias	Não-beneficiárias
Baixo 0,550	Abaixo de 0,550	24,31	28,00	3,39	4,38
Médio 0,550–0,699	0,550–0,699	21,42	26,01	7,45	4,94
Alto 0,700–0,799	0,700–0,799	15,09	13,77	---	---
Muito alto 0,800–1,000	0,800–1,000	39,18	32,22	89,16	90,68

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Com base no estabelecimento dos níveis de empoderamento ilustrados na Tabela 4.1, torna-se possível construir *dummies* que, ao segmentarem as amostras, permitem captar mudanças de um nível a outro e, assim, fazer inferências mais detalhadas dos índices no que se refere a variações mais sutis no nível de empoderamento das mulheres. As quatro *dummies* construídas são as seguintes:

- *MTALTO_TODOS*: *dummy*, que assume valor 1 se a mulher possui nível muito alto de empoderamento, e 0 se tem qualquer outro nível de empoderamento (*modelo I*);
- *BAIXO_MEDIO*: *dummy*, que assume valor 1 se a mulher possui nível médio de empoderamento, e 0, se possui nível baixo de empoderamento (*modelo II*);

⁴² Uma possível explicação para a baixa variabilidade das respostas do índice PCRS pode ser dada pela Teoria de Resposta ao Item.

- *MEDIO_ALTO*: *dummy*, que assume valor 1 se a mulher possui nível alto de empoderamento, e 0, se possui nível médio de empoderamento (*modelo III*);
- *ALTO_MTALTO*: *dummy*, que assume valor 1 se a mulher possui nível muito alto de empoderamento, e 0, se possui nível alto de empoderamento (*modelo IV*).

Adicionalmente, como não há observações para o nível alto de empoderamento do índice PCRS, é construída especificamente para as análises de tal índice uma *dummy MEDIO_MTALTO*, que assume o valor 1 se a mulher possuir nível muito alto de empoderamento PCRS e 0 se possuir nível médio de empoderamento PCRS.

Por sua vez, as variáveis independentes selecionadas para serem consideradas nos modelos estimados são detalhadas no Quadro 4.1, no qual também constam as respectivas referências bibliográficas que justificam a inserção de cada uma, tanto como determinante da adesão ao PBF – lidando com o viés de auto seleção – e como determinante do empoderamento feminino. A inclusão de variáveis explicativas que potencialmente são condicionantes do *status* do tratamento e/ou de seu resultado é uma condição básica para estratégias de PSM (CALIENDO; KOPEINIG, 2005). As variáveis explicativas podem ser separadas em quatro grandes grupos: i) características pessoais; ii) características de comportamento; iii) características geográficas; e iv) características do domicílio. Na Tabela A.2 do Apêndice constam as estatísticas descritivas de cada uma das variáveis, bem como a média e o desvio-padrão destas segundo o *status* de participação no PBF.

A variável *idade* busca apreender o “estágio da vida” da mulher, importante por, dentre outras coisas, captar as diferenças geracionais de pensamento e comportamento. Já a variável *escolaridade* é tanto uma medida aproximada do nível de conhecimento da mulher, quanto da sua posição socioeconômica. A *dummy trabalho* é inserida por ser tanto um indicativo do nível de renda quanto do grau de autonomia da mulher. Já a *dummy cônjuge* é considerada por ser um dos indicativos da composição da família – algo importante para a participação no PBF, como já apontado –, bem como para controlar o impacto de estar em um relacionamento no empoderamento das mulheres.

As *dummies cor, região geográfica e urbano* são adicionadas devido ao fato do Brasil ser um país com fortes disparidades regionais e raciais, o que impacta a trajetória e as oportunidades que se apresentam às mulheres. A variável *rendimento familiar* é, por sua vez, especialmente importante para controlar o viés de auto seleção, já que este é um dos principais componentes para selecionar ou não famílias para o recebimento do Bolsa Família, mas também é um indicativo fundamental de situação socioeconômica, o que

Quadro 4.1 - Variáveis independentes utilizadas para a realização das estimações econométricas

Nome	Descrição		Referência¹
Características pessoais			
Idade		Idade da mulher.	Jejeebhoy e Sathar (2001), Mason e Smith (2003), Haque et al. (2011), Simões e Soares (2012), Moreira et al. (2016)
Escolaridade		Número de anos de estudo da mulher.	Malhotra, Schuler e Boender (2002), Parveen e Leonhäuser (2004), Assaad, Nazier e Ramadan (2014), Passos e Waltenberg (2016)
Trabalho		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher afirmou trabalhar ou ter algum tipo de ocupação pela qual recebe pagamento em dinheiro ou bens; e 0 caso contrário.	Jejeebhoy e Sathar (2001), Mason e Smith (2003), Gupta e Yesudian (2006), Khan e Awan (2011), Varghese (2011), Passos e Waltenberg (2016)
Cônjugue		<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tem um cônjuge; e 0 caso contrário.	Passos e Waltenberg (2016)
Cor	Branca*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara branca; e 0 caso contrário.	Malhotra, Schuler e Boender (2002), Tavares (2010), Signorini e Queiroz (2011), Simões e Soares (2012), Moreira et al. (2016), Passos e Waltenberg (2016)
	Preta	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara preta; e 0 caso contrário.	
	Parda	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara parda; e 0 caso contrário.	
	Amarela e indígena	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher se autodeclara amarela ou indígena; e 0 caso contrário.	
Rendimento familiar		Rendimento bruto proveniente do trabalho no último mês de todos os membros do domicílio (exceto empregados e pensionistas).	Mason e Smith (2003), Passos e Waltenberg (2016)
Relação de parentesco com o responsável do domicílio	Responsável	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher era a responsável do domicílio; e 0 caso contrário.	Simões e Soares (2012)
	Cônjugue*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher era cônjuge do responsável do domicílio; e 0 caso contrário.	
	Filha_resp	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher era filha do responsável do domicílio; e 0 caso contrário.	
	Outro	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tinha outro ² tipo de relação com o responsável do domicílio; e 0 caso contrário.	
Filho		Número de filhos de 0 a 15 anos de idade.	Tavares (2010), De Brauw et al. (2014), Passos e Waltenberg (2016), Signorini e Queiroz (2011)

(continua)

Quadro 4.1 - Variáveis independentes utilizadas para a realização das estimativas econômicas

(continuação)

Nome	Descrição	Referência¹
Características de comportamento		
Exposição Mídia	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher tem algum tipo de contato diário com jornal, revista, rádio ou televisão; e 0 caso contrário.	Gupta e Yesudian (2006), Haque et al. (2011), Parveen e Leonhäuser (2004), Varghese (2011)
Religião atual	Católica	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher declara pertencer atualmente à religião católica; e 0 caso contrário.
	Evangélica*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher declara pertencer atualmente às religiões evangélica tradicional ou evangélica pentecostal; e 0 caso contrário.
	Outras Religiões	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher declara pertencer atualmente às religiões espírita, afro-brasileira ou outra; e 0 caso contrário.
	Sem religião	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher declara não pertencer atualmente a qualquer religião; e 0 caso contrário.
	Características geográficas	
Região geográfica	Norte	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Norte; e 0 caso contrário.
	Nordeste*	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Nordeste; e 0 caso contrário.
	Sul	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Sul; e 0 caso contrário.
	Sudeste	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Sudeste; e 0 caso contrário.
	Centro-Oeste	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora no Centro-Oeste; e 0 caso contrário.
Urbano	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a mulher mora em área urbana; e 0 caso more em área rural.	Haque et al. (2011), Simões e Soares (2012), Assaad, Nazier e Ramadan (2014), Moreira et al. (2016)
Características do domicílio		
Densidade cômodo	Razão entre o total de residentes do domicílio e o número de cômodos.	Tavares (2010)
Rede água	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se a forma de abastecimento de água do domicílio era por meio de rede geral; e 0 caso contrário.	Tavares (2010), Passos e Waltenberg (2016)
Esgoto	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se o escoadouro do sanitário do domicílio era realizado por rede de esgoto ou pluvial; e 0 caso contrário.	Tavares (2010), Passos e Waltenberg (2016), Signorini e Queiroz (2011)
Eletricidade	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se o domicílio tinha acesso a eletricidade; e 0 caso contrário.	Tavares (2010), Passos e Waltenberg (2016), Signorini e Queiroz (2011)

Observações: o asterisco (*) indica a dummy de referência. ¹ Referências bibliográficas que respaldaram a inclusão da respectiva variável. ² Caracteriza-se outro tipo de relação com o responsável: enteada, neta, mãe, sogra, irmã, nora, outro parente, adotada ou outros sem parentesco.

pode afetar o empoderamento, justificativa similar para as *dummies* de características do domicílio – são estas: *densidade cômodo, rede água, esgoto e eletricidade*.

As *dummies* de *relação de parentesco com o responsável do domicílio*, por sua vez, são consideradas para tentar captar a existência de possíveis hierarquias dentro do âmbito doméstico. Já a variável *filho* é inserida tanto por ser um importante fator para a definição do valor do benefício do PBF – como também já discutido – quanto porque ter ou não filhos pode ser uma das fontes de determinação do papel social da mulher.

A *dummy exposição mídia* é inserida para tentar captar, de algum modo, o nível de visão de mundo da mulher, que pode ser influenciado pelo acesso a informações e tende a resultar tanto em uma possível vantagem no conhecimento do próprio programa quanto a informações que aumentem seu nível de empoderamento. Enfim, as *dummies religião atual* são importantes na medida em que a religião não é apenas um dos principais formadores e controladores de normas sociais, mas também apresentam certa relação com a renda no Brasil (NERI, 2011).

4.3 Resultados e discussões

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados obtidos com a aplicação da metodologia e das estratégias empíricas definidas nas seções anteriores. Nas primeiras duas subseções, são apresentados os efeitos marginais⁴³, destacando os estatisticamente significantes para a promoção de uma discussão mais ampla sobre os determinantes dos níveis de empoderamento. Tais efeitos marginais são oriundos das estimativas de modelos baseados na equação (4.7) pelo método *Probit* sem uma estratégia prévia de PSM. As variáveis dependentes são as *dummies* de “mudanças” do nível de empoderamento feminino, segundo os índices ED e PCRS, discutidas anteriormente na seção 4.2. Nesta seção, também foram apresentados os diferentes conjuntos de modelos (*A, B e C*) que são adotados para lidar com a potencial multicolinearidade entre as variáveis explicativas.

Já a terceira subseção se dedica especificamente à análise dos possíveis impactos do PBF sobre as mesmas *dummies* de “mudanças” do nível de empoderamento feminino dos índices ED e PCRS. Nesse caso, seguindo a recomendação de Firpo e Pinto (2013) – combinação de métodos pode garantir maior precisão às estimativas –, as estimativas são

⁴³ Calculados da forma discutida por Greene (1997) e Wooldridge (2002), entre outros.

realizadas em “dois estágios”. No “1º estágio”, são estimados modelos baseados na equação (4.7) pelo método *Logit* sem considerar a *dummy* representativa do recebimento de benefícios do PBF e utilizando os diferentes métodos de PSM escolhidos (*nearest neighbour matching*, com e sem reposição, e *Kernel matching* com diferentes *bandwidth*) para gerar os pesos baseados nas probabilidades preditas condicionais. Por meio destas probabilidades, no “2º estágio”, são realizadas estimações baseadas na equação (4.7) pelo método *Probit* com a inclusão da *dummy* PBF e ponderado pelos pesos oriundos dos métodos de PSM. Assim, garante-se maior comparabilidade entre os grupos de tratamento (beneficiárias) e de controle (não beneficiárias), lidando com o viés de auto seleção.

4.3.1 Índice ED: determinantes dos níveis do empoderamento feminino

Levando em consideração os resultados obtidos para o conjunto de *modelos A* (modelos que incluem todas as variáveis dos blocos de características pessoais, geográficas e de comportamento, além da *dummy* PBF) dos níveis de empoderamento para o índice ED, na Tabela 4.2⁴⁴ é possível observar que a *dummy* que capta o recebimento dos benefícios do PBF só apresentou significância estatística para o modelo III, indicando que a participação no programa aumenta em mais de 7 pontos percentuais a probabilidade de uma mulher passar do nível médio para o nível alto de empoderamento do índice ED.

Analizando os resultados do *modelo I*, observa-se que quanto maior a idade da mulher, maior a probabilidade dela estar na faixa de empoderamento ED muito alta em detrimento de todas as demais – este efeito, no entanto, é de magnitude modesta e não chega a 1 ponto percentual. Morar em áreas urbanas aumenta a probabilidade da mulher de estar na faixa de empoderamento muito alta do índice ED em pouco mais de 6 pontos percentuais. Por sua vez, não ter religião aumenta em 6 pontos percentuais a probabilidade da mulher estar no nível de empoderamento mais alto em detrimento dos demais níveis quando comparadas às mulheres que se declararam evangélicas.

Além disso, ter filhos entre 0 e 15 anos também resulta em um impacto positivo na probabilidade da mulher de estar no maior nível de empoderamento do índice ED. Por outro lado, a escolaridade sugere um efeito negativo (mas modesto) sobre a probabilidade

⁴⁴ Nesta e nas tabelas a seguir estão dispostos apenas os efeitos marginais; já os respectivos coeficientes estimados e os erros-padrão de todas variáveis utilizadas nos modelos estão na Tabela A.3 do Apêndice.

da mulher estar faixa de empoderamento mais elevada e todas as *dummies* regionais são associadas a efeitos estimados negativos em relação à *dummy* de referência (Nordeste).

A relação de parentesco com o responsável do domicílio também apresentou resultados relevantes. Por exemplo, ser a pessoa responsável pelo domicílio, quando comparado à mulher cônjuge do responsável, aumenta a probabilidade da mulher de estar no nível de empoderamento muito alto em detrimento aos demais níveis em mais de 50 pontos percentuais. Por sua vez, ser filha do responsável do domicílio ou ter outro tipo de relação com este diminui a probabilidade de estar no nível mais alto de empoderamento em pouco mais de 11 e 16 pontos percentuais, respectivamente.

Tabela 4.2 - Índice ED – resultados das estimações dos modelos A: efeitos marginais

Variáveis	Modelos A			
	I	II	III	IV
PBF	0,0182	-0,0116	0,0787**	-0,0146
Idade	0,0055*	0,0044*	0,0011	0,0035**
Escolaridade	-0,0050**	0,0091**	0,0009	-0,0078**
Trabalho	-0,0095	0,0245	-0,0530	0,0019
Cônjugue	0,0042	0,0730	0,0113	-0,0652
Norte	-0,0662*	-0,0694**	0,0110	-0,0623**
Sul	-0,0811*	0,0196	-0,0097	-0,0827*
Sudeste	-0,0344***	-0,0719**	0,0572	-0,0577***
Centro-Oeste	-0,0358***	-0,0422	0,1056*	-0,0926*
Urbano	0,0605*	0,0206	0,0008	0,0608**
Exposição Mídia	-0,0037	-0,0201	0,0208	-0,0130
Católica	0,0143	0,0143	0,0097	0,0068
Outras religiões	0,0060	0,0144	0,0243	0,0061
Sem religião	0,0632**	0,0168	-0,0248	0,0744
Preta	-0,0016	0,0290	-0,0146	0,0127
Parda	-0,0130	0,0300	-0,0240	-0,0083
Amarela e indígena	-0,0010	0,0216	-0,0795	0,0857
Rendimento familiar	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Responsável	0,5295*	0,1166	0,0991	0,4047*
Filha_resp	-0,1153***	-0,2764*	-0,2219*	0,1051
Outro	-0,1675*	-0,2127*	-0,2216*	0,0217
Filho	0,0319*	0,0235***	0,0141	0,0153
Observações	7.816	4.070	3.131	3.746

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria. * Estatisticamente significante a 1%; ** Estatisticamente significante a 5%; *** Estatisticamente significante a 10%

I – Modelo que compara mulheres com um nível de empoderamento muito alto e todas as demais.

II – Modelo que compara mulheres com nível baixo e nível médio de empoderamento.

III – Modelo que compara mulheres com nível médio e nível alto de empoderamento.

IV – Modelo que compara mulheres com nível alto e muito alto de empoderamento.

No *modelo II* (Tabela 4.2), verifica-se um efeito marginal positivo e modesto da idade e da escolaridade sobre a probabilidade da mulher estar na faixa intermediária de empoderamento ED em detrimento da faixa baixa. As filhas e as mulheres com outros vínculos com o responsável do domicílio têm menor probabilidade de estar no nível de

empoderamento médio em detrimento do menor nível quando comparadas às mulheres cônjuges do responsável – em 27 e 21 pontos percentuais, respectivamente. Já residir nas regiões Norte e Sudeste também diminui a probabilidade da mulher ter empoderamento médio em detrimento do menor nível relativamente às mulheres nordestinas em cerca de 7 pontos percentuais. Enfim, o número de filhos entre 0 e 15 anos aumenta em 2 pontos percentuais a chance da mulher estar na faixa média de empoderamento do índice ED.

Já no *modelo III*, além da *dummy PBF*, outras três variáveis apresentaram significância estatística na probabilidade da mulher estar na faixa alta de empoderamento ED em detrimento da faixa média. Morar no Centro-Oeste aumenta em quase 11 pontos percentuais a probabilidade quando comparadas às mulheres do Nordeste. Ademais, ser filha ou ter outro tipo de vínculo com o responsável do domicílio, quando comparadas às mulheres cônjuges do responsável, diminui a probabilidade da mulher estar na faixa alta de empoderamento ED em detrimento da faixa média em 22 pontos percentuais.

Enfim, no *modelo IV*, observa-se que a idade apresenta um efeito marginal médio positivo sobre a probabilidade da mulher estar no nível mais elevado de empoderamento pelo índice ED em detrimento do nível alto. A escolaridade, por sua vez, é associada a um efeito marginal negativo. Ademais, todas as *dummies* regionais apresentaram um efeito marginal negativo, sugerindo que as mulheres nordestinas apresentavam vantagem sobre as mulheres das demais regiões quando se analisa a probabilidade de estar na faixa de empoderamento muito alta em detrimento da faixa alta. Morar em áreas urbanas torna mais provável que a mulher esteja na faixa de empoderamento muito alta em detrimento da alta em pouco mais de 6 pontos percentuais. Enfim, ser a responsável pelo domicílio, relativamente aos cônjuges, aumenta em mais de 40 pontos percentuais tal probabilidade.

Ao analisar o conjunto de *modelos B* na Tabela 4.3 (composto pelas mesmas variáveis do *modelo A*, com exceção das *dummies* de relação de parentesco, que foram retiradas), verifica-se novamente que a variável de maior interesse para esta dissertação (*dummy PBF*) só é associada a um efeito com significância estatística no *modelo III*, com interpretação similar àquela apresentada para os *modelos A*. Cabe relembrar que a diferença dos *modelos B* para os modelos A é a ausência das *dummies* de relação de parentesco com o responsável do domicílio.

No *modelo I* (Tabela 4.3), a idade, residir em áreas urbanas, o número de filhos com idade entre 0 e 15 anos e não ter religião (relativamente às mulheres evangélicas) apresentaram efeitos marginais positivos sobre a probabilidade da mulher estar na faixa de empoderamento muito alta do índice ED em detrimento de todas as demais faixas. Por

outro lado, o número de anos de estudo, ter um cônjuge e residir nas regiões Norte e Sul (em comparação à região Nordeste) apresentaram efeitos marginais negativos sobre tal probabilidade. Ressalta-se, ainda, que apesar do rendimento familiar não ser associado a um efeito com significância estatística, a magnitude do efeito marginal é desprezível. No *modelo II* da Tabela 4.3, são observados efeitos marginais positivos da idade, escolaridade, do número de filhos e da situação conjugal da mulher. Por outro lado, residir na região Norte ou Sudeste apresenta um efeito marginal negativo na probabilidade da mulher estar na faixa média de empoderamento ED em detrimento da faixa baixa quando comparadas às mulheres do Nordeste. Já no *modelo III*, além de receber benefícios do PBF, ter um cônjuge e residir no Sudeste ou Centro-Oeste aumentam a probabilidade da mulher estar na faixa alta de empoderamento ED em detrimento da faixa intermediária.

Tabela 4.3 - Índice ED – resultados das estimações dos *modelos B*: efeitos marginais

Variáveis	Modelos B			
	I	II	III	IV
PBF	0,0072	-0,0180	0,0740***	-0,0257
Idade	0,0135*	0,0057*	0,0019	0,0051*
Escolaridade	-0,0060**	0,0090**	0,0003	-0,0073**
Trabalho	0,0102	0,0322	-0,0468	0,0090
Cônjuge	-0,1606*	0,3028*	0,1893*	-0,3452*
Norte	-0,0765*	-0,0649**	0,0107	-0,0634**
Sul	-0,0596**	0,0353	0,0008	-0,0802*
Sudeste	-0,0352	-0,0614***	0,0715***	-0,0599***
Centro-Oeste	-0,0350	-0,0319	0,1104*	-0,0980*
Urbano	0,0848*	0,0188	0,0043	0,0713**
Exposição Mídia	0,0028	-0,0109	0,0217	-0,0139
Católica	0,0001	0,0155	0,0105	0,0080
Outras religiões	-0,0143	0,0008	0,0182	0,0003
Sem religião	0,0806**	0,0200	-0,0165	0,0876***
Preta	-0,0017	0,0254	-0,0139	0,0212
Parda	-0,0211	0,0291	-0,0225	-0,0038
Amarela e indígena	-0,0176	0,0191	-0,0937	0,0706
Rendimento familiar	0,0000***	0,0000	0,0000	0,0000
Responsável	---	---	---	---
Filha_resp	---	---	---	---
Outro	---	---	---	---
Filho	0,0643*	0,0263**	0,0158	0,0197***
Observações	7.818	4.071	3.131	3.747

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria. * Estatisticamente significante a 1%; ** Estatisticamente significante a 5%; *** Estatisticamente significante a 10%

I – Modelo que compara mulheres com um nível de empoderamento muito alto e todas as demais.

II – Modelo que compara mulheres com nível baixo e nível médio de empoderamento.

III – Modelo que compara mulheres com nível médio e nível alto de empoderamento.

IV – Modelo que compara mulheres com nível alto e muito alto de empoderamento.

Enfim, a idade da mulher, o número de filhos, residir em área urbana e a não ter uma religião são associados a efeitos marginais positivos sobre a probabilidade da mulher

estar no nível mais elevado de empoderamento feminino no índice ED em detrimento do nível alto (*modelo IV*). Por outro lado, o número de anos de estudo, ter um cônjuge e residir em qualquer macrorregião geográfica brasileira (comparativamente ao Nordeste) apresentaram efeitos marginais negativos na probabilidade de empoderamento muito alto.

Tabela 4.4 – Índice ED – resultados das estimações dos *modelos C*: efeitos marginais

Variáveis	Modelos C			
	I	II	III	IV
PBF	0,0178	-0,0108	0,0771**	-0,0135
Idade	0,0054*	0,0045*	0,0013	0,0031**
Escolaridade	-0,0050**	0,0091**	0,0017	-0,0077**
Trabalho	-0,0101	0,0228	-0,0495	-0,0019
Cônjugue	0,0041	0,0711	0,0131	-0,0690
Norte	-0,0689*	-0,0684**	0,0074	-0,0682**
Sul	-0,0762*	0,0051	0,0034	-0,0829*
Sudeste	-0,0335***	-0,0790**	0,0619***	-0,0595**
Centro-Oeste	-0,0352***	-0,0461	0,1065*	-0,0923*
Urbano	0,0594*	0,0195	-0,0005	0,0585**
Exposição Mídia	-0,0010	-0,0189	0,0233	-0,0118
Católica	---	---	---	---
Outras religiões	---	---	---	---
Sem religião	---	---	---	---
Preta	---	---	---	---
Parda	---	---	---	---
Amarela e indígena	---	---	---	---
Rendimento familiar	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Responsável	0,5318*	0,1195	0,0999	0,4052*
Filha_resp	-0,1146***	-0,2760*	-0,2206*	0,1025
Outro	-0,1671*	-0,2101*	-0,2248*	0,0289
Filho	0,0316*	0,0241**	0,0148	0,0152
Observações	7.816	4.070	3.131	3.746

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria. * Estatisticamente significante a 1%; ** Estatisticamente significante a 5%; *** Estatisticamente significante a 10%
I – Modelo que compara mulheres com um nível de empoderamento muito alto e todas as demais.
II – Modelo que compara mulheres com nível baixo e nível médio de empoderamento.
III – Modelo que compara mulheres com nível médio e nível alto de empoderamento.
IV – Modelo que compara mulheres com nível alto e muito alto de empoderamento.

Por último, a Tabela 4.4 apresenta os resultados das estimações do conjunto de *modelos C*, que contém as mesmas variáveis do *modelo A*, com exceção das *dummies* de cor e religião. Relembrando, estes apresentam as mesmas variáveis dos *modelos A*, com exceção das *dummies* de cor e religião. Observa-se, novamente, que a *dummy* PBF é associada a um efeito marginal positivo e com significância estatística apenas no *modelo III*. No que diz respeito às demais variáveis, no *modelo I*, idade, morar em área urbana, número de filhos e ser responsável pelo domicílio foram associados a efeitos marginais positivos na probabilidade da mulher estar ter o nível mais elevado de empoderamento ED em detrimento de todas as demais faixas. Já anos de estudo, *dummies* de regiões (em

comparação ao Nordeste) e ser filha ou ter outro vínculo com o responsável do domicílio (relativamente às mulheres cônjuges) apresentaram efeito negativo em tal probabilidade.

No *modelo II*, observam-se efeitos positivos da idade, escolaridade e número de filhos, enquanto ser do Norte ou Sudeste e ser filha ou ter outro vínculo com o responsável do domicilio afetam negativamente a probabilidade da mulher estar na faixa média de empoderamento ED em detrimento da faixa baixa. Já no *modelo III*, além do PBF, residir no Sudeste ou Centro-Oeste aumentavam a probabilidade da mulher estar na faixa alta de empoderamento do índice ED em vez da faixa média, enquanto ser a filha ou outro tipo de relação apresentou novamente um efeito negativo sobre tal probabilidade. Enfim, o *modelo IV* sinalizam que a idade, residir em área urbana e ser a responsável pelo domicilio aumentam a probabilidade da mulher estar na faixa mais elevada de empoderamento do índice ED em vez da faixa alta, enquanto a escolaridade e todas as *dummies* de regiões demonstraram efeitos marginais negativos destas variáveis sobre tal probabilidade.

Portanto, de modo geral, os resultados analisados nessa subseção sugerem que o PBF apresenta relevância estatística enquanto determinante da mudança de nível (faixa) de empoderamento feminino pelo índice ED apenas no *modelo III*, que representam mudanças do nível médio de empoderamento para o nível alto. Além disso, vale ressaltar também os efeitos das *dummies* de regiões, que ora apresentaram sinal positivo, ora negativo, demonstrando assim a importância das particularidades regionais para a questão do empoderamento. O efeito sempre positivo associado à *dummy* urbano sinaliza que as mulheres residentes em áreas urbanas têm vantagens frente às mulheres de áreas rurais, como é apontado em outros trabalhos (KHAN; AWAN, 2011; DE BRAUW et al., 2014).

O efeito positivo da variável filho também possibilita inferências importantes ao chamar atenção para o fato de que ter filhos ainda é um importante determinante da condição social da mulher brasileira e pode, portanto, lhe conferir maior empoderamento na esfera doméstica. Enfim, os resultados das *dummies* de relação com o responsável do domicilio demonstraram que, em vários casos, ser a responsável confere maior empoderamento ED frente às mulheres cônjuges do responsável; resultado este que é, em algum grau, intuitivo, dado que as mulheres responsáveis não têm a possibilidade de dividir diversas das decisões consideradas no índice com outras pessoas.

Por outro lado, os resultados destas *dummies* também chamam atenção para a posição inferior das filhas e das mulheres com outro tipo de vínculo com o responsável do domicilio; sempre que as *dummies* apresentaram significância estatística, o sinal foi negativo, indicando situação inferior de empoderamento feminino ED destas mulheres

em quaisquer tipos de mudanças de faixa quando comparadas às mulheres cônjuges dos responsáveis pelo domicílio, o que pode indicar a existência de certas hierarquias domésticas nos lares brasileiros.

4.3.2 Índice PCRS: determinantes dos níveis do empoderamento feminino

Na Tabela 4.5, o conjunto de *modelos A* apresenta os resultados dos determinantes das mudanças de faixas do índice PCRS e, à semelhança da seção anterior, contém todas as variáveis independentes de características pessoais, comportamentais e locacionais. Nas Tabelas que se seguem, constam apenas os efeitos marginais, sendo os coeficientes estimados e os respectivos erros-padrão reportados na Tabela A.4 do Apêndice. O *modelo I* compara as mulheres com nível de empoderamento PCRS muito alto com as mulheres dos demais níveis (Tabela 4.5). O número de anos de estudo e o número de filhos apresentaram efeitos positivos e significativos na probabilidade da mulher ter o maior nível de empoderamento em detrimento de todos os outros níveis. O rendimento familiar também apresentou significância estatística, mas a magnitude do efeito marginal é praticamente desprezível.

Duas das *dummies* de religião apresentaram resultados relevantes que devem ser destacados: mulheres católicas ou adeptas de outra religião. Tais características, relativamente às mulheres evangélicas, aumentam a probabilidade da mulher estar no maior nível de empoderamento pelo índice PCRS em mais de 4 e 7 pontos percentuais, respectivamente. Por outro lado, residir no Sudeste reduz em quase 4 pontos percentuais tal probabilidade comparativamente às mulheres residentes no Nordeste.

Já pelo *modelo II*, analisa-se os determinantes da mudança da faixa baixa para a média de empoderamento segundo o índice PCRS. A *dummy* PBF é associada a um efeito positivo e estatisticamente significante, o que sugere que participar do programa aumenta em quase 15 pontos percentuais a probabilidade da mulher passar de um empoderamento baixo para o médio. Além disso: i) estar engajada em algum trabalho remunerado aumenta a probabilidade da mulher mudar da faixa baixa para a média em 14 pontos percentuais; ii) ter um cônjuge eleva a probabilidade em mais de 26 pontos percentuais; iii) ser a responsável do domicílio aumenta tal probabilidade em mais de 33 pontos percentuais; e iv) a escolaridade é associada a efeito marginal positivo e estatisticamente significante, mas de menor magnitude quando comparados aos demais resultados.

Tabela 4.5 - Índice PCRS – resultados das estimações dos *modelos A*: efeitos marginais

Variáveis	Modelos A		
	I	II	III
PBF	-0,0109	0,1491**	-0,0214**
Idade	-0,0004	0,0003	-0,0003
Escolaridade	0,0056*	0,0146***	0,0020
Trabalho	0,0094	0,1435**	-0,0081
Cônjugue	-0,0309	0,2651**	-0,0375*
Norte	0,0198	0,0725	0,0062
Sul	-0,0174	0,0651	-0,0133
Sudeste	-0,0382*	-0,0067	-0,0192***
Centro-Oeste	-0,0064	0,0554	-0,0069
Urbano	0,0087	0,0946	-0,0023
Exposição Mídia	0,0147	-0,0329	0,0113
Católica	0,0438*	-0,0181	0,0257*
Outras religiões	0,0731*	-0,1372	0,0535*
Sem religião	0,0104	0,0662	0,0007
Preta	-0,0107	-0,0274	-0,0044
Parda	-0,0078	0,0560	-0,0094
Amarela e indígena	0,0324	0,1611	0,0033
Rendimento familiar	0,0000**	0,0000	0,0000**
Responsável	0,0152	0,3344*	-0,0134
Filha_resp	-0,0255	0,0761	-0,0147
Outro	-0,0041	0,1328	-0,0151
Filho	0,0133*	0,0201	0,0055
Observações	11.992	1.053	11.563

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria. * Estatisticamente significante a 1%; ** Estatisticamente significante a 5%; *** Estatisticamente significante a 10%

I – Modelo que compara mulheres com um nível de empoderamento muito alto e todas as demais.

II – Modelo que compara mulheres com nível baixo e nível médio de empoderamento.

III – Modelo que compara mulheres com nível médio e nível muito alto de empoderamento.

Enfim, o *modelo III* indica efeito negativo e significativo do PBF na probabilidade da mulher passar da faixa média para a faixa muito alta de empoderamento pelo índice PCRS – ser beneficiária do programa diminuiria a probabilidade da mulher realizar essa mudança de faixas em pouco mais de 2 pontos percentuais. Ter um cônjuge também apresentou um efeito negativo, assim como morar no Sudeste – comparativamente ao Nordeste. Por sua vez, ser católica aumentaria em mais de 2,5 pontos percentuais a probabilidade da mulher mudar da faixa intermediária para a faixa máxima de empoderamento quando comparadas às mulheres evangélicas, enquanto tal percentual era de mais de 5 pontos percentuais para as mulheres adeptas de outras religiões. A renda familiar novamente apresentou significância estatística, mas efeito marginal irrisório.

Resultados semelhantes são encontrados para o conjunto dos *modelos B* – que contém as mesmas variáveis dos *modelos A*, mas exclui as *dummies* de posição no domicílio (Tabela 4.6). No *modelo I*, a escolaridade, o número de filhos, ser católica ou de outra religião apresentaram efeito positivo na probabilidade da mulher estar na faixa de empoderamento mais elevada em detrimento das demais faixas. Por outro lado, residir

no Sudeste (relativamente às mulheres nordestinas) e ter um cônjuge reduz a probabilidade em 3,8 e 2,2 pontos percentuais, respectivamente. O rendimento familiar, por sua vez, apresentou efeito significativo, mas de magnitude nula.

Tabela 4.6 - Índice PCRS – resultados das estimações dos *modelos B*: efeitos marginais

Variáveis	Modelos B		
	I	II	III
PBF	-0,0124	0,1360**	-0,0214***
Idade	-0,0001	0,0019	-0,0002
Escolaridade	0,0056*	0,0149***	0,0020
Trabalho	0,0114	0,1598*	-0,0081
Cônjuge	-0,0220***	0,1243***	-0,0251*
Norte	0,0204	0,0872	0,0062
Sul	-0,0164	0,0825	-0,0129
Sudeste	-0,0379*	-0,0235	-0,0184***
Centro-Oeste	-0,0059	0,0447	-0,0062
Urbano	0,0086	0,1055***	-0,0028
Exposição Mídia	0,0148	-0,0420	0,0119
Católica	0,0437*	-0,0133	0,0256*
Outras religiões	0,0717*	-0,1295	0,0525*
Sem religião	0,0118	0,0790	0,0006
Preta	-0,0106	-0,0165	-0,0046
Parda	-0,0078	0,0628	-0,0093
Amarela e indígena	0,0324	0,1685	0,0032
Rendimento familiar	0,0000**	0,0000	0,0000**
Responsável	---	---	---
Filha_resp	---	---	---
Outro	---	---	---
Filho	0,0146*	0,0303	0,0056
Observações	11.994	1.053	11.565

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria. * Estatisticamente significante a 1%; ** Estatisticamente significante a 5%; *** Estatisticamente significante a 10%

I – Modelo que compara mulheres com um nível de empoderamento muito alto e todas as demais.

II – Modelo que compara mulheres com nível baixo e nível médio de empoderamento.

III – Modelo que compara mulheres com nível médio e nível muito alto de empoderamento.

No *modelo II*, a *dummy PBF* apresentou novamente resultado significativo e positivo, aumentando a probabilidade da mulher passar da faixa baixa para a faixa média de empoderamento do índice PCRS em quase 14%. O número de anos de estudo, trabalhar, ter um cônjuge e viver em áreas urbanas foram as demais variáveis que apresentaram efeito marginal médio positivo sobre tal probabilidade de mudança de faixa.

Já no *modelo III*, a *dummy PBF* apresentou efeito negativo na mudança de nível médio de empoderamento PCRS para o nível muito alto – ser beneficiária do programa diminui a probabilidade de tal mudança em pouco mais de 2 pontos percentuais. Ter um cônjuge, neste caso, apresentou efeito negativo e significativo, assim como a residência na região Sudeste (em comparação à residência na região Nordeste), de 2,5 e 1,8 pontos percentuais, respectivamente. O rendimento familiar, por sua vez, apresentou efeito nulo

(e significativo). Enfim, ser católica ou de outra religião apresentou um efeito positivo (e significativo) no empoderamento PCRS comparativamente às mulheres evangélicas.

Os resultados do *modelo I* do conjunto de *modelos C*, que constam na Tabela 4.7, indicam que o número de anos de estudo e a quantidade de filhos de 0 a 15 anos resultam em impactos positivos sobre a probabilidade da mulher estar no nível mais elevado do empoderamento feminino pelo índice PCRS em detrimento de todos os demais níveis. Por outro lado, residir no Sudeste, comparativamente ao Nordeste, produz efeito negativo.

Tabela 4.7 - Índice PCRS – resultados das estimações dos *modelos C*: efeitos marginais

Variáveis	Modelos C		
	I	II	III
PBF	-0,0103	0,1577**	-0,0214***
Idade	-0,0002	-0,0011	-0,0001
Escolaridade	0,0056*	0,0137	0,0021
Trabalho	0,0117	0,1406**	-0,0074
Cônjugue	-0,0320	0,2561**	-0,0383*
Norte	0,0155	0,0731	0,0023
Sul	-0,0130	0,0300	-0,0090
Sudeste	-0,0425*	-0,0227	-0,0210**
Centro-Oeste	-0,0082	0,0440	-0,0077
Urbano	0,0051	0,0933	-0,0045
Exposição Mídia	0,0215	-0,0138	0,0163
Católica	---	---	---
Outras religiões	---	---	---
Sem religião	---	---	---
Preta	---	---	---
Parda	---	---	---
Amarela e indígena	---	---	---
Rendimento familiar	0,0000**	0,0000	0,0000**
Responsável	0,0164	0,3357**	-0,0125
Filha_resp	-0,0222	0,0557	-0,0122
Outro	-0,0008	0,1096	-0,0124
Filho	0,0128*	0,0196	0,0050
Observações	11.992	1.053	11.563

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria. * Estatisticamente significante a 1%; ** Estatisticamente significante a 5%; *** Estatisticamente significante a 10%

I – Modelo que compara mulheres com um nível de empoderamento muito alto e todas as demais.

II – Modelo que compara mulheres com nível baixo e nível médio de empoderamento.

III – Modelo que compara mulheres com nível médio e nível muito alto de empoderamento.

Já os resultados do *modelo II* sinalizam que o PBF aumenta em quase 16 pontos percentuais a probabilidade de uma mulher passar da faixa baixa para a faixa média de empoderamento do índice PCRS. Além do recebimento dos benefícios do PBF, estar envolvida em um trabalho remunerado, ter um cônjuge e ser a responsável do domicílio também apresentaram efeitos positivos, significativos e de magnitudes relevantes. Enfim, o *modelo III* indica que o PBF reduz pouco mais de 2 pontos percentuais a probabilidade da mulher passar da faixa intermediária de empoderamento PCRS para a faixa muito alta.

Ademais, ter um cônjuge e ser residente do Sudeste (relativamente ao Nordeste) também produzem efeitos negativos de 3,83 e 2,1 pontos percentuais, respectivamente.

Os resultados até aqui analisados permitem que algumas considerações adicionais sejam realizadas. Primeiramente, ressalta-se o valor do efeito marginal da *dummy* PBF, que apresentou sinal positivo para a mudança da faixa baixa para a faixa média de empoderamento no índice PCRS, enquanto que, para a mudança da faixa média para a muito alta, tal efeito marginal teve sinal negativo. É importante relembrar, no entanto, que tal análise pode conter problemas de viés de auto seleção, o que torna indispensável a análise realizada na seção seguinte, após a aplicação do PSM.

Comportamento similar ao observado para a *dummy* PBF foi constatado para a *dummy* que caracterizava o estado conjugal da mulher: ter um cônjuge é associado a um efeito positivo (e significativo) na mudança da faixa baixa do índice PCRS para a faixa intermediária, enquanto que para a mudança da faixa média para a faixa mais elevada, tal atributo é associado a um efeito negativo (e significativo) em todos os modelos estimados.

A mulher possuir algum tipo de trabalho ou ocupação, por sua vez, desempenhou papel importante enquanto determinante da mudança da faixa baixa para a faixa média de empoderamento do índice PCRS, reforçando assim a importância que o engajamento laboral pode desempenhar no processo de empoderamento das mulheres, importância esta ressaltada em outros trabalhos (LAVINAS; COBO; VEIGA, 2012; PHAN, 2015).

Além disso, chama atenção o papel que a religião desempenha como um dos principais determinantes para as mudanças de uma faixa a outra para o índice PCRS. As mulheres católicas e as mulheres adeptas de outras religiões, como aquelas de matriz africana ou espírita, obtiveram maiores probabilidades de aumentar o seu nível de empoderamento PCRS do que as mulheres evangélicas, o que é relevante quando se coloca tal análise na perspectiva de que a doutrina religiosa é uma “instância reguladora das sexualidades brasileiras” (SILVA et al., 2008) e, consequentemente, um importante fator social no processo de determinação do empoderamento das mulheres (MASON; SMITH, 2003; HAQUE et al., 2011).

4.3.3 Índices ED e PCRS: resultados das estimações com PSM

Como definido na seção anterior, são empregados quatro métodos de *matching*: i) *nearest neighbour matching* sem reposição (NNM-SR); ii) *nearest neighbour matching*

com reposição (NNM-CR); iii) *Kernel matching* (KM) com *bandwidth* de 0,06; e iv) KM com *bandwidth* de 0,01. *A priori*, é importante testar a qualidade dos *matchings* para verificar se o grupo de controle construído é um bom *contrafactual* para o grupo de tratamento. Para isso, seguindo a proposta de Rosenbaum e Rubin (1985), reforçada por Caliendo e Kopeinig (2005), são realizados testes *t* de diferenças de médias para todas as variáveis explicativas, sob a hipótese nula de que a diferença de média entre as variáveis é nula após o pareamento. A ideia é a de que, se o pareamento for bem-sucedido, as diferenças das médias entre os grupos não devem existir, não rejeitando a hipótese nula.

A Tabela A.5 do Apêndice apresenta, além dos valores das probabilidades das estatísticas *t* dos testes de diferenças de médias, os valores médios de cada uma das variáveis explicativas para o grupo de tratamento e o grupo de controle. Como é possível observar, não foi possível rejeitar a hipótese nula para a grande maioria das variáveis e para todos os métodos de *matching* utilizados. Isso indica, portanto, a construção de bons grupos de controle (*contrafactuais*) para a realização da análise de impacto do PBF.

Uma outra forma de verificar a qualidade do *matching* é por meio da análise de gráficos dos *propensity scores*, plotados antes e depois dos pareamentos das amostras dos grupos de tratamento e controle (CALIENDO; KOPEINIG, 2005). Na Figura A.1 do Apêndice, é possível observar o melhor ajustamento das funções de densidade dos *propensity scores* após o pareamento e, consequentemente, o relativo sucesso aqui obtido na construção de *contrafactuais* adequados para as análises de impactos propostas.

Garantida relativa qualidade nos pareamentos, a Tabela 4.8 apresenta os efeitos estimados do recebimento de benefícios do Bolsa Família (*dummy* PBF) sobre a mudança de um nível a outro do índice de empoderamento ED. Relembra-se que tal investigação é importante pois permite captar transformações mais sutis no nível de empoderamento das mulheres causados pelo recebimento dos benefícios do programa.

É possível observar que o efeito do recebimento dos benefícios do PBF sobre a mudança da faixa intermediária para a faixa alta de empoderamento foi estatisticamente significante a 5% para os métodos de *matching* NNM-SR e KM com *bandwidth* de 0,06 e significante a 10% para o Kernel com *bandwidth* de 0,01.

Esses resultados indicam, portanto, que a participação no Bolsa Família eleva em 6,7 pontos percentuais a probabilidade de uma mulher sair da faixa média de empoderamento do índice ED para a faixa alta, de acordo com o método de *matching* NNM-SR. Para o método KM, tal resultado foi de 6 pontos percentuais para o *bandwidth* de 0,06, e 5,2 pontos percentuais para o *bandwidth* de 0,01.

Tabela 4.8 - Efeitos do PBF sobre as mudanças de níveis de empoderamento segundo o índice ED

Variáveis	MT ALTO TODOS				BAIXO MÉDIO			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV
PBF (Tratamento)	0,0269*** (0,0993) [0,0547]	0,0160 (0,0591) [0,0685]	0,0184 (0,0669) [0,0517]	0,0144 (0,0524) [0,0529]	-0,0003 (-0,0009) [0,0723]	0,0201 (0,0589) [0,0877]	0,0021 (0,0060) [0,0669]	0,0092 (0,0270) [0,0684]
Observações	2.868	2.383	7.420	7.418	1.388	1.165	3.866	3.860
Variáveis	MÉDIO ALTO				ALTO MT ALTO			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV
PBF (Tratamento)	0,0670** (0,1924) [0,0816]	0,0202 (0,0567) [0,1016]	0,0605** (0,1711) [0,0776]	0,0519*** (0,1458) [0,0824]	0,0043 (0,0154) [0,0766]	0,0071 (0,0262) [0,0990]	-0,0102 (-0,0367) [0,0741]	-0,0130 (-0,0470) [0,0765]
Observações	1.064	886	2.972	2.960	1.476	1.190	3.552	3.508

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria. * Estatisticamente significante a 1%; ** Estatisticamente significante a 5%; *** Estatisticamente significante a 10%. Coeficiente entre parênteses e desvio-padrão entre colchetes.

I – NNM-SR.

II – NNM-CR.

III - KM com *bandwidth* de 0,06.

IV - KM com *bandwidth* de 0,01.

A Tabela 4.8 mostra, ainda, que, no caso do método de *matching* NNM-SR, há um resultado estatisticamente significante a 10% para a mudança de qualquer faixa para a faixa muito alta; no entanto, como houve apenas um resultado estatisticamente significante e este se deu ao nível estatístico de 10%, não é possível concluir de forma robusta o impacto do PBF sobre essa mudança.

Para a análise do impacto do PBF sobre mudanças de nível no índice PCRS, foram feitos os mesmos procedimentos. No entanto, como os resultados da Tabela 4.9 apontam, não é possível realizar tais associações claras de impacto do programa para nenhuma das mudanças de faixa. Há apenas um resultado estatisticamente significante a 10% na mudança da faixa intermediária de empoderamento para a faixa muito alta; no entanto, como tal resultado ocorreu apenas em um dos quatro tipos de *matching* empregados (NNM-CR), não é possível associar de forma robusta o impacto do PBF sobre o empoderamento feminino no que diz respeito a essa alteração de nível do índice PCRS.

4.4 Considerações finais do capítulo

O objetivo deste capítulo foi apresentar as estratégicas empíricas utilizadas para investigar possíveis efeitos do PBF sobre o empoderamento feminino e os resultados provenientes de tal processo. Em um primeiro momento, foram realizados modelos econômétricos para estimar, de modo mais amplo, os determinantes do empoderamento das mulheres brasileiras. Para tanto, foram utilizados modelos *Probit* e, como variáveis dependentes, *dummies* para mudanças de nível do empoderamento das mulheres.

É importante reforçar a ideia das *dummies* de mudança de nível do empoderamento feminino construídas e adotadas neste capítulo: com base nos valores estabelecidos pela ONU (2019) na construção de faixas de nível de desenvolvimento para o IDH e à semelhança do que outros autores fizeram (VARGHESE, 2011; ISLAM et al., 2014), a definição de níveis de empoderamento, que vão desde um nível baixo até um nível muito alto, e, posteriormente, a construção de *dummies* com base nisso permite: i) inferir e diferenciar os principais determinantes das mudanças de cada nível; e ii) investigar de forma mais pormenorizada os possíveis impactos do PBF no empoderamento feminino.

Tabela 4.9 - Efeitos do PBF sobre as mudanças de níveis de empoderamento segundo o índice PCRS

Variáveis	MT ALTO TODOS				BAIXO MÉDIO				MÉDIO MT ALTO			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
PBF (Tratamento)	-0,0056 (-0,0347)	-0,0020 (-0,0119)	-0,0076 (-0,0476)	-0,0070 (-0,0436)	-0,0050 (-0,0134)	-0,0033 (-0,0091)	0,0205 (0,0552)	0,0121 (0,0327)	-0,0096 (-0,0885)	-0,0138*** (-0,1323)	-0,0085 (-0,0784)	-0,0097 (-0,0898)
	[0,0512]	[0,0674]	[0,0499]	[0,0516]	[0,1234]	[0,1615]	[0,1210]	[0,1264]	[0,0611]	[0,0814]	[0,0584]	[0,0584]
Observações	4.812	3.928	11.226	11.226	456	364	963	930	4.628	3.769	10.847	10.847

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria. * Estatisticamente significante a 1%; ** Estatisticamente significante a 5%; *** Estatisticamente significante a 10%. Coeficiente entre parênteses e desvio-padrão entre colchetes.

I – NNM-SR.

II – NNM-CR.

III - KM com *bandwidth* de 0,06.

IV - KM com *bandwidth* de 0,01.

Os resultados obtidos na análise dos principais determinantes do empoderamento das mulheres brasileiras permitem algumas inferências interessantes e que condizem com alguns fenômenos já observados por outros trabalhos da literatura. Chama-se atenção para a importância de fatores geográficos, como a localização de acordo com as macrorregiões brasileiras e a situação do domicílio (ou seja, se residia em áreas urbanas ou rurais). Em especial para a análise do índice ED, as mulheres urbanas obtiveram vantagem frente às mulheres residentes de áreas rurais, relação também observada em Khan e Awan (2011) e De Brauw et al. (2014).

Além disso, outros resultados interessantes foram observados nas *dummies* para filho (na análise de ambos os índices), posição no domicílio (na análise do índice ED) e religião (na análise do índice PCRS), que obtiveram significância estatística em diversos dos modelos realizados; todos estes fatores podem ser entendidos como determinantes “tradicionais” do papel social da mulher, à semelhança do que Jejeebhoy e Sathar (2001) argumentam. Consequentemente, estes resultados reforçariam o debate de que o Brasil ainda é um país com fortes bases tradicionais e patriarcais (IPEA, 2014).

Ainda, um outro fator a ser destacado: apesar de algumas *dummies* apresentarem relevância estatística tanto para os testes do índice ED quanto para o índice PCRS, não foram todas que obtiveram esse comportamento para ambos. Um bom exemplo são as *dummies* de religião, que obtiveram resultados mais consistentes apenas para os modelos do índice PCRS. Estes resultados estão alinhados à definição de empoderamento feminino delineada no primeiro capítulo e adotada para os desenvolvimentos desta dissertação, já que tais resultados demonstram que o empoderamento é multidimensional.

Posteriormente, o presente capítulo se dedicou a investigar, mais precisamente, a possível existência de efeitos do PBF sobre o empoderamento das mulheres beneficiárias. Para tanto, foi empregado o método PSM, que tem como principal objetivo lidar com viés de auto seleção e, com isso, viabilizar a construção de *contrafactuais* adequados para, entre outras possibilidades, a investigação de resultados de políticas sociais. Em um “2º estágio”, utilizou-se os pesos gerados pelo processo de PSM para a estimação de modelos *Probit*, a fim de averiguar o impacto do PBF sobre as mudanças no nível de empoderamento das mulheres.

Os resultados indicaram um efeito positivo do Bolsa Família sobre a probabilidade de mudança de um nível médio do empoderamento para o índice ED (ou seja, para as dimensões econômica e doméstica) para o nível alto. Dentre os quatro modelos estimados, três obtiveram significância estatística, dando indícios, portanto, de que o PBF aumenta

em aproximadamente 6 pontos percentuais⁴⁵ a probabilidade da mulher que recebe os benefícios monetários do programa de migrar de um nível médio para um nível alto de empoderamento.

Para as demais mudanças de faixa, não foi observado nenhum resultado robusto de impacto do PBF sobre o empoderamento feminino pelo índice ED; no modelo que comparava as mulheres com nível de empoderamento muito alto com todas as demais, apenas um resultado obteve significância estatística a um nível de significância de 10%.

De modo similar, não foi possível observar qualquer impacto do PBF em nenhuma mudança de nível de empoderamento para o índice PCRS; apenas um resultado para os modelos da *dummy MEDIO_MTALTO* obteve significância estatística, mas este foi a um nível de 10%, o que não permite inferências robustas de impacto do programa.

Estes resultados possibilitam ampliar a discussão sobre a interface de gênero do Bolsa Família, já que, por mais que o programa não delimita qualquer objetivo ligado ao empoderamento das mulheres beneficiárias e realize o pagamento dos benefícios a elas devido à ideia de que as mulheres tendem a priorizar o bem-estar das crianças e adolescentes (tal como discutido no terceiro capítulo da presente dissertação), ainda assim o programa pode estar sendo responsável por ampliar o empoderamento das mulheres para as dimensões econômica e doméstica. No entanto, como os resultados sugerem, esta ampliação não se dá para todas as beneficiárias: tal melhora está localizada em um grupo específico de mulheres, quais sejam aquelas que passariam do nível médio para o nível alto de empoderamento.

Como ressaltado no terceiro capítulo da presente dissertação, há alguns trabalhos que já obtiveram evidências da possibilidade do Bolsa Família aumentar a afirmação da autoridade das beneficiárias no espaço doméstico, tais como Suárez e Libardoni (2007), Rego e Pinzani (2013) e De Brauw et al. (2014). No entanto, o destaque dos resultados obtidos neste capítulo é o de que isso não acontece de modo indiscriminado entre as beneficiárias, mas sim para aquelas mulheres que já possuem certo nível de influência na tomada de decisões no ambiente familiar e que passam a ter maior probabilidade de expandir tal nível de empoderamento após o recebimento dos benefícios do Bolsa Família.

A inexistência de resultados robustos de impacto do PBF para o índice PCRS, que foi previamente associado à dimensão psicológica do empoderamento, não obteve

⁴⁵ De acordo com os resultados dos modelos NNM-SR e KM com *bandwidth* de 0,06. Pelo KM com *bandwidth* de 0,01, o impacto aproximado seria de 5 pontos percentuais.

resultados robustos após a implementação das estratégias empíricas. No entanto, é importante qualificar tal resultado, já que ele não deve ser entendido como uma inocuidade do programa, já que a dimensão psicológica abarca muitos outros aspectos subjetivos além deste que o índice proposto abrange. Como discutido nos capítulos anteriores, o processo de empoderamento feminino é multidimensional e a dimensão psicológica é formado por diversos aspectos que não puderam ser captados unicamente pelo índice. Consequentemente, seria desejável maiores investigações e novos trabalhos para solidificar melhor o resultado aqui obtido para o índice PCRS.

Enfim, é importante destacar que o Bolsa Família não estaria produzindo resultados adversos sobre a questão do empoderamento das beneficiárias. Isso não descarta a necessidade de se pensar maneiras diferentes de incluir a mulher no PBF, tal como discutido por Molyneux (2006, 2007). Pensar nestas mulheres como indivíduos que necessitam de medidas específicas para que possam potencializar sua agência e não apenas como meros receptáculos do benefício monetário voltado para o cuidado das crianças e adolescentes é indispensável ao discutir o empoderamento e o futuro destas, que contribuem para o “sucesso” do programa, mas são “descartadas” após o crescimento de seus filhos sem qualquer perspectiva duradoura de melhora de vida e criação de oportunidades (WILLIAMS, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ampliação dos debates sobre o papel social da mulher e as discriminações de gênero existentes nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade, em especial no Brasil, o tema do empoderamento feminino está especialmente em voga nos últimos anos. No entanto, é sempre importante qualificar a discussão para que um conceito tão rico de fundamentações teóricas não se torne acrítico e banal. Nesse sentido, na presente dissertação, parte-se do empoderamento feminino como um processo multidimensional, não-neutro e não-linear, heterogêneo, contextual e indissociável de aspectos individuais e estruturais.

Além disso, outra questão indispensável ao se pensar empoderamento é entender que o poder não pode ser dado às mulheres pelo Estado ou por outras instituições, como alguma agência de desenvolvimento. Assim, ao discutir políticas voltadas, direta ou indiretamente, ao empoderamento, entende-se que estas devem ser capazes de construir um ambiente de fortalecimento e disseminação de práticas empoderadas que serão criadas e aprimoradas pelas próprias mulheres. É neste sentido que se deve situar a relação que se estabelece entre empoderamento feminino e a participação no Programa Bolsa Família (PBF), considerado o maior programa de transferência condicional de renda do mundo.

Fundamentando-se, principalmente, em uma definição institucional do programa, que é o pagamento prioritário dos benefícios monetários à mulher do domicílio, uma série de trabalhos investigaram, então, quais os possíveis impactos e desdobramentos do PBF sobre várias questões de gênero, inclusive o empoderamento feminino. Vale ressaltar que a fundamentação pelo pagamento prioritário às mulheres se deve ao fato de, em nenhum momento, o programa ter estipulado como um dos seus objetivos básicos o aumento do empoderamento das beneficiárias. Assim, se houve, tal possível efeito não foi planejado.

É a este debate que a presente dissertação pretendeu contribuir com evidências empíricas adicionais. Para tanto, os desenvolvimentos aqui apresentados tiveram como norteador o seguinte problema investigativo: o PBF pode ser considerado um catalisador ou facilitador do processo de empoderamento das mulheres beneficiárias?

Para alcançar os elementos necessários à resposta de tal pergunta, no primeiro capítulo, foi apresentada uma discussão mais ampla e aprofundada sobre o conceito do empoderamento feminino, discutindo suas definições teóricas, a criação de categorias analíticas, formas de mensuração (sintetizando a discussão existente entre medidas diretas

e indiretas de empoderamento) e promovendo uma revisão aplicada de trabalhos que desenvolveram, especificamente, índices de empoderamento feminino. A partir disso, foi possível determinar as dimensões de análise que seriam aplicadas ao longo dos demais capítulos. Definiu-se, com base na literatura, quatro dimensões (psicológica, doméstica, econômica e político-legal) e três níveis de análise (individual, intermediário e estrutural).

É importante destacar, ainda, que por mais que haja uma grande gama de trabalhos que desenvolvem índices de empoderamento para diversos países do mundo, não foi encontrado esforço similar para a construção de índices de empoderamento para a realidade das mulheres brasileiras. A presente dissertação contribuiu para essa aparente lacuna. Assim, no segundo capítulo, foi apresentada e executada a proposta de dois índices sintéticos de empoderamento feminino, construídos com base nos dados da PNDS de 2006: i) o índice econômico e doméstico (ED); e ii) o índice de percepção quanto ao consenso em uma relação sexual (PCRS).

Considerando a discussão realizada no primeiro capítulo, o índice ED compreende as dimensões doméstica e econômica, consideradas conjuntamente em um único índice devido à disponibilidade dos dados necessários da PNDS. Por sua vez, o índice PCRS pode ser associado à dimensão psicológica por expressar, de certo modo, a compreensão que a entrevistada tinha sobre a possibilidade de manter o controle de seu próprio corpo e vontade em uma relação íntima. Ambos compreendem o nível individual de análise.

O terceiro capítulo, por sua vez, discutiu de modo mais aprofundado o Programa Bolsa Família (PBF). Além de debater aspectos relacionados ao processo de disseminação das políticas de transferência condicional de renda no Brasil e à implementação do PBF, o capítulo também apresentou uma revisão de diversos trabalhos que mediram o impacto do programa em diversas áreas, tais como saúde, educação, desigualdade de renda e mercado de trabalho. Posteriormente neste capítulo, o enfoque se voltou com mais ênfase para os trabalhos que relacionaram o Bolsa Família a questões concernentes à mulher.

Enfim, o quarto capítulo apresentou as estratégias empíricas aqui propostas e utilizadas e os resultados obtidos a partir destas. Vale relembrar que, em um primeiro momento, foram utilizados modelos *Probit* para estimar os principais determinantes do empoderamento das mulheres brasileiras e, então, testou-se especificamente a existência de impacto do PBF sobre a questão por um modelo em “2 estágios”, utilizando métodos de *Propensity Score Matching* para lidar com o possível viés de auto seleção, em acordo com a literatura empírica. Para tanto, foram definidos níveis de empoderamento feminino com base nos valores adotados pela ONU para o IDH e nas características dos dois índices

aqui construídos. Assim, foram investigados os potenciais efeitos médios do recebimento do Bolsa Família sobre a probabilidade das mulheres beneficiárias mudarem de níveis.

Considerando os resultados obtidos nas análises mais amplas dos determinantes do empoderamento feminino, é possível destacar alguns aspectos. Inicialmente, que nem todas as covariáveis selecionadas – baseando-se na literatura – para os modelos tiveram significância estatística ou sinal similar nas estimações para os dois índices, o que indicaria e reforçaria o debate teórico (primeiro capítulo) de que o empoderamento é um processo multidimensional, ou seja, não se deve inferir que diferentes dimensões do empoderamento sejam impactados de formas similares pelos mesmos determinantes.

Além disso, observou-se que, para o índice ED (representativo das dimensões econômica e doméstica), alguns determinantes obtiveram maior destaque. Ressalta-se, nesse sentido, as *dummies* representativas de características geográficas (macrorregiões geográficas brasileiras e residência em áreas rural ou urbana) e a variável indicativa do número de filhos das mulheres.

Levando em consideração que as *dummies* geográficas representam, em algum grau, as particularidades históricas e culturais de cada região, é possível apreender que, no Brasil, o empoderamento nas dimensões doméstica e econômica ainda é fortemente influenciado por costumes e normas sociais da área em que a mulher reside. Já o resultado positivo e estatisticamente significante da variável *número de filhos* indica que este ainda é um importante fator tradicional de determinação do papel social da mulher no país, no sentido de que ter filhos seja capaz de fornecer maior autoridade às mulheres nas dimensões econômica e doméstica.

Já nos resultados encontrados para o índice PCRS, que referencia a dimensão psicológica do empoderamento, destaca-se especialmente aqueles referentes às *dummies* de religião e *status* ocupacional. As mulheres católicas e as mulheres adeptas de outras religiões, como aquelas de matriz africana ou espírita, foram associadas a maiores probabilidades de aumento do nível de empoderamento do que as mulheres evangélicas. Já as mulheres que estavam engajadas em algum tipo de trabalho ou ocupação, por sua vez, foram associadas a maiores probabilidades de passarem de um nível baixo para um nível intermediário de empoderamento neste índice – e na dimensão que ele representa.

De modo geral, portanto, grande parte dos determinantes do empoderamento feminino representa fatores socioculturais, indicando, assim, que as normas sociais e costumes brasileiros ainda condicionam, sobremodo, o nível de empoderamento das mulheres. A exceção foi a importância do trabalho para aumentar o empoderamento das

mulheres na dimensão psicológica (índice PCRS), ressaltando, assim, algo já evidenciado em outros trabalhos, que é a eficácia do engajamento em uma atividade remunerada para a emancipação e o empoderamento feminino.

Focando nos resultados obtidos relativos aos efeitos do recebimento de benefícios do PBF na mudança do nível de empoderamento, observou-se um efeito médio positivo do programa apenas no índice ED, especificamente aumentando a probabilidade em cerca de 6 pontos percentuais das mulheres passarem do nível médio ao alto de empoderamento.

Este resultado possibilita, então, responder positivamente à pergunta norteadora do trabalho: o PBF obtém sucesso ao criar condições que incentivem e possibilitem melhorias no nível de empoderamento das beneficiárias. No entanto, o resultado encontrado também permite qualificar um pouco melhor tal resposta, já que este não foi indiscriminado, mas sim específico a um grupo de mulheres, quais sejam, aquelas que já possuíam algum nível de empoderamento e consciência em situações relacionadas às dimensões econômica e doméstica (nível médio do índice ED). Estas, após o recebimento dos benefícios do programa, teriam maiores chances de aprimorar suas vivências e, consequentemente, elevar seu nível de empoderamento em tais dimensões (nível alto do índice ED).

Considerando que o PBF não apresenta quaisquer artifícios ou medidas voltadas especificamente à realidade das mulheres, o resultado obtido é positivo ao explicitar um efeito não esperado do programa que causa reverberações positivas na sociedade e, especificamente, nas questões de gênero. No entanto, é importante traçar algumas reflexões adicionais à luz de todas as discussões promovidas ao longo dessa dissertação.

Primeiramente, os desenvolvimentos realizados ao longo desta dissertação jogam luz à importância da disponibilidade de dados que captam as experiências das mulheres para análises mais aprofundadas sobre as questões de gênero e do empoderamento feminino, bem como para a análise de políticas públicas. Por mais que o fato da PNDS ser de 2006 não apresentar tanto problema para o alcance do objetivo proposto neste trabalho por motivos previamente explicitados, como por exemplo a ausência de grandes mudanças institucionais do PBF, é inegável que a disponibilidade de dados mais recentes proporcionaria um olhar mais aprofundado e possivelmente levantaria novos aspectos para a discussão.

Ao definir que o empoderamento feminino individual é um processo dependente não apenas de experiências individuais, mas também de transformações estruturais na sociedade – como discutido no primeiro capítulo –, é indispensável definir políticas de

fomento do empoderamento de modo institucional e duradouro⁴⁶. Assim, por mais que o programa apresente resultados positivos, não é possível que estes sejam considerados suficientes, fazendo-se necessária a promoção de ações nas mais diversas frentes para causar transformações definitivas no papel social da mulher brasileira.

Esse debate, inclusive, é apropriado para o próprio Bolsa Família, que aproveita as normas de gênero para obter relativo sucesso em seus objetivos de bem-estar das crianças e adolescentes, mas não promove ações de transformação definitiva na agência das beneficiárias, de modo que elas consigam criar oportunidades de mudança de vida mesmo após o crescimento dos filhos e o fim do recebimento dos benefícios. Ressalta-se, ainda, que tal crítica de modo algum visa diminuir os diversos benefícios ocasionados pelo Bolsa Família desde sua implementação, inclusive para a própria questão de gênero.

Enfim, não é possível falar sobre medidas de enfrentamento às desigualdades de gênero no Brasil sem qualificar o discurso com o fato de que o patriarcado não é o único sistema de opressão vigente. Assim, pensar empoderamento passa necessariamente por uma discussão aprofundada sobre os impactos extremamente deletérios e cruéis que o racismo e a transfobia causam nas mulheres brasileiras.

⁴⁶ Nesse sentido, deve-se ressalvar, ainda, que as análises realizadas na presente dissertação consideram apenas um momento do tempo, avaliando efeitos mais imediatos, de modo que outros trabalhos podem se debruçarem na investigação de possíveis transformações intertemporais do programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHLERT, M. A "Precisão" e o "Luxo": Usos do Benefício do Programa Bolsa Família entre as Quebradeiras de Coco de Codó (MA). **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 69-86, 1 abr. 2013.
- AL RIYAMI, A.; AFIFI, M.; MABRY, R. M. Women's Autonomy, Education and Employment in Oman and their Influence on Contraceptive Use. **Reproductive Health Matters**, v. 12, n. 23, p. 144-154, 2004. [https://doi.org/10.1016/S0968-8080\(04\)23113-5](https://doi.org/10.1016/S0968-8080(04)23113-5)
- ALSOP, R.; DUDWICK, N.; BERTELSEN, M. F; JONES, V. N. **Empowerment in Practice:** Analysis and Implementation. A World Bank Learning Module, Washington, 72p, 2007.
- ALVES, F. J. O.; MACHADO, D. B.; BARRETO, M. L. Effect of the Brazilian cash transfer programme on suicide rates: a longitudinal analysis of the Brazilian municipalities. **Social Psychology and Psychiatric Epidemiology**, 2018. <https://doi.org/10.1007/s00127-018-1627-6>
- ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Dinâmica Demográfica e Políticas de Transferência de Renda: O Caso do Programa Bolsa Família no Recife. **Revista Latinoamericana de Población**, n. 4-5, p. 165-188, jan.-dez. 2009.
- AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. Avaliação de Impacto das Condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Dados – Revista de Ciências Sociais**, n. 3, v. 56, p. 531-570, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000300003>
- ARAÚJO, G. S.; RIBEIRO, R.; NEDER, H. D. Impactos do Programa Bolsa Família Sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes Residentes na Área Urbana em 2006. **EconomiA**, Brasília, v. 11, n. 4, p. 57-102, dez. 2010.
- ARESTOFF, F.; DJEMAI, E. Women's Empowerment Across the Life Cycle and Generations: Evidence from Sub-Saharan Africa. **World Development**, v. 87, p. 70-87, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.06.002>
- ARRIAGADA, I. **Dimensiones de la Pobreza y Políticas Desde una Perspectiva de Género**. CEPAL, Ecuador, ago. 2004. <https://doi.org/10.18356/9b70c5f7-es>
- ASSAAD, R.; NAZIER, H.; RAMADAN, R. Individual and Households Determinants of Women Empowerment: Application to the Case of Egypt. **Economic Research Forum**, Working Paper 867, Egito, p. 1-33, nov. 2014. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3058289>
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M. S.; FRANCO, S. O Papel das Transferências Públicas na Queda Recente da Desigualdade de Renda Brasileira. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente**. Brasília, IPEA, v. 2, p. 41-86, 2007. <https://doi.org/10.22409/economica.8i1.p158>
- BARROS, V. R. F.; MELO, M. C. O. L. Empoderamento ou Mudança de Situação Financeira? Um Estudo com Beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Cadernos Gestão**

Pública e Cidadania, São Paulo, v. 21, n. 70, p. 264-281, set.-dez. 2016.
<https://doi.org/10.12660/cgpc.v21n70.57697>

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?**. Textos para Discussão n. 2.331, IPEA, Rio de Janeiro, 2017.

BASTOS, A. B.; COSTA, B. A.; ANDRADE, D. E. C. V.; DAHAS, D. C.; SOUTO, G. M. M. **Insurreição de Gênero nos Espaços de Poder: a Representação Feminina na Política Brasileira à Luz da Reforma Eleitoral**. Belo Horizonte: Editora Motres, 116 p., 2018.

BATLIWALA, S. El Significado del Empoderamiento de las Mujeres: Nuevos Conceptos Desde la Acción. In: LEÓN, M. **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**. Santa Fe de Bogotá: T/M Editores, 1997. p. 187-211.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2 v., 2009.

BERBEL, C. S. O Uso de Transferências Condicionais de Renda para Diminuição da Fecundidade. In: BERBEL, C. S. **Interações Econômicas entre Capital Humano e Fecundidade**. Orientador: Samuel de Abreu Pessôa. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. 93 f.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019. 184 p.

BISWAS, T. K. Measuring Women's Empowerment: Some Methodological Issues. **Asia-Pacific Journal of Rural Development**, v. IX, n. 2, p. 63-71, dez. 1999.
<https://doi.org/10.1177/1018529119990205>

BRASIL. **Decreto nº 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, set. 2004b.

BRASIL. **Decreto nº 9.674**, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Diário Oficial, Brasília, jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.835**, de 8 de janeiro de 2004. Institui a Renda Básica de Cidadania e Dá Outras Previdências. Diário Oficial, Brasília, jan. 2004a.

BRASIL. **Medida Provisória nº 898**, de 15 de outubro de 2019. Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro de 2019 como abono natalino. Diário Oficial, Brasília, out. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 251**, de 12 de dezembro de 2012. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, revoga a portaria GM/MDS nº 321, de 29 de setembro de 2008, e dá outras providências, dez. 2012.

BUENO, S; LIMA, R. S.; SOBRAL, C. N. I.; PINHEIRO, M.; MARQUES, D.; SCARANCE, V.; ZAPATER, M.; SANTIAGO, D.; VILLA, E. **Visível e Invisível: a**

Vitimização de Mulheres no Brasil. 2^a edição. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/>. Acesso em: jan. 2020.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família Federal Sobre o Trabalho Infantil e a Frequência Escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, maio-ago. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482010000200003>

CALIENDO, M.; KOPEINIG, S. **Some practical guidance for the implementation of Propensity Score Matching**. DIW Discussion Papers, n. 485, Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung (DIW), Berlin, 2005.

CAMARGO, C. F.; CURRALERO, C. R. B.; LICIO, E. C.; MOSTAFA, J. Perfil Socioeconômico dos Beneficiários do Programa Bolsa Família: O Que o Cadastro Único Revela?. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, IPEA, p. 157-177, 2013.

CAMELO, R. S.; TAVARES, P. A.; SAIANI, C. C. S. Alimentação, Nutrição e Saúde em Programas de Transferência de Renda: Evidências para o Programa Bolsa Família. **Economia**, Brasília, v. 10, n. 4, p. 685-713, dez. 2009.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. Empoderamento, Trabalho e Cuidados: Mulheres no Programa Bolsa Família. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 258-272, ago.-dez. 2012.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a Partir de Uma Perspectiva de Gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CASIQUE, I. **What difference does it make? Women's Autonomy and Power and Use of Contraception in Mexico**. XXIV IUSSP General Population Conference, Salvador, ago. 2001.

CAVALCANTE, P. L. C. Programas de Transferência de Renda na América Latina: Uma Abordagem Comparada entre Brasil, México, Chile e Colômbia. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 2, p. 105-118, abr-jun 2011. <https://doi.org/10.21874/rsp.v62i2.64>

CECHIN, L. A. W. **O Impacto das Regras do Programa Bolsa Família sobre a Fecundidade das Beneficiárias**. Orientador: André Carraro. 2015. 92 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015. <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20150014>

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)**. Nota técnica n. 11, IPEA, Brasília, 2014.

CHITOLINA, L.; FOGUEL, M. N.; MENEZES FILHO, N. **O Impacto da Expansão do Programa Bolsa Família sobre a Frequência Escolar**. International Policy Center for Inclusive Growth, n. 234, dez. 2013.

COSTA, A. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres**. Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pró-Gavião – Textos de Apoio I, Vitória da Conquista, p. 35-45, fev. 2000.

COSTA, D. M. **Considerações sobre o Programa Bolsa Família:** implicações para o empoderamento e autonomia das mulheres. Disponível em: www.undp-povertycentre.org/mds.do. 2008. Acesso em: set. 2019.

COSTANZI, R. N.; SOUZA, F. L.; RIBEIRO, H. V. M. Efeitos do Programa Bolsa Família no Acesso à Educação entre os Mais Pobres. **Informações FIPE**, n. 360, set. 2010.

CRISSMAN, H. P.; ADANU, R. M.; HARLOW, S. D. Women's Sexual Empowerment and Contraceptive Use in Ghana. **Studies in Family Planning**, v. 43, n. 3, p. 201-212, set. 2012. <https://doi.org/10.1111/j.1728-4465.2012.00318.x>

CRONBACH, L. J. Coefficient Alpha and the internal structure of tests. **Psychometrika**, v. 16, p. 297-334, 1951. <https://doi.org/10.1007/BF02310555>

DE BRAUW, A. GILLIGAN, D. O.; HODDINOTT, J.; ROY, S. **The Impact of Bolsa Família on Child, Maternal, and Household Welfare.** International Food Policy Research Institute, Washington, DC, 2010.

DE BRAUW, A.; GILLIGAN, D. O.; HODDINOTT, J.; ROY, S. The impact of Bolsa Família on women's decision-making power. **World Development**, v. 59, pp. 487-504, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.02.003>

DEHEJIA, R. H.; WAHBA, S. Propensity Score-Matching methods for nonexperimental causal studies. **The Review of Economics and Statistics**, v. 84, n. 1, pp. 151-161, fev., 2002. <https://doi.org/10.1162/003465302317331982>

DO, M.; KURIMOTO, N. Women's Empowerment and Choice of Contraceptive Methods in Selected African Countries. **International Perspectives on Sexual and Reproductive Health**, v. 38, n. 1, p. 23-33, mar. 2012. <https://doi.org/10.1363/3802312>

DOUGHERTY, C. **Introduction to Econometrics**. 3. ed. Oxford University Press, 2007.

DUFLO, E.; GLENNISTER, R.; KREMER, M. **Using randomization in development economics research: a toolkit.** MIT Department of Economics Working Paper, n.06, 2006. <https://doi.org/10.3386/t0333>

EWERLING, F.; LYNCH, J. W.; VICTORA, C. G.; VAN EERDEWIJK, A.; TYSZLER, M.; BARROS, A. J. D. The SWPER Index for Women's Empowerment in Africa: Development and Validation of an Index based on Survey Data. **Lancet Global Health**, v. 5, p. e916-23, jul. 2017. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(17\)30292-9](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(17)30292-9)

EYBEN, R.; NAPIER-MOORE, R. Choosing Words with Care? Shifting Meanings of Women's Empowerment in International Development. **Third World Quarterly**, v. 30, n. 2, p. 285-300, 2009. <https://doi.org/10.1080/01436590802681066>

FERRÁRIO, M. N. **Análise do Impacto dos Programas de Transferência de Renda sobre as Despesas Familiares com o Consumo.** 91 p. Tese (Doutorado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.

FIRPO, S. P.; PINTO, R. C. C. **Combinando estratégias para estimação de efeitos de tratamento.** Working Paper EESP, n. 3, 2013. <https://doi.org/10.12660/bre.v32n12012.7290>

FISZBEIN, A.; SCHADY, N. **Conditional Cash Transfers**: Reducing Present and Future Poverty. Washington, The World Bank, 2009. 361 p. <https://doi.org/10.1596/978-0-8213-7352-1>

FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. The Effects of Conditional Cash Transfer Programmes on Adult Labour Supply: an Empirical Analysis using a Time-Series-Cross-Section Sample of Brazilian Municipalities. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, n. 2, jun. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612010000200001>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: fev. 2019.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Global Gender Gap Report 2020**. Suíça, 2019. Disponível em: <https://www.weforum.org>. Acesso em: jan. 2020.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos Feministas. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 144-149.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. O Impacto do Programa Bolsa Família no Total de Matrículas do Ensino Fundamental, Taxas de Abandono e Aprovação. In: SILVA, F. S. (Org.). **I Prêmio e I Mostra Nacional de Estudos sobre o Programa Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília/DF, p. 41-56, 2008. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: nov. 2018.

GOVINDASAMY, P.; MALHOTRA, A. Women's Position and Family Planning in Egypt. **Studies in Family Planning**, v. 27, n. 6, p. 328-340, nov.-dez. 1996. <https://doi.org/10.2307/2138028>

GREENE, W.H. **Econometric analysis**. Prentice Hall, 3 ed., New Jersey, 1997.

GUPTA, K.; YESUDIAN, P. P. Evidence of Women's Empowerment in India: a Study of Socio-Spatial Disparities. **GeoJournal**, v. 65, p. 365-380, maio 2006. <https://doi.org/10.1007/s10708-006-7556-z>

HAQUE, M.; ISLAM, T. M.; TAREQUE, I.; MOSTOFA, G. Women Empowerment or Autonomy: A Comparative View in Bangladesh Context. **Bangladesh e-Journal of Sociology**, v. 8, n. 2, p. 17-30, jul. 2011.

HECKMAN, J.; ICHIMURA, H.; SMITH, J.; TODD, P. Characterizing selection bias using experimental data. **Econometrica**, v.66, n.5, 1998. <https://doi.org/10.2307/2999630>

HECKMAN, J.; ICHIMURA, H.; TODD, P. Matching as an econometric evaluation estimator: evidence from evaluating a job training programme. **Review of Economic Studies**, v.64, n.4, 1997. <https://doi.org/10.2307/2971733>

HEILBORN, M. L. Articulando Gênero, Sexo e Sexualidade: Diferenças na Saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. **O Clássico e o Novo: Tendências, Objetos e Abordagens em Ciências Sociais e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. cap. 12, p. 197-208.

HOFFMANN, R. Desigualdade da Distribuição da Renda no Brasil: a Contribuição de Aposentadorias e Pensões e de Outras Parcelas no Rendimento Domiciliar Per Capita.

Economia e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 213-231, abr. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182009000100007>

IBGE. **Estatísticas de gênero:** indicadores sociais das mulheres no Brasil. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. **PNAD Contínua:** Outras Formas de Trabalho 2018. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: jan. 2020.

IPEA. **Tolerância Social à Violência Contra as Mulheres.** SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social, abr. 2014.

ISLAM, T. M.; TAREQUE, I.; TIEDT, A. D.; HOQUE, N. The Intergenerational Transmission of Intimate Partner Violence in Bangladesh. **Global Health Action**, v. 7, maio 2014. <https://doi.org/10.3402/gha.v7.23591>

JEJEEBHOY, S. J.; SATHAR, Z. A. Women's Autonomy in India and Pakistan: The Influence of Religion and Region. **Population and Development Review**, v. 27, n. 4, p. 687-712, dez. 2001. <https://doi.org/10.1111/j.1728-4457.2001.00687.x>

JESUS, J. C. **Trabalho Doméstico Não Remunerado no Brasil:** Uma Análise de Produção, Consumo e Transferência. 120 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

KABEER, N. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. **Development and Change**, Oxford, v. 30, p. 435-464, maio 1999. <https://doi.org/10.1111/1467-7660.00125>

KERGOAT, D. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75.

KHAN, S.; AWAN, R. Contextual Assessment of Women Empowerment and Its Determinants: Evidence from Pakistan. **Munich Personal RePEc Archive**, Paper No. 30820, Australia, maio 2011.

LAVINAS, L.; COBO, B.; VEIGA, A. Bolsa Família: Impacto das Transferências de Renda sobre a Autonomia das Mulheres Pobres e as Relações De Gênero. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 6, n. 10, p. 31-56, jan.-jun. 2012.

LEITÃO, M. R. F. A.; INÁCIO, P. H. D. **O Programa Bolsa Família na Voz das Pescadoras Artesanais do Litoral de Pernambuco.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 27 p., 2011.

LEÓN, M. El Empoderamiento de las Mujeres: Encuentro del Primer y Tercer Mundos en los Estudios de Género. **La Ventaña**, n. 13, p. 94-106, 2001.

LEROY, R. S. D.; FERREIRA, M. A. M.; MOREIRA, N. C.; SILVA, E. A. Mobilidade Social e Empoderamento: A Percepção das Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família em Minas Gerais. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 62, n. 4, p. 449-465, out.-dez. 2011. <https://doi.org/10.21874/rsp.v62i4.82>

LIRA, K. F. S.; BARROS, A. M. Violência Contra as Mulheres e o Patriarcado: Um Estudo sobre o Sertão de Pernambuco. **Revista Ágora**, Vitória, n. 22, pp. 275-297, 2015.

LISBOA, T. K. **Empoderamento de Mulheres e Participação na Gestão de Políticas Públicas**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, Florianópolis, abr. 2007.

LISBOA, T. K. **O Empoderamento como Estratégia de Inclusão das Mulheres nas Políticas Sociais**. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, ago. 2008.

MAGESTE, G. de S.; MELO, M. C. de O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. **Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações**. V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Belo Horizonte, 2008.

MALHOTRA, A.; MATHER, M. Do Schooling and Work Empower Women in Developing Countries? Gender and Domestic Decisions in Sri Lanka. **Sociological Forum**, v. 12, n. 4, p. 599-630, 1997. <https://doi.org/10.1023/A:1022126824127>

MALHOTRA, A.; SCHULER, S. R.; BOENDER, C. **Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development**. World Bank Workshop, Poverty and Gender: New Perspectives, 58 p., jun. 2002.

MAROCO, J.; GARCIA-MARQUES, T. Qual a Fiabilidade do Alfa de Cronbach? Questões Antigas e soluções modernas?. **Laboratório de Psicologia**, v. 4, n. 1, p. 65-90, 2006. <https://doi.org/10.14417/lp.763>

MASON, K. O.; SMITH, H. L. **Women's Empowerment and Social Context: Results from Five Asian Countries**. Gender and Development Group, World Bank, Washington, DC, jan. 2003.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Caderno do IGD-M: Manual do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único (Municípios e Distrito Federal)**. Brasília, abr. 2018.

MOLYNEUX, M. Mothers at the Service of the New Poverty Agenda: Progresa/Oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme. **Social Policy & Administration**, v. 40, n. 4, p. 425-449, ago. 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9515.2006.00497.x>

MOLYNEUX, M. Two Cheers for CCTs. **IDS Bulletin**, v. 38, n. 3, p. 69-74, mai. 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2007.tb00381.x>

MOREIRA, G. C.; MATTOS, L. B.; TEIXEIRA, E. C.; CUNHA, D. A. Programa Bolsa Família e Violência Doméstica Contra a Mulher no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 973-1002, out.-dez. 2016. <https://doi.org/10.1590/0101-4161464977gled>

MOREIRA, N. C.; FERREIRA, M. A. M.; LIMA, A. A. T. F. C.; CKAGNAZAROFF, I. B. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 403-423, mar.-abr. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000200004>

MOREIRA, N. C.; FERREIRA, M. A. M.; MATTA, I. B. **De Um Lado Este Carnaval, do Outro Machismo Total?** Reflexões sobre Gênero e Programa Bolsa Família. XXXVII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2013.

MOREIRA, N. C.; LIMA, A. A. T. F. C.; LOPES, M. de F. **Dimensões do Empoderamento das Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família.** XXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2011.

MORTON, G. D. Acesso à Permanência: Diferenças Econômicas e Práticas de Gênero em Domicílios que Recebem Bolsa Família no Sertão Baiano. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 43-67, abr. 2013.

NASCIMENTO, A. F.; REIS, C. N. Os Programas de Transferência Condicionada de Renda na América Latina: Especificidades de uma Realidade que se Mantém. **Revista de Políticas Públicas São Luís**, v. 13, n. 2, p. 183-193, jul-dez 2009.

NAZARENO, L. A.; VASCONCELOS, A. M. N. Transferências Condicionadas de Renda: Origens, Fundamentos e Tendências Recentes na África Subsaariana. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 19, p. 75-86, jan-abr 2015.

NERI, M. **Novo Mapa das Religiões.** Rio de Janeiro: FGV, Centro de Políticas Sociais, 2011.

NERY, J. S.; PEREIRA, S. M.; RASELLA, D.; PENNA, M. L. F.; AQUINO, R.; RODRIGUES, L. C.; BARRETO, M. L. PENNA, G. O. Effect of the Brazilian Conditional Cash Transfer and Primary Health Care Programs on the New Case Detection Rate of Leprosy. **PLOS Neglected Tropical Diseases**, v. 8, nov. 2014. <https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0003357>

OIT. **World Employment and Social Outlook: Trends for Women 2017.** Organização Internacional do Trabalho. Geneva: OIT, 2017. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: nov. 2019.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES, S. S. D. “Efeito Preguiça” em Programas de Transferência de Renda? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Org.) **Programa Bolsa Família: Uma Década de Inclusão e Cidadania.** Brasília, IPEA, p. 341-358, 2013.

ONU. **Human Development Report 2019 - Beyond Income, Beyond Averages, Beyond Today: Inequalities in Human Development in the 21st Century.** Technical Notes. 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org>. Acesso em: jan. 2020.

ONU. **Transformando Nossa Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: out. 2019.

OSÓRIO, R. G.; SOARES, S. S. D. O Brasil sem miséria e as mudanças no desenho do Bolsa Família. In: CAMPELLO T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da (Org.). **O Brasil sem miséria.** Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, pp. 747-762, 2014.

PANDEY, J. K. Women Empowerment through Self Help Group: A Theoretical Perspective. **Journal of Culture, Society and Development**, v. 4, p. 91-94, 2014.

PARVEEN, S.; LEONHÄUSER, I. **Empowerment of Rural Women in Bangladesh: A Household Level Analysis.** Conference on Rural Poverty Reduction through Research for Development and Transformation, Berlim, out. 2004.

PASSOS, L.; WALTENBERG, F. Bolsa Família e Assimetrias de Gênero: Reforço ou Mitigação?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 517-539, set.-dez. 2016. <https://doi.org/10.20947/S0102-30982016c0004>

PATRIKAR, S. R.; BASANNAR, D. R.; SHARMA, M. S. Women Empowerment and Use of Contraception. **Medical Journal Armed Forces India**, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.mjafi.2013.12.014>

PEIXOTO, S. L. F. **Os Significados do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres**: Um Estudo na Comunidade Morro da Vitória. Orientador: Maria do Socorro Ferreira Osterne. 2010. 192 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

PEREIRA, M. C.; RIBEIRO, F. B. No Areal das Mulheres: Um Benefício em Família. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 87-104, abr. 2013.

PHAN, L. Measuring Women's Empowerment at Household Level Using DHS Data of Four Southeast Asian Countries. **Social Indicators Research**, jan. 2015. <https://doi.org/10.1007/s11205-015-0876-y>

PIRES, A. Orçamento Familiar e Gênero: Percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 12, n. 145, p. 130-161, jan.-abr. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000100009>

PNDS. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher. PNDS 2006: Relatório final**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

RASELLA, D.; AQUINO, R.; SANTOS, C. A.T.; PAES-SOUSA, R.; BARRETO, M. L. Effect of a Conditional Cash Transfer Programme on Childhood Mortality: a Nationwide Analysis of Brazilian Municipalities. **The Lancet**, v. 382, n. 9886, jul. 2013. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(13\)60715-1](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(13)60715-1)

REGO, W. D. L.; PINZANI, A. Liberdade, Dinheiro e Autonomia: O Caso da Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais**, v. 38, p. 21-42, abr. 2013.

RIBEIRO, R.; CACCIAMALI, M. C. Impactos do Programa Bolsa-Família sobre os Indicadores de Educação. **EconomiA**, v. 13, p. 415-446, 2012.

ROCHA, R. **Programas Condicionais de Transferência de Renda e Fecundidade: Evidências do Bolsa Família**. Texto para Discussão 019, IE-UFRJ, Rio de Janeiro, 33 p., jul. 2017.

RODRIGUES, V. E Agora Falamos Nós: Mulheres Beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE. **Tomo**, n. 28, p. 73-100, jan.-jun. 2016. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.5422>

ROSENBAUM, P. R.; RUBIN, D. B. The central role of the propensity score in observational studies for causal effects. **Biometrika**, v.70, n.1, abr. 1983. <https://doi.org/10.1093/biomet/70.1.41>

ROSENBAUM, P. R.; RUBIN, D. B. Constructing a control group using multivariate matched sampling methods that incorporate the propensity score. **The American Statistician**, n. 39, 1985. <https://doi.org/10.2307/2683903>

ROWLANDS, J. Empowerment Examined. **Development in Practice**, v. 5, n. 2, p. 101-107, maio 1995. <https://doi.org/10.1080/0961452951000157074>

ROY, A. D. Some thoughts on the distribution of earnings. **Oxford Economic Papers**, v.3, n.2, Jun., 1951. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.oep.a041827>

RUBIN, D. B. Bayesian inference for causal effects: the role of randomization. **The Annals of Statistics**, v.6, n.1, 1978. <https://doi.org/10.1214/aos/1176344064>

RUBIN, D. B. Estimating causal effects of treatments in randomized and nonrandomized studies. **Journal of Educational Psychology**, v.66, n.5, 1974. <https://doi.org/10.1037/h0037350>

SALOMÃO, L.; SORANO, V. Bolsa Família: MP com 13º Salário Anual Anunciado pelo Governo Só Prevê Benefício para 2019. **G1**, Brasília, 16 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/>. Acesso em: nov. 2019.

SANTOS, D. B.; LEICHSENRING, A. R.; MENEZES FILHO, N.; MENDES-DASILVA, W. Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Duração do Emprego Formal dos Indivíduos de Baixa Renda. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 5, p.708-733, set.-out. 2017. <https://doi.org/10.1590/0034-7612171851>

SAYURI, J. Elas sim. **Revista TPM**, 05/10/2018. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/>. Acesso em: fev. 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, G. El Empoderamiento como un Enfoque a la Pobreza. In: ARRIAGADA, I.; TORRES, C. **Género y Pobreza: Nuevas Dimensiones**. Santiago: ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, 1998.

SIGNORINI, B. A.; QUEIROZ, B. L. **The Impact of Bolsa Família Program in the Beneficiary Fertility**. Texto para Discussão 439, Cedeplar – UFMG, Belo Horizonte, 24 p., ago. 2011.

SILVA, C. G.; SANTOS, A. O.; LICCIARDI, D. C.; PAIVA, V. Religiosidade, Juventude e Sexualidade: Entre a Autonomia e a Rigidez. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, p. 683-692, out.-dez. 2008. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000400006>

SIMÕES, P.; SOARES, R. B. Efeitos do Programa Bolsa Família na Fecundidade das Beneficiárias. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 4, p. 445-468, out.-dez. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0034-71402012000400004>

SMITH, J. A.; TODD, P. E. Does matching overcome LaLonde's critique of nonexperimental estimators?. **Journal of Econometrics**, Elsevier, n.125, 2005. <https://doi.org/10.1016/j.jeconom.2004.04.011>

SOARES, S.; RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. **Focalização e cobertura do Programa Bolsa Família: qual o significado dos 11 milhões de famílias?**. Textos para Discussão do IPEA, n. 1.396, Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional e Possibilidades Futuras. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios**. Volume I. Brasília, IPEA, p. 25-55, 2010.

SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F.; OSÓRIO, R. G.; SILVEIRA, F. G. Os Impactos do Benefício do Programa Bolsa Família Sobre a Desigualdade e a Pobreza. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Orgs.). **Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios**. Volume II, IPEA, Brasília, p. 25-52, 2010.

- STROMQUIST, N. La Búsqueda del Empoderamiento: En Qué Puede Contribuir el Campo de la Educación. In: LEÓN, M. **Poder y Empoderamiento de las Mujeres**. Santa Fe de Bogotá: T/M Editores, 1997. p. 75-95.
- SUÁREZ, M.; LIBARDONI, M. O Impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUZA, R. **Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados**: Bolsa Família e Assistência Social. Brasília: MDS, 2007. v. 2, cap. 4, p. 119-160.
- SUPILY, E. M. Do Bolsa-Família à Renda Básica de Cidadania. **Conjuntura Social**, p. 72-77, mar 2010. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000600023>
- SUPILY, E. M. O Direito de Participar da Riqueza da Nação: do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p.1623-1628, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000300008>
- TAVARES, P. A. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Oferta de Trabalho de Mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 613-635, dez. 2010.
- TAVARES, P. A.; PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R.; CAMELO, R. de S. Uma Avaliação do Programa Bolsa Família: Focalização e Impacto na Distribuição de Renda e Pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 39, n. 1, abr. 2009.
- TEIXEIRA, C. G. **Análise do Impacto do Programa Bolsa Família na Oferta de Trabalho dos Homens e Mulheres**. PNUD/IPC, 2008. Disponível em: <http://www.ipcig.org>. Acesso em: nov. 2018.
- VARGHESE, T. Women Empowerment in Oman: A Study Based on Women Empowerment Index. **Far East Journal of Psychology and Business**, Hong Kong, v. 2, n. 2, p. 37-53, fev. 2011.
- VELASCO, C.; OLIVEIRA, L. Número de mulheres eleitas se mantém no Senado, mas aumenta na Câmara e nas Assembleias. **G1**, 08/10/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: fev. 2019.
- VIDAL, A. “Intersectional feminism”. What the Hell is It? (And Why You Should Care). **The Telegraph**, 14 jan. 2014. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/>. Acesso em: nov. 2019.
- VIEIRA, S. **Alfa de Cronbach**. 2015. Disponível em: <http://soniavieira.blogspot.com/>. Acesso em: ago. 2019.
- WAN DER MAAS, L.; CAETANO, A. J. **Participação no Mercado de Trabalho e Qualidade da Inserção Ocupacional entre Elegíveis ao Programa Bolsa Família da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul em 2006**. XIV Seminário sobre a Economia Mineira, Cedeplar, UFMG, Diamantina, 2010.
- WILLIAMS, P. O Empoderamento Feminino e as Mulheres do Programa Bolsa Família. **Revista Três Pontos**, v. 11, n. 1, p. 18-30, jan. 2014.
- WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory econometrics**. Thomson Learning, 20 ed., 2002.

APÊNDICE

Quadro A.1 - Revisão aplicada dos trabalhos que propõem índices de empoderamento feminino e seus componentes

Trabalhos	Índices e componentes
Malhotra e Mather (1997)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisões financeiras; - Tomada de decisões sociais e organizacionais (relações familiares e sociais, atividades infantis e questões logísticas ou organizacionais no lar).
Casique (2001)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisões: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) quantos filhos ter; ii) como criar os filhos; iii) despesas diárias; iv) quais familiares e amigos visitar; e v) quando realizar relações sexuais. - Autonomia (mulher precisa ou não pedir permissão ao marido para realizar as seguintes ações): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) sair sozinha; ii) sair com as crianças; iii) realizar despesas diárias; iv) visitar familiares; v) visitar amigos; vi) trabalhar; vii) estudar; viii) usar contraceptivos; e ix) participar de atividades da comunidade.
Jejeebhoy e Sathar (2001)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisões econômicas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) compra de alimentos; ii) compra de grande valor para casa; e iii) compra de joias. - Mobilidade (mulher pode ir sozinha aos seguintes locais): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) hospital; ii) mercado; iii) casa de amigos ou familiares; iv) feira; v) vila vizinha. - Liberdade de ameaças do marido: <ul style="list-style-type: none"> ▪ mulher tem (ou não) medo do marido e/ou já sofreu violência doméstica. - Acesso e controle dos recursos econômicos e familiares: <ul style="list-style-type: none"> ▪ acesso: i) tem voz ativa nos gastos familiares; ii) tem dinheiro para gastar; iii) é livre para comprar a) pequenos itens de joalheria e b) presentes. ▪ controle: i) algum dos bens familiares pertence à mulher e é controlado por ela (ex: terra, joias); ii) mulher tem voz ativa em como os valores de seu dote serão utilizados; e iii) mulher espera se sustentar na velhice por meio de suas próprias economias.
Mason e Smith (2003)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisões econômicas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) compra de grande valor para a casa; ii) oferta de sua mão de obra; iii) compra de itens pessoais (como roupa ou um pequeno item de joalheria) sem a necessidade de pedir permissão. - Participação na decisão sobre o tamanho da família: <ul style="list-style-type: none"> ▪ mulher participa (e qual a extensão dessa participação) nas decisões sobre o tamanho da família - Liberdade de movimento (mulher precisa ou não de permissão do marido ou de algum parente mais velho para ir aos seguintes locais): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) centro da vila; ii) mercado; iii) hospital; iv) campos próximos à vila; v) casa de amigos ou familiares. - Medo de discordar do marido e ele reagir violentamente; e - Ocorrência de violência doméstica.
Al Riyami, Afifi e Mabry (2004)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisões: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) comida a ser preparada diariamente; ii) despesas domésticas; iii) roupas dos filhos; iv) cuidados médicos dos filhos; v) resolução de problemas; vi) planejamento familiar; vii) ter ou não outro bebê; e viii) visita a familiares. - Liberdade de movimento (mulher tem permissão do marido para ir sozinha ou acompanhada pelos filhos nos seguintes locais): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) shopping; ii) hospital; iii) escola dos filhos; iv) visitar familiares; v) visitar amigos; e vi) dar um passeio.

(continua)

Quadro A.1 – Revisão aplicada dos trabalhos que propõem índices de empoderamento feminino e seus componentes

(continuação)

Trabalhos	Índices e componentes
Parveen e Leonhäuser (2004)	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuição para renda familiar; - Acesso a recursos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ recursos familiares: consumo equitativo de alimentos nutritivos, manuseio e gasto de dinheiro, venda de produtos agrícolas menores, comunicação interpessoal, contratação de ajuda e utilização de dinheiro de crédito, caso recebam; ▪ recursos sociais: educação/treinamento, crédito, cooperativa rural e banco. - Propriedade de recursos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ produtivo: terras, gado, cabras, aves e dinheiro em poupança; ▪ não-produtivo: joias, televisão, rádio e veículo pequeno. - Participação nas decisões familiares relativas a questões domésticas, financeiras, bem-estar infantil, saúde reprodutiva e de agricultura; - Consciência de gênero: <ul style="list-style-type: none"> ▪ opinião da mulher sobre os seguintes tópicos: subvalorização, educação, oportunidade econômica, direitos de propriedade sobre herança, escolha reprodutiva, casamento precoce, dote, direito de divórcio, preferência pelo filho do sexo masculino, atitude em relação à criança do sexo feminino, registro de nascimento, prioridade alimentar, diferenciação salarial, consciência política e violência contra a mulher. - Enfrentamento aos choques domésticos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ capacidade da mulher de lidar com os seguintes problemas: calamidades naturais, restrições financeiras devido à quebra de safra, endividamento, indisponibilidade de alimentos, doenças crônicas, conflitos, tortura do marido e morte inesperada de filhos ou marido.
Gupta e Yesudian (2006)	<ul style="list-style-type: none"> - Autonomia domiciliar: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) comida a ser preparada diariamente; ii) cuidados com sua própria saúde; iii) compra de joias ou outros itens de grande valor; iv) visitas a familiares; e v) possibilidade de usar dinheiro para questões pessoais. - Liberdade de movimento (mulher precisa ou não de permissão para ir aos seguintes locais): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) ir ao mercado; e ii) visitar parentes e amigos. - Atitude em relação à igualdade dos gêneros: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) há ou não preferência da mulher por dar à luz um filho em vez de uma filha; e ii) há ou não prioridade para a educação dos garotos em vez das garotas. - Atitude em relação à violência doméstica (é ou não justificável que o homem bata na esposa se): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) ele suspeita que foi traído; ii) a família da mulher não paga ao marido o ‘dote’ prometido; iii) ela mostra desrespeito por seus sogros; iv) sai sem avisá-lo; v) negligencia a casa ou os filhos; e vi) não cozinha de forma apropriada.
Haque et al. (2011)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisões econômicas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) compra de grande valor para a casa; ii) despesas diárias; e iii) como gastar o dinheiro. - Tomada de decisões domiciliares: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) cuidados com sua própria saúde; ii) cuidados com saúde dos filhos; iii) comida a ser preparada diariamente; e iv) decisão sobre planejamento familiar. - Liberdade de movimento (mulher pode ir sozinha aos seguintes locais): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) visitar familiares; ii) shopping; iii) hospital; e iv) além da vila.

(continua)

Quadro A.1 – Revisão aplicada dos trabalhos que propõem índices de empoderamento feminino e seus componentes

(continuação)

Trabalhos	Índices e componentes
Khan e Awan (2011)	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento familiar: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) decisão de uso de método contraceptivo; e ii) decisão sobre ter ou não mais filhos. - Tomada de decisões econômicas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) compra de alimentos; ii) roupas e sapatos; iii) tratamento médico; e iv) lazer/viagens.
Varghese (2011)	<ul style="list-style-type: none"> - Empoderamento doméstico: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) cuidados com sua própria saúde; ii) cuidados com a saúde dos filhos; iii) comida a ser preparada diariamente; iv) decisão sobre ajudar ou não a família (ex: mãe e pai); e v) decisão sobre contratar ou não empregados domésticos. - Empoderamento social: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) palavra final sobre visita a familiares e amigos; ii) possibilidade de ir sozinha aos seguintes locais: a) vila; e b) hospital. - Empoderamento econômico: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) decisão sobre gastos financeiros; ii) compra de grande valor para a casa; e iii) decisão sobre compra de presentes para eventos sociais. - Percepção legal e política (mulher acredita ou não ter os seguintes direitos): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) proteger-se contra violência; ii) criar associações; iii) possuir terras; e iv) envolver-se na política do país.
Crissman, Adanu e Harlow (2012)	<ul style="list-style-type: none"> - Empoderamento sexual: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) capacidade de negar relações sexuais com o parceiro; ii) opinião da mulher se é justificável que o homem bata na esposa se ela se nega a manter relações性uais; iii) capacidade de pedir ao parceiro que use camisinha; iv) opinião da mulher se é justificável que a mulher peça ao marido para usar camisinha se sabe que ele possui uma DST; e v) opinião da mulher se é justificável que a mulher negue fazer sexo se está cansada ou sem vontade.
Do e Kurimoto (2012)	<ul style="list-style-type: none"> - Empoderamento econômico: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) contribuição da renda da mulher relativa à renda do marido; ii) decisão sobre como usar a renda de cada um dos cônjuges; e iii) decisão sobre compra de grande valor e compras diárias. - Empoderamento sociocultural: <ul style="list-style-type: none"> ▪ decisão sobre visita a familiares e amigos. - Decisão sobre cuidados com sua própria saúde; - Concordância com o marido em preferências de fertilidade (ela e o marido desejam ter o mesmo número de filhos); - Capacidade de negociação das relações sexuais (mulher pode se negar a fazer sexo com o cônjuge ou pedir para que use camisinha em várias circunstâncias); - Atitude da mulher com relação à violência doméstica (é ou não justificado que o homem bata na esposa em uma série de circunstâncias).
Assaad, Nazier e Ramadan (2014)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisões: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) compra de grande valor para a casa; ii) despesas diárias da casa; iii) visita a familiares e amigos; iv) comida a ser preparada diariamente; v) cuidados com sua própria saúde; vi) compra de roupas para a própria mulher; vii) cuidados com saúde dos filhos; viii) acompanhamento escolar dos filhos; ix) mandar os filhos para a escola diariamente; x) comprar roupas e garantir outras necessidades dos filhos; e xi) quem mantém o dinheiro da família. - Mobilidade (mulher precisa ou não de permissão para ir aos seguintes locais): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) mercado; ii) hospital para cuidados da sua própria saúde; iii) hospital para cuidar da saúde dos filhos; e iv) casa de familiares ou amigos.

(continua)

Quadro A.1 – Revisão aplicada dos trabalhos que propõem índices de empoderamento feminino e seus componentes

(continuação)

Trabalhos	Índices e componentes
Islam et al. (2014)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisões: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) gastar dinheiro; ii) cuidados com saúde; iii) compra de grande valor para a casa; iv) despesas diárias da casa; e v) visitar familiares ou amigos.
Patrikar, Basannar e Sharma (2014)	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisões: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) quantos filhos ter; ii) como criar os filhos; iii) despesas diárias; iv) quais familiares e amigos visitar; v) quando realizar atividades sexuais; e vi) quando ir ao centro de saúde. - Autonomia (mulher precisa ou não pedir permissão ao marido para realizar as seguintes ações): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) sair sozinha; ii) sair com as crianças; iii) decidir sobre despesas diárias; iv) visitar familiares; v) visitar amigos; vi) trabalhar; vii) estudar; viii) usar contraceptivos; e ix) participar de atividades da comunidade.
Phan (2015)	<ul style="list-style-type: none"> - Participação na força de trabalho: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) engajamento da mulher na economia; ii) <i>status</i> ocupacional; iii) continuidade do trabalho ao longo do ano (trabalho em tempo integral, parcial ou temporário); e iv) tipo de rendimento. - Tomada de decisões domiciliares: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) saúde; ii) gastos domiciliares; e iii) visita a familiares e amigos. - Planejamento familiar: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) necessidade de uso contraceptivo atendida; ii) acesso a informações sobre planejamento familiar através da mídia; e iii) conhecimento dos métodos contraceptivos. - Educação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) alfabetização; e ii) último nível de educação concluído.
Arestoff e Djemai (2016)	<ul style="list-style-type: none"> - Atitude em relação à violência doméstica (é ou não justificado que o homem bata na esposa se ela): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) saiu sem avisar o marido; ii) negligencia os filhos; iii) briga com o marido; iv) se nega a fazer sexo; e v) queima a comida.
Ewerling et al. (2017)	<ul style="list-style-type: none"> - Atitude em relação à violência (é ou não justificado que o homem bata na esposa se ela): <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) saiu sem avisar o marido; ii) negligencia os filhos; iii) briga com o marido; iv) se nega a fazer sexo; e v) queima a comida. - Independência social: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) frequência com que lê jornal ou revista; ii) anos de estudo da mulher; iii) idade que tinha na primeira vez que morou com companheiro; iv) idade que tinha no primeiro nascimento de criança; v) diferença de anos de estudo entre a mulher e o homem; e vi) diferença de idade entre a mulher e o homem. - Tomada de decisões: <ul style="list-style-type: none"> ▪ i) cuidados com sua própria saúde; ii) compra de grande valor para a casa; iii) visita a familiares; e iv) trabalhou nos últimos 12 meses.

Observação: Cada um dos itens indica os índices sintéticos construídos por cada trabalho, enquanto os subitens indicam as perguntas ou variáveis utilizadas na construção deste.

Fonte: Elaboração própria a partir dos trabalhos citados no quadro.

Tabela A.1 - Distribuições das mulheres (%), segundo as amostras e os atributos selecionados para a análise dos índices de empoderamento (2006)

Atributos / Amostras / Índices	Amostras Totais		Amostra Balanceada
	ED	PCRS	ED e PCRS
Regiões Geográficas			
Norte	7,34	8,17	7,32
Nordeste	24,40	25,46	24,42
Sudeste	45,25	44,50	45,28
Sul	15,72	14,52	15,72
Centro-Oeste	7,29	7,35	7,26
Situações dos Domicílios			
Urbano	86,84	84,20	86,86
Rural	13,16	15,80	13,14
Faixas Etárias			
De 15 a 25 Anos	28,32	33,55	28,29
De 26 a 35 Anos	32,84	30,32	32,85
36-49	38,84	36,13	38,86
Faixas de Anos de Estudo			
Até 5 Anos	22,74	25,38	22,76
De 6 a 10 Anos	31,76	34,99	31,77
11 Anos ou Mais	45,50	39,64	45,48
Cores (Etnias)			
Branca	40,53	39,87	40,53
Preta	10,64	10,16	10,64
Parda	43,82	44,76	43,83
Amarela	3,34	3,41	3,33
Indígena	1,67	1,79	1,67
Estados Conjugais			
Com cônjuge	67,40	68,74	67,40
Sem cônjuge	32,60	31,26	32,60
Existência de Trabalho			
Com Trabalho	84,82	59,25	84,83
Sem Trabalho	15,18	40,75	15,17
Faixas de Renda Domiciliar Mensal <i>per capita</i>			
Até 1/2 SM	6,76	7,58	6,76
Mais de 1/2 a 1 SM	12,64	16,09	12,64
Mais de 1 a 2 SM	23,51	24,61	23,48
Mais de 2 a 3 SM	18,55	16,90	18,56
Mais de 3 a 5 SM	15,78	14,06	15,78
Mais de 5 a 10 SM	15,70	14,20	15,71
Mais de 10 a 20 SM	5,51	5,03	5,52
Mais de 20 SM	1,55	1,52	1,55
Religiões			
Católica	60,64	61,35	60,63
Evangélica	25,37	25,16	25,38
Outras	6,78	5,81	6,79
Nenhuma	7,21	7,68	7,21
Número de Observações	7.824	12.003	7.809
População (Amostra Expandida)	26.995.962	40.395.712	26.970.420

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Observações: Desvios-padrão entre parênteses. S.M.: salários mínimos.

**Tabela A.2- Estatísticas descritivas das variáveis independentes utilizadas nas estimações
econométricas**

Variável	Amostra total				Beneficiárias		Não-beneficiárias	
	Média	Desvio-padrão	Min	Max	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
Idade	31,2380	9,6456	15	49	30,8980	9,0043	31,3219	9,7946
Escolaridade	8,2826	3,4440	0	21	6,4117	3,5102	8,7421	3,2676
Trabalho	0,5925	0,4914	0	1	0,5414	0,4983	0,6051	0,4888
Cônjugue	0,6875	0,4635	0	1	0,7063	0,4555	0,6829	0,4654
Norte	0,0818	0,2741	0	1	0,1060	0,3079	0,0758	0,2648
Nordeste	0,2545	0,4356	0	1	0,4868	0,4998	0,1975	0,3981
Sul	0,1452	0,3523	0	1	0,0769	0,2664	0,1619	0,3684
Sudeste	0,4448	0,4969	0	1	0,2808	0,4494	0,4851	0,4998
Centro-Oeste	0,0737	0,2612	0	1	0,0495	0,2169	0,0796	0,2707
Urbano	0,8419	0,3648	0	1	0,7029	0,4570	0,8761	0,3295
Exposição Mídia	0,8945	0,3072	0	1	0,8863	0,3175	0,8965	0,3046
Católica	0,6134	0,4870	0	1	0,6888	0,4630	0,5949	0,4909
Evangélica	0,2517	0,4340	0	1	0,2180	0,4129	0,2600	0,4387
Outras religiões	0,0581	0,2339	0	1	0,0257	0,1584	0,0660	0,2483
Sem religião	0,0768	0,2662	0	1	0,0674	0,2507	0,0790	0,2698
Branca	0,3988	0,4897	0	1	0,2647	0,4412	0,4318	0,4953
Preta	0,1016	0,3021	0	1	0,1227	0,3281	0,0964	0,2951
Parda	0,4475	0,4972	0	1	0,5694	0,4952	0,4176	0,4932
Amarela e indígena	0,0521	0,2222	0	1	0,0432	0,2034	0,0542	0,2265
Rendimento familiar	1.319,88	2.050,56	7	50.000	488,67	504,86	1.524,05	2.227,94
Responsável	0,0941	0,2920	0	1	0,9439	0,2924	0,0941	0,2919
Cônjugue	0,6256	0,4840	0	1	0,6450	0,4785	0,6209	0,4852
Filha_resp	0,2117	0,4085	0	1	0,2011	0,4008	0,2142	0,4103
Outro	0,0686	0,2527	0	1	0,0595	0,2366	0,0708	0,2565
Filho	0,9945	1,0943	0	10	1,6150	1,2942	0,8423	0,9812
Densidade cômodo	0,7463	0,4737	0,0667	17	0,9955	0,6201	0,6849	0,4068
Rede água	0,8255	0,3796	0	1	0,7343	0,4417	0,8479	0,3591
Esgoto	0,5227	0,4995	0	1	0,3625	0,4807	0,5587	0,4965
Eletricidade	0,9910	0,0943	0	1	0,9834	0,1278	0,9929	0,0838

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Tabela A.3 - Coeficientes e desvios-padrão dos modelos de determinantes do empoderamento feminino de acordo com as faixas do índice ED

Variáveis	CONJUNTO A				CONJUNTO B				CONJUNTO C			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
PBF	0,0661 (0,0725)	-0,0346 (0,0967)	0,2193 (0,1066)	-0,0491 (0,1002)	0,0216 (0,0686)	-0,0524 (0,0975)	0,2041 (0,1052)	-0,0837 (0,1025)	0,0644 (0,0723)	-0,032 (0,095)	0,2146 (0,1073)	-0,0455 (0,0997)
Idade	0,0200 (0,0035)	0,0131 (0,0048)	0,0032 (0,0049)	0,0117 (0,0048)	0,0409 (0,0030)	0,0166 (0,0047)	0,0051 (0,0049)	0,0166 (0,0047)	0,0195 (0,0035)	0,0133 (0,0049)	0,0037 (0,0049)	0,0104 (0,0048)
Escolaridade	-0,0181 (0,0088)	0,0272 (0,0122)	0,0024 (0,0126)	-0,0264 (0,0115)	-0,0181 (0,0082)	0,0261 (0,0129)	0,0009 (0,0125)	-0,0236 (0,0112)	-0,0182 (0,0087)	0,0269 (0,0123)	0,0038 (0,0126)	-0,0257 (0,0115)
Trabalho	-0,0345 (0,0757)	0,0728 (0,1056)	-0,1478 (0,1197)	0,0064 (0,1149)	0,0310 (0,0754)	0,0937 (0,1067)	-0,1292 (0,1182)	0,0293 (0,1189)	-0,0366 (0,0758)	0,0677 (0,1061)	-0,1379 (0,1196)	-0,0065 (0,1147)
Cônjugue	0,0153 (0,1991)	0,2168 (0,1511)	0,0315 (0,2211)	-0,2199 (0,2434)	-0,4852 (0,0591)	0,8822 (0,0968)	0,5226 (0,1398)	-1,1222 (0,1125)	0,0149 (0,1986)	0,2108 (0,1511)	0,0366 (0,2190)	-0,2319 (0,2412)
Norte	-0,2401 (0,0737)	-0,2060 (0,0944)	0,0308 (0,1035)	-0,2099 (0,1018)	-0,2310 (0,0705)	-0,1890 (0,0938)	0,0296 (0,1030)	-0,2060 (0,0999)	-0,2496 (0,0728)	-0,2029 (0,0933)	0,0206 (0,1022)	-0,2292 (0,1004)
Sul	-0,2940 (0,0774)	0,0582 (0,0996)	-0,0271 (0,1066)	-0,2787 (0,1033)	-0,1802 (0,0709)	0,1030 (0,1007)	0,0022 (0,1056)	-0,2608 (0,1008)	-0,2759 (0,0718)	0,0151 (0,0912)	0,0094 (0,0983)	-0,2784 (0,0979)
Sudeste	-0,1247 (0,0746)	-0,2134 (0,0956)	0,1595 (0,1061)	-0,1947 (0,1028)	-0,1063 (0,0689)	-0,1788 (0,0967)	0,1974 (0,1055)	-0,1946 (0,1009)	-0,1214 (0,0715)	-0,2343 (0,0948)	0,1724 (0,1037)	-0,2000 (0,1009)
Centro-Oeste	-0,1298 (0,0733)	-0,1254 (0,1020)	0,2942 (0,1031)	-0,3121 (0,0993)	-0,1057 (0,0696)	-0,0928 (0,1005)	0,3048 (0,1027)	-0,3187 (0,0984)	-0,1275 (0,0731)	-0,1367 (0,1020)	0,2964 (0,1017)	-0,3101 (0,0984)
Urbano	0,2193 (0,0708)	0,0611 (0,0835)	0,0023 (0,0934)	0,2049 (0,0931)	0,2560 (0,0658)	0,0548 (0,0829)	0,0119 (0,0950)	0,2317 (0,0949)	0,2152 (0,0711)	0,0578 (0,0824)	-0,0013 (0,0925)	0,1966 (0,0931)
Exposição Mídia	-0,0132 (0,0857)	-0,0597 (0,1254)	0,0580 (0,1193)	-0,0438 (0,1171)	0,0083 (0,0818)	-0,0319 (0,1283)	0,0600 (0,1196)	-0,0450 (0,1064)	-0,0035 (0,0861)	-0,0560 (0,1261)	0,0649 (0,1198)	-0,0397 (0,1185)
Católica	0,0520 (0,0664)	0,0425 (0,0880)	0,0269 (0,0947)	0,0229 (0,0959)	0,0004 (0,0626)	0,0452 (0,0886)	0,0291 (0,0955)	0,0261 (0,0951)	---	---	---	---
Outras religiões	0,0218 (0,1216)	0,0429 (0,1961)	0,0677 (0,1718)	0,0206 (0,1718)	-0,0433 (0,1188)	0,0024 (0,1941)	0,0503 (0,1731)	0,0011 (0,1666)	---	---	---	---
Sem religião	0,2293 (0,1130)	0,0497 (0,1544)	-0,0690 (0,1798)	0,2510 (0,1679)	0,2435 (0,1105)	0,0583 (0,1553)	-0,0456 (0,1802)	0,2849 (0,1647)	---	---	---	---
Preta	-0,0058 (0,0936)	0,0862 (0,1286)	-0,0406 (0,1525)	0,0430 (0,1350)	-0,005 (0,0908)	0,0739 (0,1339)	-0,0383 (0,1524)	0,0688 (0,1314)	---	---	---	---
Parda	-0,0473 (0,0693)	0,0892 (0,0880)	-0,0669 (0,0901)	-0,0281 (0,0912)	-0,0638 (0,0629)	0,0847 (0,0881)	-0,0621 (0,0904)	-0,0124 (0,0897)	---	---	---	---

(continua)

Tabela A.3 - Coeficientes e desvios-padrão dos modelos de determinantes do empoderamento feminino de acordo com as faixas do índice ED

(continuação)

Variáveis	CONJUNTO A				CONJUNTO B				CONJUNTO C			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Amarela e indígena	-0,0035 (0,1278)	0,0640 (0,2167)	-0,2216 (0,2052)	0,2891 (0,1886)	0,0400 (0,6600)	0,0733 (0,7940)	0,0746 (0,2090)	0,0641 (0,2700)	---	---	---	---
Rendimento familiar	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)	0,0000 (0,0000)
Responsável	1,9203 (0,1948)	0,3461 (0,2774)	0,2762 (0,2346)	1,3645 (0,2564)	---	---	---	---	1,9255 (0,1939)	0,3546 (0,2755)	0,2780 (0,2340)	1,3614 (0,2552)
Filha	-0,4181 (0,2202)	-0,8209 (0,1545)	-0,6187 (0,2262)	0,3544 (0,2395)	---	---	---	---	-0,4149 (0,2184)	-0,8190 (0,1557)	-0,6140 (0,2232)	0,3445 (0,2382)
Outro	-0,6074 (0,2044)	-0,6317 (0,1682)	-0,6177 (0,2122)	0,0733 (0,2907)	---	---	---	---	-0,6051 (0,2055)	-0,6233 (0,1676)	-0,6258 (0,2120)	0,0972 (0,2860)
Filho	0,1157 (0,0261)	0,0699 (0,0360)	0,0392 (0,0377)	0,0517 (0,0374)	0,1942 (0,0246)	0,0767 (0,0366)	0,0436 (0,0374)	0,0642 (0,0377)	0,1142 (0,0261)	0,0716 (0,0359)	0,0412 (0,0380)	0,0512 (0,0370)
Constante	-1,2504 (0,3171)	-0,6419 (0,3039)	-0,4928 (0,3705)	0,2293 (0,3464)	-1,5793 (0,1871)	-1,5397 (0,2655)	-1,1049 (0,3026)	0,9415 (0,2967)	-1,2121 (0,2911)	-0,5369 (0,2963)	-0,5819 (0,3493)	0,3278 (0,3355)
Observações	7.816	4.070	3.131	3.746	7.818	4.071	3.131	3.747	7.816	4.070	3.131	3.746
Pseudo R2	0,229	0,1439	0,0363	0,1395	0,0871	0,1283	0,0273	0,1056	0,2277	0,1432	0,035	0,1365
Wald chi2	765,85	237,57	66,3	205,57	323	202,73	48,18	161,72	751,77	230,08	62,49	189,09
Prob > chi2	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0020	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria. Desvio-padrão entre parênteses.

Tabela A.4 - Coeficientes e desvios-padrão dos modelos de determinantes do empoderamento feminino de acordo com as faixas do índice PCRS

Variáveis	CONJUNTO A			CONJUNTO B			CONJUNTO C		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III
PBF	-0,0660 (0,0885)	0,4148 (0,1883)	-0,1929 (0,0984)	-0,0750 (0,0888)	0,3737 (0,1880)	-0,1928 (0,0994)	-0,0617 (0,0877)	0,4345 (0,1943)	-0,1915 (0,0994)
Idade	-0,0024 (0,0037)	0,0007 (0,0084)	-0,0025 (0,0043)	-0,0004 (0,0036)	0,0051 (0,0079)	-0,0020 (0,0041)	-0,0009 (0,0039)	-0,0031 (0,0084)	-0,0007 (0,0046)
Escolaridade	0,0342 (0,0100)	0,0407 (0,0234)	0,0178 (0,0118)	0,0337 (0,0101)	0,0408 (0,0238)	0,0177 (0,0119)	0,0339 (0,0102)	0,0377 (0,0232)	0,0188 (0,0119)
Trabalho	0,0568 (0,0714)	0,3992 (0,1604)	-0,0728 (0,0723)	0,0692 (0,0724)	0,4392 (0,1601)	-0,0733 (0,0714)	0,0705 (0,0742)	0,3872 (0,1606)	-0,0662 (0,0737)
Cônjugue	-0,1873 (0,1183)	0,7377 (0,3079)	-0,3386 (0,1314)	-0,1335 (0,0821)	0,3415 (0,1952)	-0,2261 (0,0860)	-0,1923 (0,1211)	0,7055 (0,3100)	-0,3425 (0,1336)
Norte	0,1199 (0,0838)	0,2017 (0,2151)	0,0562 (0,0955)	0,1237 (0,0840)	0,2397 (0,2114)	0,0558 (0,0956)	0,0929 (0,0821)	0,2013 (0,2147)	0,0208 (0,0942)
Sul	-0,1054 (0,0855)	0,1811 (0,2037)	-0,1203 (0,0940)	-0,0992 (0,0850)	0,2267 (0,2029)	-0,1162 (0,0934)	-0,0782 (0,0812)	0,0827 (0,1945)	-0,0809 (0,0895)
Sudeste	-0,2320 (0,0862)	-0,0186 (0,1943)	-0,1203 (0,0940)	-0,2298 (0,0861)	-0,0645 (0,1935)	-0,1662 (0,0948)	-0,2553 (0,0861)	-0,0625 (0,1884)	-0,1876 (0,0951)
Centro-Oeste	-0,0390 (0,0801)	0,1542 (0,2024)	-0,0627 (0,0905)	-0,0358 (0,0797)	0,1229 (0,1998)	-0,0555 (0,0899)	-0,0494 (0,0798)	0,1211 (0,2036)	-0,0692 (0,0900)
Urbano	0,0530 (0,0727)	0,2633 (0,1695)	-0,0210 (0,0817)	0,0521 (0,0731)	0,2899 (0,1736)	-0,0251 (0,0817)	0,0309 (0,0728)	0,2571 (0,1680)	-0,0400 (0,0822)
Exposição Mídia	0,0890 (0,0899)	-0,0916 (0,2077)	0,1024 (0,1075)	0,0899 (0,0913)	-0,1153 (0,2151)	0,1070 (0,1100)	0,1295 (0,0898)	-0,0379 (0,2102)	0,1460 (0,1096)
Católica	0,2659 (0,0825)	-0,0504 (0,1775)	0,2323 (0,0819)	0,2650 (0,0832)	-0,0365 (0,1796)	0,2309 (0,0818)	---	---	---
Outras religiões	0,4436 (0,1495)	-0,3820 (0,3338)	0,4832 (0,1539)	0,4347 (0,1495)	-0,3560 (0,3543)	0,4736 (0,1532)	---	---	---
Sem religião	0,0634 (0,1411)	0,1842 (0,3260)	0,0064 (0,1678)	0,0717 (0,1427)	0,2172 (0,3252)	0,0052 (0,1673)	---	---	---
Preta	-0,0647 (0,1069)	-0,0763 (0,2379)	-0,0401 (0,1299)	-0,0645 (0,1078)	-0,0455 (0,2455)	-0,0415 (0,1324)	---	---	---
Parda	-0,0471 (0,0784)	0,1559 (0,1859)	-0,0853 (0,0783)	-0,0470 (0,0787)	0,1727 (0,1858)	-0,0843 (0,0784)	---	---	---

(continua)

Tabela A.4 - Coeficientes e desvios-padrão dos modelos de determinantes do empoderamento feminino de acordo com as faixas do índice PCRS

(continuação)

Variáveis	CONJUNTO A			CONJUNTO B			CONJUNTO C		
	I	II	III	I	II	III	I	II	III
Amarela e indígena	0,1968 (0,1398)	0,4484 (0,3192)	0,0300 (0,1737)	0,1964 (0,1411)	0,4632 (0,3056)	0,0292 (0,1736)	---	---	---
Rendimento familiar	0,0001 (0,0000)	0,0000 (0,0001)	0,0001 (0,0000)	0,0001 (0,0000)	0,0000 (0,0001)	0,0001 (0,0000)	0,0001 (0,0000)	0,0000 (0,0001)	0,0001 (0,0000)
Responsável	0,0920 (0,1270)	0,9305 (0,3617)	-0,1209 (0,1371)	---	---	---	0,0983 (0,1275)	0,9248 (0,3653)	-0,1120 (0,1367)
Filha	-0,1547 (0,1331)	0,2118 (0,3235)	-0,1330 (0,1514)	---	---	---	-0,1337 (0,1366)	0,1533 (0,3241)	-0,1092 (0,1545)
Outro	-0,0250 (0,1718)	0,3695 (0,3373)	-0,1367 (0,2203)	---	---	---	-0,0051 (0,1782)	0,3018 (0,3340)	-0,1106 (0,2258)
Filho	0,0805 (0,0293)	0,0558 (0,0697)	0,0492 (0,0322)	0,0886 (0,0289)	0,0833 (0,0690)	0,0507 (0,0318)	0,0771 (0,0293)	0,0540 (0,0701)	0,0451 (0,0325)
Constante	0,9306 (0,2294)	-1,3776 (0,5586)	1,6900 (0,2852)	0,7980 (0,2068)	-1,1549 (0,5074)	1,5450 (0,2576)	1,0261 (0,2266)	-1,1281 (0,5284)	1,7053 (0,2791)
Observações	11.992	1.053	11.563	11.994	1.053	11.565	11.992	1.053	11.563
Pseudo R2	0,0374	0,0833	0,0323	0,0357	0,0716	0,0317	0,0272	0,0749	0,0227
Wald chi2	74,23	47,54	49,18	74,11	40,16	44,56	61,39	33,37	33,97
Prob > chi2	0,0000	0,0012	0,0323	0,0000	0,0031	0,0008	0,0000	0,0066	0,0055

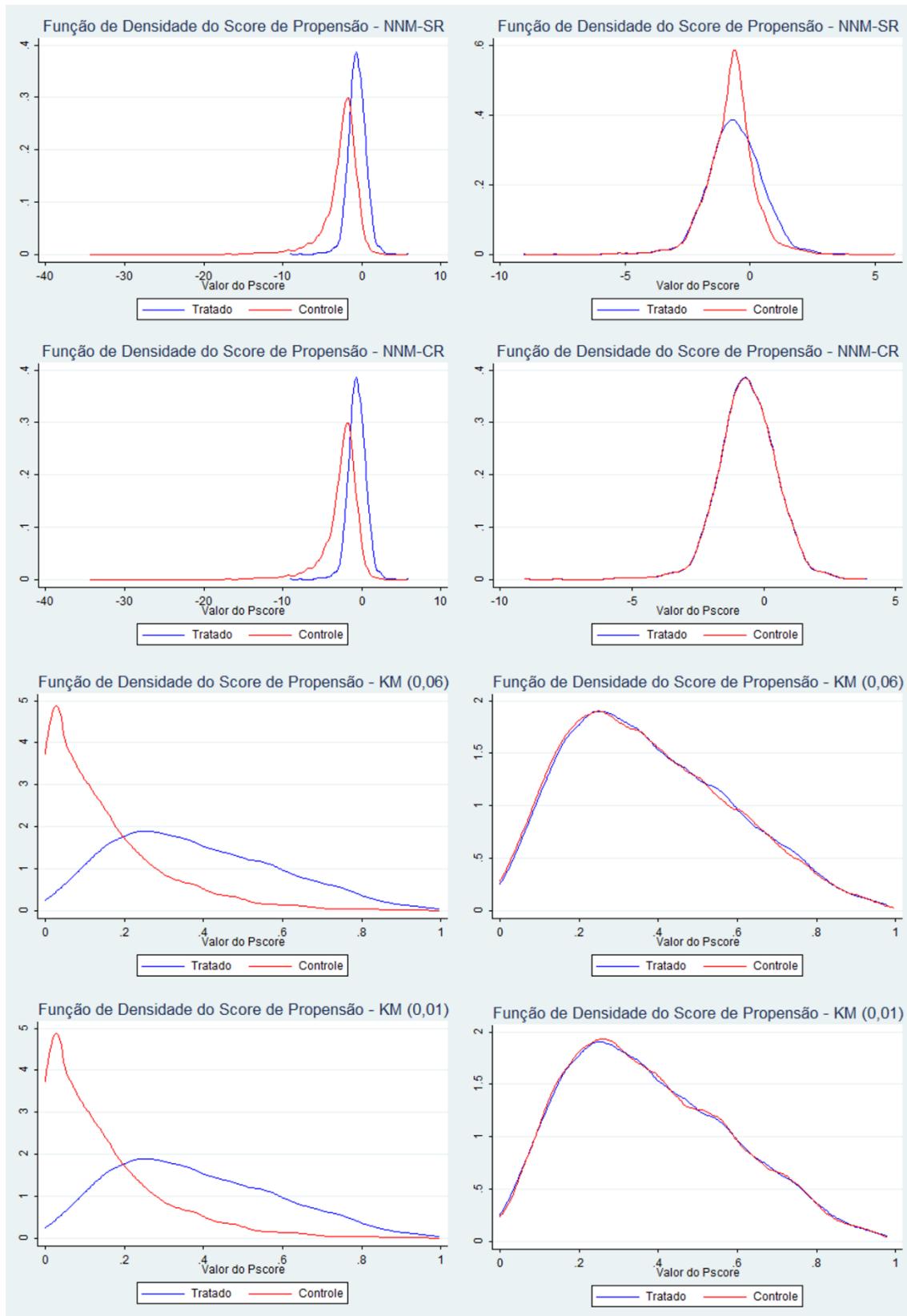
Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria. Desvio-padrão entre parênteses.

Tabela A.5 - Valores médios das variáveis explicativas segundo os grupos de tratamento e controle e probabilidades dos testes t de diferenças de médias

Variáveis	NNM-SR			NNM-CR			KM (bandwidth - 0,06)			KM (bandwidth - 0,01)		
	Tratamento	Controle	p> t 	Tratamento	Controle	p> t 	Tratamento	Controle	p> t 	Tratamento	Controle	p> t
Idade	31,631	31,649	0,957	31,631	31,929	0,371	31,631	31,627	0,990	31,632	31,595	0,911
Escolaridade	6,812	7,080	0,045	6,812	6,732	0,550	6,812	6,780	0,815	6,815	6,718	0,468
Trabalho	0,817	0,819	0,885	0,817	0,826	0,527	0,817	0,820	0,825	0,816	0,822	0,691
Cônjugue	0,644	0,650	0,755	0,644	0,656	0,506	0,644	0,646	0,918	0,644	0,646	0,898
Norte	0,181	0,178	0,808	0,181	0,184	0,847	0,181	0,188	0,655	0,181	0,190	0,523
Sul	0,144	0,129	0,232	0,144	0,126	0,140	0,144	0,140	0,760	0,144	0,141	0,786
Sudeste	0,185	0,212	0,068	0,185	0,210	0,091	0,185	0,190	0,729	0,185	0,187	0,895
Centro-Oeste	0,151	0,155	0,756	0,151	0,137	0,312	0,151	0,157	0,643	0,151	0,156	0,710
Urbano	0,690	0,697	0,685	0,690	0,695	0,777	0,690	0,689	0,935	0,691	0,690	0,981
Exposição Mídia	0,880	0,893	0,263	0,880	0,893	0,290	0,880	0,880	0,990	0,880	0,880	0,990
Católica	0,692	0,674	0,279	0,692	0,688	0,809	0,692	0,688	0,787	0,692	0,694	0,932
Outras religiões	0,066	0,076	0,309	0,066	0,059	0,396	0,066	0,067	0,963	0,066	0,065	0,872
Sem religião	0,031	0,033	0,832	0,031	0,027	0,436	0,031	0,032	0,971	0,031	0,031	0,953
Preta	0,139	0,135	0,786	0,139	0,126	0,322	0,139	0,131	0,565	0,139	0,131	0,517
Parda	0,542	0,552	0,600	0,542	0,574	0,084	0,542	0,557	0,400	0,542	0,558	0,364
Amarela e indígena	0,050	0,052	0,865	0,050	0,045	0,540	0,050	0,051	0,918	0,050	0,050	0,927
Rendimento familiar	565,75	584,82	0,316	565,75	574,97	0,628	565,75	604,04	0,087	566,04	586,31	0,334
Responsável	0,149	0,146	0,833	0,149	0,154	0,677	0,149	0,143	0,647	0,149	0,143	0,647
Filha_resp	0,210	0,211	0,963	0,210	0,201	0,548	0,210	0,212	0,903	0,149	0,142	0,628
Outro	0,061	0,061	0,938	0,061	0,055	0,523	0,061	0,066	0,524	0,210	0,214	0,772
Filho	1,623	1,468	0,003	1,623	1,642	0,736	1,623	1,630	0,911	0,061	0,066	0,546
Densidade cômodo	1,039	0,956	0,001	1,039	1,031	0,735	1,039	1,041	0,950	1,038	1,045	0,778
Rede água	0,718	0,732	0,403	0,718	0,750	0,052	0,718	0,730	0,469	0,718	0,730	0,492
Esgoto	0,288	0,301	0,437	0,288	0,301	0,461	0,288	0,295	0,663	0,288	0,296	0,641
Eletricidade	0,990	0,992	0,694	0,990	0,985	0,234	0,990	0,990	0,895	0,990	0,987	0,440

Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.

Figura A.1 - Funções de densidade antes e depois do pareamento



Fonte: Ministério da Saúde, PNDS de 2006. Elaboração própria.